

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

HUGO RIBEIRO MOTA

EM QUE MEDIDA SERIA WITTGENSTEIN UM FUNDACIONISTA?

Recife
2021

HUGO RIBEIRO MOTA

EM QUE MEDIDA SERIA WITTGENSTEIN UM FUNDACIONISTA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco para a Defesa de Dissertação no curso de Mestrado em Filosofia.

Área de concentração: Epistemologia

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva

Recife
2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M917e Mota, Hugo Ribeiro.

Em que medida seria Wittgenstein um fundacionista? / Hugo Ribeiro Mota. – 2021.

126 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Recife, 2021.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951. 3. Certeza. 4. Epistemologia. I. Silva, Marcos (Orientador). II. Título.

100 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-047)

HUGO RIBEIRO MOTA

EM QUE MEDIDA SERIA WITTGENSTEIN UM FUNDACIONISTA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco para a Defesa de Dissertação no curso de Mestrado em Filosofia.

Aprovado em 12/02/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcelo Silva de Carvalho (Examinador Externo)
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Eros Moreira de Carvalho (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Luiz Carlos Pereira (Examinador Externo)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e amigos por todo o apoio desde que tomei a decisão de cursar filosofia e de ser professor e pesquisador.

Agradeço ao meu professor-orientador, Marcos Silva, que há dois anos me acompanha, me incentiva e me ensina, sempre disponível — em uma situação contrafactual na qual não nos encontramos, certamente este trabalho não existiria.

Agradeço aos professores Marcelo Carvalho, Eros Carvalho e Luiz Carlos pelas valiosas críticas, sugestões e comentários em relação à dissertação e pelo tempo e disponibilidade em participarem das bancas de qualificação e defesa.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco, ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas, ao Departamento de Filosofia da UFPE, ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPE, à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela oportunidade de continuar a estudar filosofia em Recife, a cidade em que nasci, e também por possibilitar minha participação em eventos de instituições localizadas nas diversas regiões do Brasil.

What reason have I, now, when I cannot see my
toes, to assume that I have five toes on each foot?
(WITTGENSTEIN, 1969, OC §429).

RESUMO

Sobre a Certeza (1969) de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) carrega considerações importantes sobre como justificamos nosso conhecimento. Em particular, a obra nos apresenta às assim chamadas *hinge propositions*. Elas são proposições que raramente proferimos, mas que relutamos em abandonar caso sejam postas em dúvida, e.g. “A Terra existia muito antes de meu nascimento”. Esse conceito é central para o desenvolvimento da *Hinge Epistemology*. De acordo com essa visão epistemológica, as *hinge propositions* são elementos importantes no desenvolvimento de novas respostas ao problema do regresso epistêmico — se todo conhecimento deve ser justificado e toda justificação necessita de suporte, então qualquer conhecimento pode ser infinitamente questionado, resultando em um regresso ao infinito. As propriedades das *hinge propositions* variam de acordo com as interpretações dadas às metáforas apresentadas por Wittgenstein na obra. Diante da multiplicidade de interpretações das *hinge propositions*, encontramos de maneira pervasiva a discussão sobre se elas implicariam em algum tipo de fundacionismo. As interpretações de maior relevância para nossa investigação são as que consideram as *hinge propositions* como epistêmicas e as que, ao contrário, as tratam como não-epistêmicas. Se as ideias presentes nos trabalhos da fase madura de Wittgenstein são comumente consideradas anti-fundacionistas, então por que esse não seria o caso também em *Sobre a Certeza*? Seria o caráter anti-metafísico e pragmatista de sua filosofia compatível com um fundacionismo epistêmico? Por um lado, alguns autores como Stroll (1994) e Moyal-Sharrock (2004a, 2016) compreendem que há um tipo de proposta fundacionista em *Sobre a Certeza*. Por outro, autores como Wright (1985), Williams (2005), Coliva (2010a, 2010b) e Pritchard (2011, 2016) defendem que Wittgenstein seria um anti-fundacionista. Para compreendermos em que medida essas abordagens são apropriadamente sustentadas pela obra, identificamos as metáforas que as fundamentam. Argumentamos que uma leitura anti-fundacionista é mais adequada, mesmo que não seja isenta de críticas.

Palavras-chave: Wittgenstein. *Sobre a Certeza*. *Hinge Epistemology*. *Hinge propositions*. Fundacionismo.

ABSTRACT

On Certainty (1969) by Ludwig Wittgenstein (1889-1951) carries important considerations on how we justify our knowledge. In particular, it presents us with the so-called hinge propositions. They are propositions that we rarely utter, but which we are reluctant to abandon if they are doubted, e.g. “The Earth has existed long before my birth”. This concept is central to the development of Hinge Epistemology. According to this epistemological view, hinge propositions are important elements in the development of new responses to the problem of epistemic regress — if all knowledge must be justified and every justification needs support, then any knowledge can be infinitely questioned, resulting in an infinite regress. The properties of hinge propositions vary according to the interpretations given to the metaphors presented by Wittgenstein in his work. Faced with a multiplicity of interpretations of the hinge propositions, we find in a pervasive way the discussion about whether they would imply some kind of foundationalism. The most relevant interpretations for our investigation are those that consider hinge propositions as epistemic and those that, on the contrary, treat them as non-epistemic. If the ideas present on Wittgenstein’s later works are commonly considered to be anti-foundationalists, then why wouldn’t that be the case with *On Certainty* as well? Would the anti-metaphysical and pragmatic character of his philosophy be compatible with an epistemic foundationalism? On the one hand, some authors such as Stroll (1994) and Moyal-Sharrock (2004a, 2016) understand that there is a type of foundationalist proposal in *On Certainty*. On the other, authors such as Wright (1985), Williams (2005), Coliva (2010a, 2010b) and Pritchard (2011, 2016) argue that Wittgenstein would be an anti-foundationalist. To understand to what extent these approaches are appropriately supported by the work, we identify the metaphors that underpin them. We argue that an anti-foundationalist reading is more appropriate, even if it is not exempt from criticism.

Keywords: Wittgenstein. *On Certainty*. Hinge epistemology. Hinge propositions. Foundationalism.

LISTA DE ABREVIATURAS

RFM I	<i>Remarks on the Foundations of Mathematics, Vol. 1.</i>
OC	<i>On Certainty</i>
PI	<i>Philosophical Investigations</i>
TLP	<i>Tractatus Logico-philosophicus</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	17
1.1.1	Discussões com Norman Malcolm sobre G.E. Moore	17
1.1.2	Recepção, estilo de escrita e importância.....	19
2	AS METÁFORAS DE <i>SOBRE A CERTEZA</i> (1969).....	26
2.1	METÁFORAS MECÂNICAS E ARQUITETÔNICAS.....	28
2.1.1	Metáfora das dobradiças (OC §341).....	28
2.1.2	Metáfora dos eixos (OC §152)	29
2.1.3	Metáfora da “casa que sustenta seus alicerces” (OC §246-8)	31
2.1.4	Metáfora das fundações (OC §401-3)	32
2.2	METÁFORAS GEOGRÁFICAS.....	33
2.2.1	Metáfora do acostamento (OC §210).....	34
2.2.2	Metáfora das estradas (OC §88)	35
2.2.3	Metáfora do leito do rio (OC §96-9)	35
2.3	METÁFORAS BIOLÓGICAS E PSICOLÓGICAS	37
2.3.1	Metáforas de animalidade (OC §358-9, §472-5).....	38
2.3.2	Metáfora da “herança” (OC §93-5).....	40
2.3.3	Metáfora do “engolir” (OC §139-144).....	41
2.3.4	Metáfora de “segurar firmemente” (OC §225, §234-5).....	44
2.4	METÁFORAS NORMATIVAS	46
2.4.1	Metáfora do quadro de referências (OC §83).....	47
2.4.2	Metáfora do sistema (OC §102, §105)	47
2.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METÁFORAS.....	49
2.5.1	Síntese das conclusões obtidas.....	49
2.5.2	Conhecimento e certeza	51
3	AS INTERPRETAÇÕES DE <i>SOBRE A CERTEZA</i> (1969).....	55
3.1	EPISTÊMICAS	56
3.1.1	A leitura epistêmica de Morawetz (1978, 2005).....	56
3.1.2	O externalismo epistêmico de Pritchard (2001, 2011).....	61

3.2	NÃO-EPISTÊMICAS	67
3.2.1	O naturalismo de Strawson (1985)	67
3.2.2	A leitura não-proposicional de Moyal-Sharrock (2004a)	70
4	PROBLEMA DO REGRESSO EPISTÊMICO	75
4.1	TRILEMA DE AGRIPA	76
4.2	CORRENTES DA EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA	79
4.2.1	Infinitismo	79
4.2.2	Coerentismo	81
4.2.3	Fundacionismo	84
4.3	UMA NOVA SAÍDA PARA O TRILEMA?.....	87
4.3.1	A proposta Wittgensteiniana	87
4.3.2	Semelhanças com outras correntes	88
5	FUNDACIONISMO WITTGENSTEINIANO?	90
5.1	FUNDACIONISMO	91
5.1.1	O fundacionismo de Stroll (1994)	91
5.1.2	O fundacionismo Moyal-Sharrock (2004a, 2016)	97
5.2	ANTI-FUNDACIONISMO.....	101
5.2.1	O anti-fundacionismo de Williams (2005)	103
5.2.2	O anti-fundacionismo de Coliva (2010a, 2010b)	110
5.3	EM QUE MEDIDA HAVERIA EM <i>SOBRE A CERTEZA</i> (1969) UMA PROPOSTA FUNDACIONISTA?.....	113
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

A palavra “certeza” nos remete a algo seguro, confiável. A estabilidade e a garantia de “ter certeza de algo” em nossas vidas podem nos deixar mais tranquilos sobre onde estamos e o que devemos fazer a seguir. Na filosofia e na ciência, a certeza muitas vezes é posta como o fim (ou o começo) da busca pelo conhecimento, justamente porque, após alcançada, a certeza garantiria estabilidade às nossas investigações. Podemos dizer, assim, que tanto na vida cotidiana quanto na empreitada científica, ter certeza é algo importante. Porém, o que significa ter certeza? Em que sentido a certeza vai além do conhecimento mais comum ou da opinião ordinária? Será que toda certeza é também conhecimento? Ao longo da presente dissertação, discutimos tais questões a partir das considerações de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) em *Sobre a Certeza* (1969).

Wittgenstein é considerado um dos mais importantes filósofos de todos os tempos, e certamente está dentre os mais influentes na filosofia contemporânea. Suas obras de maior renome são consideradas fundadoras de novas perspectivas de fazer e pensar filosofia. Nas últimas décadas, surgiu a compreensão de que a contribuição genial e revolucionária do filósofo austríaco-britânico não chegou a seu término no *Tractatus Logico-philosophicus* (1921) e nas *Investigações Filosóficas* (1953). A obra¹ *Sobre a Certeza* (1969) contém os últimos escritos de Wittgenstein, reunidos e organizados pelos editores G.E.M. Anscombe e G.H. von Wright. Tratam-se de anotações encontradas em seus cadernos pessoais do período de dezembro de 1949 a abril de 1951. As anotações dividem-se em quatro partes, sendo o final da última delas referente a 29 de abril de 1951 — dois dias antes de sua morte.²

Nosso objetivo é avaliar a viabilidade de interpretar que *Sobre a Certeza* propõe de alguma forma de fundacionismo. O fundacionismo é uma visão sobre a estrutura da justificação ou do conhecimento. É uma perspectiva epistemológica que pretende responder a perguntas como: o que é o conhecimento? Como podemos justificá-lo? Toda forma de conhecimento precisa de justificação? Respectivamente, as respostas oferecidas pelo fundacionista são que

¹ Consideramos legítimo o uso da palavra “obra” para referir-se a *Sobre a Certeza*, mesmo com as dificuldades encontradas na edição e publicação. Wittgenstein não tinha pretensão de publicar suas anotações, então as decisões tomadas pelos editores não eram baseadas em orientações providas diretamente do autor. Concordamos com a visão de Moyal-Sharrock (2004a, p. 2), que se posiciona sobre o assunto defendendo que somente o *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) poderia ser estritamente dito uma obra, já que foi o único grande trabalho que Wittgenstein decidiu publicar. No entanto, argumenta a filósofa, adotar uma visão tão restrita empobreceria demasiadamente o *Corpus* Wittgensteiniano, já que até mesmo as *Investigações Filosóficas* (1953) seriam um trabalho incompleto de acordo com o autor.

² Para Joachim Schulte (1992, p. 155) há um elemento emocional peculiar atrelado à obra: “*On Certainty* is a remarkable, sometimes moving document. It contains the daily notes of a dying man who gives no indication that he knows what lies before him. Though as pithy as always, a serene cheerfulness speaks through these notes, a state of mind not to be attributed to great intellectual detachment alone.”

conhecimento é crença verdadeira justificada (como historicamente se definiu), que existe uma hierarquia entre nossas crenças e que certas crenças são capazes de justificar outras, mesmo elas próprias não sendo justificadas por outras, a saber, as crenças fundacionais. Essas crenças podem ser injustificadas ou podem justificar a si próprias por serem autoevidentes, por exemplo. Para o fundacionista tradicional, em última análise, todo conhecimento ou crença repousa sobre uma base de conhecimentos fundacionais ou não inferenciais, isto é, conhecimentos cuja justificação não é obtida a partir da inferência a outros conhecimentos.

A partir dessa breve definição de fundacionismo, podemos compreender que um anti-fundacionismo seria a defesa da impossibilidade de se fundamentar o conhecimento a partir de crenças básicas. Essa impossibilidade se justificaria diante de um compromisso em compreender a realidade enquanto um conjunto de contingências e particularidades às quais não podemos coerentemente unificar em conceitos universais.³

Como veremos no capítulo 5 desta dissertação, é possível apontar afinidades entre anti-fundacionismo, relativismo epistêmico e anti-realismo. Esclarecendo de maneira breve, a afinidade com o relativismo se manifesta de imediato, afinal, caso o conhecimento não seja sustentado a partir de algo como um fundamento comum a todos, então, se ainda houver possibilidade de conhecimento, este deve estar sustentado a partir de um chão contingente e relativo ao ponto de vista ao qual estamos inseridos. Ora, pode até ser que o apoio em elementos contingentes justifique esta relação, entretanto deve-se notar que um compromisso anti-fundacionista não necessariamente implica a ideia de que existem diferentes sistemas epistêmicos, cada qual com sua própria perspectiva. Em relação ao anti-realismo, a afinidade se expressa no sentido de que ambos possuem enquanto motivação central o combate à ideia da metafísica tradicional de que existem (ou que devem existir) fundamentos essenciais aos quais temos acesso de alguma maneira. Ainda assim, poderíamos imaginar plausivelmente a existência de uma abordagem anti-fundacionista que tenha como objetivo apontar para as bases empíricas e contingentes do conhecimento, sendo, portanto, realista.⁴

³ Por mais que o anti-fundacionismo aqui esteja sendo tratado no contexto da Epistemologia, esta visão filosófica também esteve muito relacionada às ciências sociais e políticas: “Anti-foundationalism appears to be compatible with a wide range of political sciences—from rational choice to ethnography—and an equally wide range of ideologies—from conservatism to socialism. Nonetheless, in practice, it has come to have a close relationship to critical approaches to the study of politics” (BEVIR, 2010, p. 54). Autores que podem ser considerados anti-fundacionistas são Richard Rorty, Jacques Derrida, Jean-François Lyotard, Michel Foucault, Kenneth Burke. Para uma coletânea de textos sobre a relação entre o pensamento Wittgensteiniano e o anti-fundacionismo neste contexto menos epistemológico e mais político, conferir Peters (2020).

⁴ Em relação a esta possibilidade de um anti-fundacionismo realista, temos, por exemplo, a posição realista anti-fundacionista de Cruickshank (2000) sobre a sociologia. Seu objetivo é o de desenvolver uma sociologia realista a partir de considerações acerca da ontologia social. De acordo com ele, para que seja possível evitar um relativismo acerca da verdade ao assumirmos uma posição anti-fundacionista, seria preciso adotar em conjunto

O debate entre intérpretes fundacionistas⁵ e anti-fundacionistas⁶ de *Sobre a Certeza* chama a atenção pois, por um lado, a partir do *Tractatus Logico-Philosophicus*, Wittgenstein poderia ser interpretado como um fundacionista clássico: ao investigar os limites da linguagem em termos de identificar sua essência e ao tentar descrever a constituição da substância do mundo, Wittgenstein teria se aproximado de um posicionamento idealista transcendental mesclado com um realismo empírico.⁷ Por outro lado, caso se esteja tratando das *Investigações Filosóficas*, o autor poderia ser compreendido como um anti-fundacionista: ao exclamar pela volta à terra firme e tratar a linguagem não mais em termos de uma essencialidade fundamental, mas sim como uma contingencialidade dinâmica.⁸ Como *Sobre a Certeza* foi um trabalho elaborado após as *Investigações*, se esperaria que o filósofo manteria sua posição anti-fundacionista. No entanto, alegadamente existem muitos trechos da obra que podem ser interpretados em prol de uma proposta fundacionista. Não obstante, outras passagens do texto — por vezes as mesmas utilizadas para sustentar um fundacionismo — também dão força para as interpretações anti-fundacionistas.

Diante deste contexto, o principal problema que investigamos, a saber, em que medida Wittgenstein seria fundacionista, pode ser expressa através de uma formulação mais específica: Em que medida as leituras de *Sobre a Certeza* contra e a favor do fundacionismo são apropriadamente sustentadas pela obra?

Ao longo da História da Filosofia o fundacionismo foi amplamente aceito e defendido. Por exemplo, Aristóteles argumentou que nem todo conhecimento é demonstrativo, afirmando que devem existir conhecimentos independentes de demonstrações. Boa parte dos filósofos dos períodos medieval e moderno concordavam com Aristóteles, sustentando que todo conhecimento deveria repousar em princípios primeiros ou em verdades autoevidentes. René

um realismo ontológico. Ele defende inclusive que versões Wittgensteinianas de anti-fundacionismo, por adotarem uma visão anti-realista, cairiam em um relativismo.

⁵ McGinn (1989), Conway (1989), Stroll (1994), Moyal-Sharrock (2004a), Wright (2004), Pryor (2004), Mounce (2005) e Sousa (2013).

⁶ Rorty (1980), Wright (1985), Phillips (1988, 2001), Levi (1999), Richter (2001), Williams (2005), Coliva (2010a, 2010b, 2016), Pritchard (2011, 2016), Mulinari (2014) e Silva (2016).

⁷ “Is the *Tractatus* realist or idealist in its metaphysics and epistemology? I shall suggest (...) that the obscure remarks on solipsism intimate a certain form of transcendental idealism coupled with empirical realism. So in this respect it evades the classification. It is, incidentally, noteworthy that the logical atomism seems in principle compatible with realism or idealism. (...) The ontology of the *Tractatus* was (...) certainly realist. Among the ‘objects’ that constitute the substance of the world are simple unanalyzable properties and relations” (HACKER, 1986, p. 63).

⁸ “The more closely we examine actual language, the greater becomes the conflict between it and our requirement. (For the crystalline purity of logic was, of course, not something I had *discovered*: it was a requirement.) The conflict becomes intolerable; the requirement is now in danger of becoming vacuous. — We have got on to slippery ice where there is no friction, and so, in a certain sense, the conditions are ideal; but also, just because of that, we are unable to walk. We want to walk: so we need *friction*. Back to the rough ground!” (PI §107).

Descartes, por exemplo, sustentou que todo conhecimento deve repousar sobre uma base segura de verdades indubitáveis, inaugurando a teoria do conhecimento moderna.⁹ Também importa ressaltar a presença do fundacionismo na tradição da filosofia analítica do século XX. Essa presença fica explícita tanto no logicismo de Frege, o qual pretende basear a matemática em axiomas lógicos autoevidentes, quanto no empirismo de Russell, que identifica nos dados dos sentidos (“*sense data*”) os fundamentos do conhecimento.

Uma das principais dificuldades enfrentadas por essa perspectiva epistemológica é o Problema do Regresso Epistêmico. O problema tradicionalmente assume a forma de uma cadeia epistêmica: uma crença em uma proposição pode ser epistemicamente justificada por uma crença em outra proposição, que é epistemicamente justificada por uma crença em ainda outra proposição, e assim por diante, *ad infinitum*. Como a cadeia não possui um elo final a partir do qual a justificação surge, parece que não pode haver justificativa alguma. Duncan Pritchard (2014) utiliza uma metáfora simples da relação entre uma casa e seus alicerces para ilustrar o problema em questão:

Think of one’s belief as being like a house. If a house lacks foundations, then it falls down. The same applies to a belief. If it lacks a solid foundation – if there is nothing that is justifying this belief – then the belief is not properly held, and so ‘falls down’. After all, if one can rightly hold a belief without that belief being supported by good grounds of any sort, then that seems to preclude us from making any epistemic distinction between the beliefs of rational and irrational agents. (PRITCHARD, 2014, p. 32).

Em última instância, o resultado deste problema é que o próprio conhecimento, enquanto crença verdadeira justificada, não seria possível — essa situação na qual conhecimento algum é possível pode ser chamada de ceticismo radical. O debate acerca desse problema perpetuou-se desde a Antiguidade até os dias atuais, com numerosas propostas de solução elaboradas por diversos filósofos com distintas estratégias argumentativas, partindo não só do fundacionismo, mas também de outras correntes epistemológicas, como o infinitismo, e o coerentismo. Resumidamente, para o infinitista, mesmo que não haja um ponto de parada em nossa cadeia de justificações isso não a tornaria deficiente. Já para o coerentista, basta que uma crença seja coerente com o conjunto de crenças a qual ela faz parte para que a cadeia seja justificada, não sendo possível a existência de uma crença justificada isoladamente.¹⁰

Na visão de alguns leitores de *Sobre a Certeza*, a obra carregaria uma nova maneira de lidar com o problema do regresso epistêmico, evitando o ceticismo radical. Por mais que se trate de um trabalho que o autor não viveu o suficiente para finalizar, a partir dele inaugurou-

⁹ Conferir Hasan e Fumerton (2018).

¹⁰ Conferir Rolla (2018, p. 42).

se uma abordagem epistemológica atualmente conhecida como *Hinge Epistemology*.¹¹ Trata-se de uma nova concepção da nossa estrutura de justificações, centrada no conceito de *hinge propositions*. Essa expressão possui algumas variações a depender do autor e da maneira que ele interpreta a própria natureza das *hinges*. Por exemplo, Moyal-Sharrock (2004a, 2016) utiliza *hinge certainties* por interpretar que elas não seriam proposicionais, e *animal certainties*, defendendo que elas seriam “arracionais”¹², pois estariam relacionadas aos nossos aspectos instintivos. Já Duncan Pritchard (2016) prefere *hinge commitments*, pois compreende que elas são compromissos epistemológicos. Em português, podemos traduzir por proposições fulcrais, proposições-dobradiça ou proposições axiais.¹³

Existem diversas interpretações sobre essa suposta proposta Wittgensteiniana de solucionar o problema do regresso, cada qual com diferentes caracterizações da natureza das *hinge propositions*. Abaixo, apresentamos duas interpretações da *hinge epistemology* relevantes para nossa investigação, pois tratam de maneira mais explícita e direta da natureza das *hinges* e da questão sobre o fundacionismo Wittgensteiniano:

- i. Epistêmica: para as interpretações epistêmicas (Morawetz, 1978, 2005; Pritchard, 2001, 2005, 2011; Williams, 2004a, 2004b; Wright, 2004; Kusch, 2016), *hinges* podem ser justificadas mesmo sem evidências empíricas que as comprovem diretamente e podem até se tornar objeto de conhecimento, se o conhecimento se estender a proposições para as quais não possuímos justificativas evidenciais;

¹¹ Em português, traduz-se literalmente para “epistemologia das dobradiças”. Alguns, como Plínio Smith (em palestra realizada no V Colóquio Dissoi Logoi na UNIFESP no mês de novembro de 2019), também utilizam “epistemologia dos eixos”, por compreenderem que a metáfora dos eixos (OC §152, analisada no ponto 2.1.2) é mais precisa que a metáfora das dobradiças (OC §341, analisada no ponto 2.1.1) para exprimir a natureza das *hinges*. Importa notar que no primeiro semestre de 2021 será publicada a coletânea organizada por Plínio Smith e Nara Figueiredo intitulada “A epistemologia dos eixos: Uma interpretação e debate do *Sobre a Certeza*, de Wittgenstein”.

¹² Em vez de utilizar a palavra “irracional”, utilizamos “arracional” pelo seguinte motivo: a primeira (adjetivo existente no léxico da língua portuguesa) está dentro da relação “racional *versus* irracional”, ou seja, a irracionalidade é definida a partir da negação da racionalidade. A segunda palavra, “arracional”, não participa dessa relação. Sendo assim, um ser racional é aquele dotado de racionalidade, um ser irracional não é aquele dotado de racionalidade, e um ser “arracional” seria aquele que sequer cabe atribuir ou não racionalidade. Essa parece ser a ideia de Moyal-Sharrock (2004a, 2019).

¹³ A diferença entre “proposições fulcrais” e “proposições axiais” está na ênfase dada a duas importantes metáforas presentes em *Sobre a Certeza*, respectivamente, a metáfora das dobradiças (OC §341) e a metáfora dos eixos (OC §152). A segunda forma de tradução, por exemplo, pelos textos presentes na coletânea de Smith e Figueiredo (no prelo) anteriormente citada. Já “proposições fulcrais” é uma maneira mais neutra de tradução inspirada na expressão “certeza fulcral”. Esta segunda é a maneira pela qual Janyne Sattler traduz a formulação “*hinge certainty*” utilizada por Moyal-Sharrock (2015). Do inglês, “*hinge*” significa “dobradiça”. O termo “*hinge*” enquanto adjetivo é traduzido por Sattler pela palavra “fulcral”. Ela também traduz “*hinge proposition*” por “proposição-dobradiça”. Em geral, para evitarmos uma possível dificuldade de compreensão acerca da interpretação que estamos nos referindo, utilizaremos os termos em inglês.

- ii. Não-epistêmica ou *Framework*: nas interpretações *framework* (Strawson, 1985¹⁴; Wright, 1985; McGinn, 1989; Moyal-Sharrock, 2004a, 2016; Coliva, 2010a, 2010b; Silva, 2015; Pritchard, 2016; Schönbaumsfeld, 2016; Carvalho, 2019, no prelo), as *hinge propositions* constituem a estrutura ou o quadro de referências a partir do qual realizamos julgamentos, não sendo elas mesmas passíveis de verdade ou falsidade.

A princípio, pode-se pensar que os defensores de uma leitura não-epistêmica também seriam anti-fundacionistas, porém isso não é uma regra. Por exemplo, ambos Stroll (1994) e Moyal-Sharrock (2004a, 2016) compreendem que *Sobre a Certeza* possui uma espécie de fundacionismo — por mais que tal fundacionismo não se encaixe completamente com a concepção clássica de fundacionismo apresentada no início desta introdução. Autores vinculados a interpretações epistêmicas também nem sempre são a favor de um fundacionismo, como Williams (2005), que explicitamente defende um anti-fundacionismo, ou mesmo Pritchard (2011), que propõe uma leitura externalista epistêmica de *Sobre a Certeza* e rejeita a ideia de que as *hinges* cumpririam todas as condições impostas pelo fundacionismo clássico para serem consideradas crenças fundacionais.

Para respondermos à pergunta que intitula este trabalho, seguimos a seguinte estrutura:

- I. Nas considerações preliminares, ainda neste primeiro capítulo, tratamos da publicação, do desenvolvimento e da recepção de *Sobre a Certeza*, com o intuito de contextualizar nosso leitor acerca das discussões subsequentes.
- II. No segundo capítulo, apresentamos e oferecemos nossa interpretação de algumas das metáforas que constituem a argumentação de Wittgenstein. Ao final, construímos um quadro sinóptico contendo todas as conclusões obtidas a partir das metáforas e aplicamos essas conclusões à discussão sobre a distinção entre certeza e conhecimento.
- III. Após isso, no terceiro capítulo, apresentamos algumas interpretações epistêmicas e não-epistêmicas de *Sobre a Certeza* e as relacionamos às metáforas tratadas no capítulo anterior.
- IV. No quarto capítulo, tratamos do problema do regresso epistêmico. Para isso, introduzimos o trilema de Agripa com o intuito de estabelecermos o contexto no qual o

¹⁴ Dentro da *hinge epistemology framework*, podemos também classificar uma grande influência da interpretação naturalista de *Sobre a Certeza*, feita por Strawson (1985). De acordo com essa leitura, as dúvidas céticas radicais não são nem sem sentido, nem irracionais, mas apenas antinaturais. Essa antinaturalidade seria justificada no sentido de que tais dúvidas pretendem suspender proposições às quais nós naturalmente tomamos como garantidas. Em outras palavras, aceitamos algumas proposições como certezas ou regras sem que seja necessário recurso a elementos metafísicos ou sobrenaturais, mas somente porque nós fomos educados dentro de uma forma de vida que as mantém coletivamente. As interpretações de Stroll (1994) e Moyal-Sharrock (2004a, 2016) foram influenciadas por essa interpretação. Analisamos a posição de Strawson mais detidamente no ponto 3.2.1.

problema surge. Apresentamos também as respostas tradicionais a ele, Infinitismo, Coerentismo e Fundacionismo. Sugerimos a possibilidade de uma nova saída ao trilema a partir de uma resposta inspirada nas considerações de Wittgenstein.

- V. No quinto capítulo, consideramos algumas posições fundacionistas e anti-fundacionistas, apresentando suas teses, demonstrando como elas conversam entre si e elaborando críticas a partir do que obtivemos nos como conclusões nos capítulos anteriores. Assim, julgaremos a viabilidade de se compreender *Sobre a Certeza* enquanto uma obra que propõe um fundacionismo ou um anti-fundacionismo. Defenderemos que uma leitura anti-fundacionista é mais adequada.
- VI. Por fim, nas considerações finais, resumiremos os resultados obtidos e reiteraremos nossa conclusão acerca do principal problema aqui investigado, a saber, em que medida Wittgenstein seria um fundacionista. Ressaltaremos também pontos de nossa dissertação que podem ser mais aprofundadas e, diante das discussões tocadas no texto, apontaremos para caminhos que surgem para desenvolvimento futuro.

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Consideramos ser de grande importância tecermos algumas considerações preliminares acerca da motivação, elaboração, publicação, recepção e importância de *Sobre a Certeza*. Essas características da obra possuem sutilezas que, caso sejam trazidas à tona, podem trazer algum benefício à compreensão do texto e do autor.

1.1.1 Discussões com Norman Malcolm sobre G.E. Moore

Uma das causas motrizes dos manuscritos publicados em *Sobre a Certeza* foram as discussões entre Wittgenstein e Norman Malcolm no verão de 1949, durante a estadia de Wittgenstein na residência de Malcolm em Ithaca, nos Estados Unidos. Nesse período os dois tiveram uma série de conversas acerca do pensamento de G.E. Moore¹⁵, especialmente *Em Defesa do Senso Comum* (1925) e *Prova do Mundo Externo* (1939)¹⁶. Nestes trabalhos, Moore elabora respostas ao ceticismo sustentando sua argumentação na hipótese de que existiriam algumas proposições que sabemos com certeza serem verdadeiras, as quais serviriam de base

¹⁵ George Edward Moore (1873-1958) foi um importante filósofo inglês, um dos membros da trindade de filósofos do Trinity College em Cambridge (sendo os outros dois Bertrand Russell e o próprio Wittgenstein), defensor da “visão de senso comum do mundo” e um dos fundadores da filosofia analítica. Como nos esclarece Monk (2020), sua fama no início do século XX fora notável, mas se perdeu ao passar dos anos.

¹⁶ Mais precisamente, destaca-se que a primeira (OC §1-65) e segunda parte (OC §66-192) de *Sobre a Certeza* são geralmente vistas como centradas na *Prova* de Moore, enquanto que as últimas duas partes (OC §193-299 e §300-676) majoritariamente reagem à *Defesa*. (Cf. WRIGHT, 2004, p. 13).

para todo conhecimento posterior. Esclarecemos que a questão feita pelo cético (radical) se volta sobre as bases que sustentam e permitem que nossas crenças sejam justificadas. Assim, a proposta de Moore aqui se encaixaria no sentido de garantir que teríamos em nossa base algumas certezas que certamente são verdadeiras e que, portanto, não poderiam ser duvidadas.

Moore constantemente em seus textos utiliza a formulação “Eu sei que...” para apontar que sabe essas certezas. Este uso de “Eu sei que...” é um dos elementos que mais chamou a atenção de Wittgenstein e Malcolm. Para Wittgenstein, a proposta de Moore estava no caminho certo ao defender que existem algumas coisas as quais sustentamos serem certezas invioláveis, porém equivocava-se ao categorizar essas coisas como conhecimento — “For when Moore says “I know that that’s...” I want to reply ““you don't *know* anything!”” (OC §411).

Malcolm relata que as discussões principalmente giravam em torno da insistência de Moore de que dizer “eu sei que isto é uma mão”¹⁷ (enquanto mantém uma mão em frente ao seu rosto) seria um uso correto da linguagem.¹⁸ Na visão de Moore, a compreensão do significado de proposições como “[I know that] there exists at present a living human body, which is my body”¹⁹ e “[I know that] the Earth has existed long before my birth” implica necessariamente na afirmação de sua verdade. Por mais que tenham formas similares a proposições empíricas ordinárias, essas proposições seriam certezas absolutas e injustificáveis. No entanto, de acordo com o princípio da bipolaridade²⁰, toda proposição deve poder ser verdadeira e poder ser falsa. Sendo assim, essas proposições feririam o princípio, afinal, todos que as compreendessem deveriam sempre as considerar verdadeiras. Exemplos dessas proposições são variados. Moore (1925) nos oferece extensa lista:

There exists at present a living human body, which is my body. This body was born at a certain time in the past, and has existed continuously ever since, though not without undergoing changes (...). Ever since it was born, it has

¹⁷ Uma versão simplificada e ilustrativa da prova do mundo externo de Moore é: (i) Aqui está uma mão; (ii) Se existe uma mão aqui, existe um mundo externo; (iii) Existe um mundo externo.

¹⁸ Conferir Malcolm (1958, p. 70).

¹⁹ Conferir Moore (1925, p. 107-108) para encontrar uma das listas de proposições mooreanas.

²⁰ O princípio da bipolaridade se distingue do princípio da bivalência: o primeiro é mais forte, determinando que toda proposição deve *poder* ser verdadeira ou falsa; o segundo, mais fraco, determina que uma proposição deve apenas assumir um único valor de verdade por vez, isto é, ou verdadeiro, ou falso. Tautologias e contradições, portanto, atendem a bivalência, mas não satisfazem a bipolaridade. Como nos mostra Glock, o princípio da bipolaridade pode ser atribuído a Wittgenstein no *Tractatus*: “this principle, which Wittgenstein was the first to espouse, differs from the weaker principle of bivalence, according to which every proposition is either true or false” (GLOCK, 1996, p. 63). Essa diferença entre princípios também está relacionada à distinção entre proposições sem sentido (“*senseless*”) e proposições absurdas (“*nonsense*”) apresentada no TLP. Enquanto que as primeiras são sem sentido pois não possuem um referente (partindo do ponto de vista de que o sentido de uma palavra ou sentença é sua referência), como as proposições da lógica e da matemática, as últimas são absurdas pois estão além dos limites do sentido. De acordo com o primeiro Wittgenstein, fariam parte deste segundo grupo as proposições da metafísica, da ética e da estética, pois estas teriam como objetivo apreender o mundo como um todo, algo que ultrapassaria os limites da linguagem.

been either in contact with or not far from the surface of the earth. (...) I am a human being, and I have, at different times since my body was born, had many different experiences, of each of many different kinds. (...) I have had expectations with regard to the future, and many beliefs of other kinds, both true and false; I have thought of imaginary things and persons and incidents, in the reality of which I did not believe; I have had dreams; and I have had feelings of many different kinds. And, just as my body has been the body of a human being, namely myself, who has, during his lifetime, had many experiences of each of these (and other) different kinds. (MOORE, 1925, p. 107-8).

As proposições mooreanas chamaram a atenção de Wittgenstein por conta de suas características peculiares. O uso dessas proposições na maior parte das situações cotidianas causará um estranhamento. Apesar disto, colocá-las em dúvida parece ser inadequado. Esse uso inusitado e a inadequação da dúvida foram alguns dos resultados da investigação gramatical de “conhecimento” realizada por Wittgenstein, e demonstram um grande distanciamento entre os usos de “eu sei que...” por Moore dos usos ordinários — “the propositions presenting what Moore ‘knows’ are all of such a kind that it is difficult to imagine *why* anyone should believe the contrary” (OC §93).

1.1.2 Recepção, estilo de escrita e importância

Ressaltamos que a publicação de *Sobre a Certeza* foi tardia se comparada com as *Investigações Filosóficas*, publicadas já em 1953. Mesmo que este tenha sido o caso, é notável que pouco tempo após a sua publicação, as ideias apresentadas na obra já começaram a ser estudadas e debatidas com intensidade. Mais especificamente, desde o início da década de 70 as discussões sobre a obra já tinham certa intensidade, a qual persistiu até as décadas de 80 e 90, quando talvez tenham sido intensificadas ainda mais. Uma lista cronológica seria composta pelos trabalhos de Helge Malmgren (1971), G.H. von Wright (1972), A.J. Ayer (1973), Anthony Kenny (1973), Carolyn Wilde, (1976), Elizabeth Wolgast (1977), Thomas Morawetz (1978), Stanley Cavell (1978), Barry Stroud (1984), Marie McGinn (1989), Gertrude Conway (1989), Robert Fogelin (1992, 1994) e Avrum Stroll (1994).

Com o intuito de contextualizarmos brevemente o processo de escrita e leitura da obra, analisaremos adiante duas características de *Sobre a Certeza*, a saber, (1) trata-se de um texto inicialmente difícil de compreender, que (2) aparentemente mantém seus interlocutores implícitos. Essas características também poderiam ser apontadas tanto para o *Tractatus* quanto para as *Investigações*.

Em relação à primeira, a estrutura textual da obra de fato é complexa e sua argumentação é sutilmente construída a partir perguntas, metáforas, analogias e exemplos. Acreditamos que a

descrição feita por Daniëlle Moyal-Sharrock (2004a) sobre a leitura da obra é pertinente e exitosa. De acordo com a autora, Wittgenstein teria disposto nos escritos não somente as suas soluções ou propostas, mas, principalmente, seus questionamentos, que muitas vezes levavam a perplexidade e frustração. Afinal, como anteriormente mencionamos, estamos aqui lidando com anotações, considerações que não necessariamente tinham como intuito convencer outros de suas posições, mas sim de desenvolver seus próprios pensamentos acerca de problemas que o interessavam.

Upon opening *On Certainty*, the reader is abruptly drawn behind the scenes to witness the struggle of a philosopher alone with his subject. We are taken on an intellectual journey, where all is expressed and shared: the questioning, the perplexity, the wavering, the seeming contradictions, the frustration and the near resignation; but also the upward path, the sightings, the apprehensions, the unfolding of the evidence, the deliberations, the suspense and the solutions. The result, for the reader, of this seemingly chaotic and unsettled development, is double edged. It can make for a disconcerting, or even discouraging reading; but it can also make for one of the most powerfully engaging readings in all of philosophy. (MOYAL-SHARROCK, 2004a, p. 1).

Essas características também podem ser demonstradas a partir da descrição de Malcolm (1986), que, assim como Moyal-Sharrock, se preocupa em ressaltar as recompensas de se debruçar sobre a obra:

They are rough notes, completely unrevised. They are his discussions with himself, with no anticipation of publication. [...] Many readers find the whole thing bewildering. But these notes reward hard study. Not only are there individual comments of great beauty, but also lines of thought emerge that are not to be found elsewhere in Wittgenstein's writings. (MALCOLM, 1986, p. 201).

Avrum Stroll (1994) denomina esse estilo de escrita de Wittgenstein como “texto quebrado”: “by ‘broken text’ [...] I mean a literary style of writing that is non-systematic, rambling, digressive, discontinuous, interrupted thematically, and marled by rapid transitions from one subject to another” (STROLL, 1994, p. 88).²¹ Ele afirma que a escrita de *Sobre a Certeza* poderia ser comparada ao método de livre associação Freudiano, na qual o autor faria brincadeiras com ideias sem nenhuma estruturação aparente. Isso não significa que, para Stroll, Wittgenstein seja um psicanalista ou ainda um paciente neurótico, nem que ele não possua objetivos em mente, nem que não seja possível identificar um método utilizado pelo filósofo.

²¹ “The use of the broken text is generally not accidental but purposive, and it is commonly used in an adversarial or even subversive way. [...] Wittgenstein's use of it is characteristic. He is reacting against any attempt by philosophers to understand the world in neat, sharp categories. [...] As Wittgenstein puts it succinctly in the preface to the *Investigations* his use of that style is ‘connected with the very nature of the investigation. For this compels us to travel over a wide field of thought criss-cross in every direction’” (STROLL, 1994, p. 89).

Ao contrário, é possível reconhecer em *Sobre a Certeza* o mesmo (ou similar) “método” presente nas *Investigações*. Em sua análise das *Investigações Filosóficas*, David Stern identifica um entrelaçamento de dois métodos argumentativos: o “método do §2” e o “método do paradoxo”. Para ele, ambos têm como objetivo “chamar nossa atenção para o contexto em meio ao qual nosso uso da linguagem ocorre” (STERN, 2004, p. 140). Stroll denomina-o de “método de casos”²² e afirma que esse método geralmente se baseia em apelos à linguagem ordinária, mas alerta que esses apelos devem ser diferenciados do próprio método. Em sua visão, o método tem como objetivo:

to sensitize the philosopher to the complex ways in which various cases resemble and differ from one another. The message Wittgenstein wishes to communicate is that how we speak about, understand, and assess various features of the world and its inhabitants will depend on the subtle discriminations we make between resembling and yet differing cases. (STROLL, 1994, p. 96).

Por mais que o texto seja um grande compilado de anotações que não tiveram a chance de serem editadas com maior atenção pelo próprio autor que as escreveu, poderíamos pensar em uma possível motivação filosófica para a escolha desse método, como aponta Stroll: “the philosophical significance of the method is that no overarching, synoptic theory or conceptual model will do justice to this variety of cases” (STROLL, 1994, p. 96). Como Wittgenstein tem em vista múltiplas circunstâncias, variados contextos e diferentes perspectivas da realidade, seria incoerente utilizar um método sistemático que tivesse como resultado pretendido um modelo geral de como as coisas são ou deveriam ser. Segundo Stroll, o uso do estilo “texto quebrado” nos escritos de Wittgenstein está relacionado ao método de casos:

It allows him great flexibility in describing and then discussing a wide variety of cases without being tied to a conventional organizational schema. It is the perfect literary mechanism for the use of the criss-cross technique. And in aphorism after aphorism, building upon example piled upon example, it allows the method to have its maximum effect. (STROLL, 1994, p. 96)

A segunda característica também está relacionada com a leitura e escrita do texto: há nas passagens da obra uma intensa discussão com diversos interlocutores e diversas perspectivas, em sua maioria implícitos, sem tanta clareza sobre posicionamento do próprio Wittgenstein. Em nossa visão, há aqui uma cuidadosa abordagem antidogmática. Além de evitar

²² Stroll se baseia no §133 das *Investigações Filosóficas* para chegar a esta nomenclatura: “The real discovery is the one that enables me to break off philosophizing when I want to. — The one that gives philosophy peace, so that it is no longer tormented by questions which bring *itself* in question. — Instead, a method is now demonstrated by examples, and the series of examples can be broken off. — Problems are solved (difficulties eliminated), not a *single* problem. There is not a single philosophical method, though there are indeed methods, different therapies, as it were” (PI §133-133d).

conclusões precipitadas, a principal pretensão do autor com essa abordagem é a de avançar uma maneira de fazer filosofia que não ignore ou desqualifique a diversidade de culturas e perspectivas existentes (trataremos mais a fundo sobre o antidogmatismo Wittgensteiniano no capítulo 5). À primeira vista, no entanto, essa abordagem pode parecer impedir a identificação de teses, de modo que a filosofia de Wittgenstein poderia ser aproximada ao ceticismo pirrônico, um tipo de ceticismo que busca avaliar as diferentes posições acerca de um mesmo tema e mostrar como, em geral, nossas pretensões de conhecimento são injustificadas.²³

Por mais que se possa apontar que Wittgenstein discutira ideias de diversas correntes filosóficas desenvolvidas ao longo da história, como, por exemplo, variadas versões de ceticismos, idealismos e empirismos, certamente o interlocutor mais recorrente na obra é G.E. Moore. Ainda assim, por mais que Moore estivesse preocupado em rejeitar as posições idealistas e céticas que estavam ressurgindo em Cambridge na época²⁴, deve-se notar que os apontamentos de Wittgenstein não foram feitas diretamente ao filósofo do senso comum.

Tratamos até agora de características de *Sobre a Certeza* no que tange sua recepção e estilo de escrita. Resta-nos, então, mostrar quais são os motivos levantados por intérpretes para considerá-la também uma obra muito importante, tanto para a compreensão do pensamento de Wittgenstein, quanto para o desenvolvimento de pesquisas filosóficas na contemporaneidade, especialmente na área da Epistemologia.

A obra e a biografia de Wittgenstein é vasta em muitos sentidos.²⁵ Seja pela quantidade de trabalhos desenvolvidos, seja pela grande abrangência das diversas áreas da filosofia e de outras ciências, seja pelos muitos caminhos que ele percorreu e pelas diferentes decisões que tomou ao longo de sua vida. Para que fosse possível compreender melhor cada ponto no qual ele passou, os intérpretes do filósofo austríaco-britânico dividem seu pensamento em fases.²⁶ A divisão tradicional é a seguinte:

- i. Haveria um “primeiro” ou “jovem” Wittgenstein, referindo-se ao período de escrita, publicação e disseminação do *Tractatus Logico-Philosophicus* (1913-1921) e ao seu aparente abandono da filosofia (1921-1928)²⁷;

²³ O debate sobre uma leitura pirrônica de Wittgenstein ainda é bastante atual. Para um aprofundamento nessa discussão, confira Richard Watson (1969), Robert Fogelin (1981, 1994), Smith (1993, 2019), David Stern (2004), Duncan Pritchard (2012, 2020) e Smith e Bueno (2016).

²⁴ Para uma breve exposição desse debate, conferir Guyer e Horstmann (2019).

²⁵ Conferir Monk (1990) para uma biografia extensa e confiável da vida (e obra) de Ludwig Wittgenstein.

²⁶ Para uma análise compreensiva do desenvolvimento da filosofia Wittgensteiniana, conferir Engelmann (2017).

²⁷ Contra a caracterização lugar-comum de tratar esse período da vida de Wittgenstein como um abandono da filosofia, um hiato filosófico, ou um momento irrelevante para o desenvolvimento de sua filosofia madura, Désirée Weber (2019) defende a prevalência e a importância das referências de Wittgenstein ao ensino, aprendizagem e treinamento, mostrando o papel que essas referências desempenham na estrutura e nos pontos centrais de seus

- ii. Em seguida, haveria também um Wittgenstein “intermediário”, referindo-se ao período de seu retorno à filosofia, marcado pela gestação da mudança de sua concepção de linguagem registrada em anotações posteriormente publicadas como *Livro Azul*, *Livro Castanho* e *Gramática Filosófica* (1929-1934);
- iii. Por fim, haveria um “segundo” ou “maduro” Wittgenstein, referindo-se ao longo período de escrita das *Investigações Filosóficas* e de diversos outros trabalhos, como *Observações Sobre os Fundamentos da Matemática*, *Anotações sobre as Cores* e *Sobre a Certeza* (1935-1951).²⁸

A partir dessa divisão, pode-se pensar que *Sobre a Certeza* seria apenas uma espécie de continuação das *Investigações Filosóficas*, sem nenhuma (ou quase nenhuma) contribuição original.²⁹ Essa é uma posição a qual consideramos que deve ser evitada. Ora, a continuidade entre as duas obras é clara: é possível encontrar diversos pontos nos quais *Sobre a Certeza* amplia, esclarece e complementa discussões já presentes nas *Investigações*.³⁰ Por exemplo, na seção §310 das IF, Wittgenstein desenvolve uma discussão sobre o uso de “Eu sei...” muito semelhante à presente em *Sobre a Certeza*: “‘I know...’ may mean ‘I do not doubt...’ — but does not mean that the words ‘I doubt...’ are *senseless*, that doubt is logically excluded” (PI 310). Porém, como nota Marcelo Carvalho (2017a), o confronto com as proposições de Moore oferece a Wittgenstein a oportunidade de elaborar ideias inicialmente apresentadas nas *Investigações*, tais como a distinção entre proposições empíricas e gramaticais, a dinâmica dos jogos de linguagem, e os conceitos de uso e prática. Mais que isso, de acordo com Carvalho, *Sobre a Certeza* apresentaria

(...) a new, inverse perspective for his work. The result is an extremely interesting set of texts, of enormous value for the themes and conceptions that they discuss. And these works are hardly over evaluated in their importance for understanding the *Philosophical Investigations*. (CARVALHO, 2017a, p. 8).

trabalhos posteriores. A autora denomina sua visão de “leitura pedagógica”, justamente pois examina a experiência de Wittgenstein como professor de ensino básico no município de Kirchberg, no interior da Áustria, e considera que essa atuação influenciou muito sua transição para uma filosofia pragmática, que valorize mais a vida cotidiana.

²⁸ A relação das *Anotações sobre as Cores* (1977) e *Sobre a Certeza* são muitas, pois ambas as obras são compostas por escritos feitos no mesmo período. Carvalho (2017b) trata da relação entre as considerações de Wittgenstein sobre cores e certeza.

²⁹ Como nos mostra Stroll, essa seria a posição de Hanfling (1989): “Oswald Hanfling’s excellent *Wittgenstein’s Later Philosophy*, devote some space to *On Certainty* (a whole chapter in Hanfling’s case), but in general their focus is elsewhere. More important, they tend to interpret *On Certainty* in the light of Wittgenstein’s approach in the *Investigations*, thus minimizing the originality of the later work” (STROLL, 1994, p. 5).

³⁰ Para uma abrangente leitura das *Investigações Filosóficas* e de *Sobre a Certeza* traçando suas relações, conferir Carvalho (2007).

Moyal-Sharrock (2004b) afirma que, em verdade, há em *Sobre a Certeza* uma sensação de encerramento da filosofia de Wittgenstein:

There is a exhilarating, if quiet, sense of closure to Wittgenstein’s philosophy, and it occurs in *On Certainty* — a closure, not in that Wittgenstein had his say, but in that he had found some answers: answers to his questions about scepticism, about the nature of our basic beliefs, about the apparent hybrid nature of some propositions; answers which may have been in the bud before *On Certainty*, but which required the intense, sustained attention that they received in 1949-51 to come to their ultimate formulation. (MOYAL-SHARROCK, 2004b, p. v).

Segundo Michael Williams (2004a), as anotações compiladas na obra são uma verdadeira mina de ouro de ideias para filósofos preocupados com conhecimento e ceticismo. Para Stroll (1994, p. 5), ela deveria ser considerada a terceira obra-prima de Wittgenstein. Posteriormente, Stroll (2005, p. 33) chega a afirmar que a obra seria a contribuição mais importante para a teoria do conhecimento desde a *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant, publicada pela primeira vez em 1781. Corroborando com essa exaltação à importância da obra, Moyal-Sharrock (2004b) defende que a divisão tradicional das fases do pensamento Wittgensteiniano deveria ser revisada. Para ela, além do “primeiro”, representado pelo *Tractatus*, e do “segundo”, simbolizado pelas *Investigações*, o período de 1946 a 1951 deveria ser considerado enquanto um distinto “terceiro” Wittgenstein, tendo *Sobre a Certeza* como a principal obra dessa fase:

[in] Wittgenstein’s third phase (...) we witness a vigorous, restless grappling with the major themes of philosophy: belief, certainty, knowledge, foundationalism, scepticism, and of course he leaves none of these unruffled. (MOYAL-SHARROCK, 2004b, p. 21).

Consideramos que é devida a exaltação da obra, mesmo com os percalços de sua elaboração e dificuldades de leitura que levam a múltiplas interpretações — em verdade, a multiplicidade de leituras possíveis testemunha a favor da grandiosidade da obra e da genialidade do autor. Pensamos que a revisão das fases que dividem o pensamento de Wittgenstein proposta por Moyal-Sharrock pode até ser bem-vinda no sentido de fomentar ainda mais discussões acerca do tema e de chamar atenção a *Sobre a Certeza*. No entanto, dados os diversos pontos de concordância entre as *Investigações Filosóficas* e *Sobre a Certeza*, não acreditamos ser necessária ou mesmo adequada a criação de mais uma divisão. Nossa posição é a de que é possível reconhecer *Sobre a Certeza* como sua terceira obra-prima sem que seja preciso acrescentar um “terceiro” Wittgenstein — basta incluir que há mais um motivo para considerar o “segundo” Wittgenstein (ou Wittgenstein maduro) enquanto uma figura

importante para a filosofia contemporânea e reconhecer o impacto de seu trabalho também para a Epistemologia.

O que ganhamos ao considerarmos essas questões antes de iniciarmos propriamente a discussão acerca das teses e ideias presentes em *Sobre a Certeza*? Ora, acreditamos que este contexto possa favorecer uma atitude menos pretensiosa, que não teria em vista alcançar uma resposta definitiva acerca dos problemas aqui encontrados. A complexidade e sutileza da argumentação e a importância dos temas tratados devem nos levar a assumir uma posição mais humilde e generosa em nossa análise, no sentido de não nos deixarmos fazer pouco caso de alguma interpretação da obra.

2 AS METÁFORAS DE *SOBRE A CERTEZA* (1969)

A argumentação presente em *Sobre a Certeza* é de caráter peculiar, geralmente sendo desenvolvida a partir de metáforas.³¹ Compreendemos metáforas como explicações a partir de usos figurativos da linguagem. Ao longo deste capítulo trataremos dessa argumentação metafórica elaborada por Wittgenstein.

Por mais que seja um capítulo bastante exegético da letra de Wittgenstein, nos reservamos certa abertura à interpretação, já que se tratam de metáforas. O resultado principal que esperamos ter alcançado é o de apresentar e esclarecer essas metáforas que Wittgenstein dispõe em sua obra. Acreditamos que elas constituem as diversas visões que o autor desenvolve sobre conhecimento, certeza, dúvida, erro e aprendizagem. Por esse motivo, elas também podem ser consideradas enquanto as bases a partir das quais surgem as mais diversas interpretações, em especial as *hinge epistemology*, tema do terceiro capítulo desta dissertação. Sendo assim, ressaltamos também que um dos objetivos secundários deste capítulo é fazer transparecer como o pensamento de Wittgenstein muito tem a nos dizer sobre a relevância de metáforas para a formação de posições filosóficas.

Mesmo com a grande disparidade entre algumas das metáforas, é possível encontrar semelhanças entre algumas das passagens. Aplicamos às metáforas o critério da abstração ou da complexidade: partimos das mais concretas e simples em direção às mais abstratas e complexas. Chegamos assim a quatro categorias de metáforas utilizadas por Wittgenstein em *Sobre a Certeza*. Abaixo, listamos estes tipos e suas respectivas metáforas:

- i. Metáforas mecânicas e arquitetônicas: são as mais simples e concretas, pois fazem referência a mecanismos físicos simples (com poucos componentes) e a elementos presentes na base da construção de edificações — a metáfora das dobradiças (OC §341), a metáfora dos eixos (OC §152), a metáfora da “casa que sustenta seus alicerces” (OC §246-8) e a metáfora das fundações (OC §401-3);
- ii. Metáforas geográficas: são simples e concretas, pois aludem a ambientes físicos relacionados à movimentação e à translocação no espaço, mas já são mais complexas que as anteriores, pois não se referem a peças constituintes de um todo, mas sim a

³¹ Muitos autores se debruçaram sobre as considerações de Wittgenstein acerca de metáforas e sobre as metáforas utilizadas por Wittgenstein, seja em sua filosofia inicial, seja em seu pensamento maduro. Dentre estes trabalhos, ressaltamos os de Jerry Gill (1979, 1996), Joachim Schulte (1989), Cora Diamond (1991), Helena Martins (1999) e Nicholas Burbules (2017). Também consideramos que algumas das metáforas discutidas nesta dissertação poderiam ser chamadas de “imagens”, no sentido de serem explicações que se referem de modo mais direto à própria frase que está sendo utilizada que se poderia esperar de uma metáfora. No entanto, por acreditarmos que esta distinção não é tão significativa a ponto de favorecer ou prejudicar a compreensão, optamos por classificar todas a partir do termo “metáfora”.

elementos completos — a metáfora do acostamento (OC §210), a metáfora das estradas (OC §88), e a metáfora do leito do rio (OC §96-9);

- iii. Metáforas biológicas e psicológicas: são complexas e abstratas, porque se relacionam a características fisiológicas de organismos vivos, em especial seres humanos, e apontam para aspectos da constituição psicológica dos indivíduos, principalmente aos aspectos relevantes para as situações de aprendizado — as metáforas de animalidade (OC §359, §472-5), a metáforas da “herança” (OC §93-95), a metáfora do “engolir” (OC §139-144) e a metáfora de “segurar firmemente” (OC §225, §234-5);
- iv. Metáforas normativas: são as mais complexas e abstratas pelo fato de se referirem a elementos normativos que constituem e regulam as relações conceituais que mantemos em relação a aspectos pessoais e sociais de nossas vidas — a metáfora do quadro de referências (OC §83) e a metáfora do sistema (OC §102, 105).

Ao final do capítulo, apresentaremos uma discussão importante que pôde ser esclarecida a partir da análise dessas metáforas, a saber, a distinção entre certeza e conhecimento.

2.1 METÁFORAS MECÂNICAS E ARQUITETÔNICAS

Iniciaremos o capítulo apresentando e discutindo as metáforas mecânicas e arquitetônicas encontradas em *Sobre a Certeza*. As contribuições que estas metáforas nos trazem acerca da natureza das *hinge propositions* são as seguintes: (1) as *hinges* devem permanecer fixas enquanto agimos para que nossas atividades em geral sejam possíveis (metáfora das dobradiças); (2) elas não são fixas por conta de algum elemento externo a elas, mas por uma relação de reciprocidade funcional, contingente e intrassistêmica que garante a estabilidade do conjunto de *hinges* (metáfora dos eixos); (3) elas devem poder ser revisadas ou modificadas como parte do processo dinâmico da estabilidade desse conjunto (metáfora da “casa que sustenta seus alicerces”); (4) podem ser consideradas fundações de nossos jogos de linguagem (metáfora das fundações).

2.1.1 Metáfora das dobradiças (OC §341)

(...) The *questions* that we raise and our *doubts* depend on the fact that some propositions are exempt from doubt, are as it were like hinges on which those turn. (OC §341).

A metáfora das dobradiças é frequentemente utilizada por intérpretes para introduzir o conceito de *hinge propositions*. Esse é o caso pois ela é bastante intuitiva: assim como o movimento de abrir e fechar de uma porta necessita de uma dobradiça (*hinge*) que a mantenha fixa na parede, as *hinge propositions* devem permanecer fixas (enquanto agimos) para que nossas atividades sejam possíveis — “If I want the door to turn, the hinges must stay put” (OC §343). Por exemplo, as certezas de que “Eu sou um ser humano”, “Eu tenho um cérebro”, “A Terra já existia muito antes de meu nascimento”, “Existem objetos físicos” e “Meu nome é Hugo Mota” devem permanecer fixas (enquanto digito) para que eu possa digitar estas palavras, caso contrário, eu estaria paralisado diante do monitor, minhas mãos estariam imóveis sobre o teclado. Esse exemplo específico pode ser amplificado para se referir às nossas atividades em geral: para que sejamos capazes de permanecer vivendo e agindo, precisamos de algumas certezas.

Logo acima, afirmamos de modo geral que as *hinges* são necessárias para agirmos. Porém, vale notar que, neste contexto, Wittgenstein trata de modo mais específico as atividades relacionadas a investigações científicas. De acordo com ele, “it belongs to the logic of our scientific investigations that certain things are *in deed* not doubted” (OC §342). A ideia aqui é a de que nós não podemos investigar tudo ao mesmo tempo. Por essa razão, somos forçados a

nos contentar com algumas assunções — “My *life* consists in my being contente to accept many things” (OC §344).

A heterogeneidade das *hinge propositions* deve aqui ser apontada. Enquanto algumas parecem ser mais relacionadas à estrutura física do mundo, outras dizem respeito tão somente a características pessoais ou sociais.³² Poder-se-ia pensar, por exemplo, que a *hinge* “Existem objetos físicos” possui maior valor, já que teria maior impacto à nossa capacidade de conhecer as coisas. Enquanto que a *hinge* “Meu nome é Hugo Mota” deveria possuir menor valor, por ter menos impacto a essa capacidade cognitiva.

Em relação a esse exemplo em específico, objetaria que talvez, ao menos em meu caso pessoal, “Meu nome é Hugo Mota” deva ser considerada tão importante cognitivamente quanto outras certezas mais abrangentes como “the sun is not a hole in the vault of heaven” (OC §104). Esse seria o caso pois tenho um irmão gêmeo idêntico a mim. Se fosse razoável para mim duvidar que sou chamado “Hugo Mota”, então a distinção de identidade que mantenho com meu irmão possivelmente seria ferida. Assim, se tudo que vivi estiver “ancorado” (OC §103) nessa minha *hinge*, então minhas vivências também seriam amplamente afetadas.

2.1.2 Metáfora dos eixos (OC §152)

I do not explicitly learn the propositions that stand fast for me. I can *discover* them subsequently like the axis around which a body rotates. This axis is not fixed in the sense that anything holds it fast, but the movement around it determines its immobility. (OC §152).

Consideramos que a metáfora dos eixos possua um grau de precisão maior que a metáfora das dobradiças na compreensão da natureza das *hinge propositions*. Esse é o caso pois pode-se pensar que deve sempre existir algo externo às certezas para que elas permaneçam fixas, como sempre deve haver uma parede na qual a dobradiça está vinculada. No caso da metáfora dos eixos, fica claro que é o “estar-em-movimento” que provoca que alguma parte de um sistema fique imóvel. Em outras palavras, o eixo do sistema é definido a partir de sua própria dinâmica. Nesse sentido, esse eixo não é imóvel por alguma característica (ontológica ou metafísica) especial. Também não é o caso do eixo se tornar imóvel por conta de alguma relação causal necessária: qualquer perturbação pode afetar o eixo. Isso tanto pode implicar na substituição do eixo, de modo que o sistema permaneça funcionando, quanto pode tornar o sistema disfuncional, sem eixo algum. Entendemos que, de acordo com a metáfora dos eixos,

³² Na literatura da *hinge epistemology*, principalmente na versão de Moyal-Sharrock (2004a), vemos que esses dois tipos de certezas podem ser divididos em “certezas objetivas” e “certezas pessoais”. Discutiremos em maior detalhe as diversas perspectivas sobre como classificar as *hinges* em categorias ou tipos ao longo do capítulo 3.

deve haver uma relação de reciprocidade dinâmica, funcional, contingente e intrassistêmica entre as *hinge propositions* e as demais crenças de nosso sistema epistêmico. É esta relação que garante a estabilidade do próprio sistema. Não haveria, portanto, diferença ontológica entre o eixo e as coisas que giram de acordo com esse eixo. Acreditamos que isso deve ser entendido de modo a enfatizar ainda mais a funcionalidade e a contingencialidade dessa relação.

Fica explícito neste ponto um outro importante contraste entre esta metáfora e a metáfora das dobradiças. Na medida em que a metáfora das dobradiças descreve a relação entre a dobradiça fixa na parede e a porta que se movimenta por conta de sua ligação à dobradiça, ela deixa aberta a possibilidade para compreendermos que as *hinges* sejam de natureza distinta das demais crenças. Já metáfora dos eixos, como acabamos de ver, nos mostra que a *hinge proposition* não é um componente de natureza distinta ou especial da nossa estrutura de justificações.

Para ilustrar essa relação de reciprocidade dinâmica e contingente a partir de imagens mais conhecidas, consideremos o voo de longa distância de aves migratórias. Os pássaros formam uma ponta de lança (como o formato da letra “V”), e o “líder” é aquele que se posiciona à frente dos demais. Essa posição de liderança é revezada dinamicamente entre os animais ao longo da viagem, não porque há ali alguma hierarquia, mas porque essa estratégia favorece o menor gasto de energia do conjunto de pássaros como um todo.³³

Outra interessante imagem encontrada na natureza que se encaixa nesse contexto é a da estruturação das plantas. Como podemos observar a partir das marcantes considerações de Ingrouille e Eddie (2006), plantas combinam a estabilidade de estrutura com a fluidez da mudança:

Plants are actually very strange living creatures indeed. Their life is alien to us. But this is their planet; they have made it and we live in their shadow. Plants seem static so that it is easy to forget that plants are living organisms. We associate movement with life. Though some plants look like pebbles (Lithops), they are not stones. If plants do not have life surging through them like animals, it trickles through them in a constant stream. Plants combine the stability of structure with the fluidity of change. (INGROUILLE e EDDIE, 2006, p. 48-9).

Consideramos, portanto, que não deve haver nenhuma diferença ontológica entre as *hinge propositions* e as demais proposições de nossos jogos de linguagem (que por elas são regidas), e deve ser salvaguardada a possibilidade de revisão dessas nossas convicções.

³³ Essa possibilidade de comparação me foi apresentada durante a comunicação “Paralelos entre mente, comunicação e sistemas dinâmicos” de Alessandra dos Santos (Fiocruz) durante a XX Semana dos Alunos da Pós-graduação em Filosofia da PUC-Rio (XX SAF) realizada no dia 29 de maio de 2019.

Sobre a possibilidade de revisão, de acordo com Wittgenstein, “it is clear that our empirical propositions do not all have the same status, since one can lay down such a proposition and turn it from an empirical proposition into a norm of description” (OC §167). Entretanto, esse estado de coisas não é estático: as convicções e proposições podem mudar dinamicamente as funções que desempenham.³⁴

Consideramos que a metáfora dos eixos é tão rica que ela pode até extrapolar a categoria “mecânica”, no sentido de que traz consigo também possíveis considerações relacionadas a aspectos biológicos. A explicação que ela nos oferece acerca do funcionamento de nosso sistema de crenças não faz referência a uma essência que determinaria de maneira duradoura os eixos do sistema, mas sim se liga à busca por estabilidade provinda do próprio sistema. Acreditamos aqui que deve haver uma relação de reciprocidade entre nossas regras e nossas crenças em virtude do perpetuamento da vida. Com essa afirmação, queremos estreitar o diálogo do pensamento Wittgensteiniano com concepções de vida, racionalidade e ação provenientes de correntes da filosofia da mente relacionadas à cognição corporificada.³⁵ Com efeito, somos seres biológicos e, em última instância, precisamos buscar a estabilidade de nosso sistema orgânico para permanecermos saudáveis e vivos.

2.1.3 Metáfora da “casa que sustenta seus alicerces” (OC §246-8)

Essa reciprocidade também pode ser exibida a partir da metáfora da “casa que sustenta seus alicerces” (OC §246-8).³⁶ Trata-se de uma metáfora bastante utilizada na história da filosofia, principalmente na teoria do conhecimento moderna. Descartes buscava um ponto fixo para posicionar uma alavanca arquimediana e então erguer toda a construção do conhecimento.³⁷ Kant, por sua vez, procurava pelos alicerces fundamentais a partir dos quais seria possível erigir com segurança o edifício do conhecimento humano.³⁸ A diferença desta metáfora de Wittgenstein é sutil, porém decisiva. A metáfora é iniciada pelo questionamento de potenciais declarações proferidas por um filósofo que acaba de encontrar os fundamentos de todas as suas crenças:

Here I have arrived at a foundation of all my beliefs.” “This position I will *hold!*” But isn’t that, precisely, only because I am completely *convinced* of it? — What is ‘being completely convinced’ like? (OC §246).

³⁴ Retornaremos à discussão sobre a possibilidade de revisão das *hinges* no ponto 2.2.3 sobre a metáfora do leito do rio (OC §96-9).

³⁵ Sobre essa relação, conferir Varela, Thompson e Rosch (1991), Hutto (2013), Moyal-Sharrock (2016, 2019) e Loughlin (2020).

³⁶ Relembre aqui a metáfora utilizada por Pritchard (2014), disposta na introdução desta dissertação.

³⁷ Conferir a segunda meditação de Descartes (1641).

³⁸ Conferir os prefácios de Kant (1787).

Wittgenstein continua com mais perguntas sobre o que significaria “estarmos completamente certos de algo”, especificamente sobre que tipo de dúvidas seriam “permitidas” nesse estado de certeza:

What would it be like to doubt now whether I have two hands? Why can't I imagine it at all? What would I believe if I didn't believe that? So far I have no system at all within which this doubt might exist. (OC §247).

Enfim, o autor declara: “I have arrived at the rock bottom of my convictions” (OC §248). Até aqui, pode parecer que Wittgenstein nada dista dos filósofos modernos preocupados com a origem do conhecimento. O mais importante vem a seguir: “One might almost say that these foundation-walls are carried by the whole house” (OC §248). Ora, então não se trata de uma busca por alicerces que irão servir de base para a elevação da casa do conhecimento. A imagem que devemos ter em mente é a de uma casa que já está aí, construída, e que os alicerces dependem dela para existirem. Não mais o foco deve ser na “fundamentalidade” dos alicerces que precedem cronologicamente e possibilitam a existência da casa. Devemos dar um passo para trás para darmos uma visada mais ampla, a fim de enxergarmos a relação de reciprocidade entre os elementos em jogo: a casa só existe por conta dos alicerces, assim como os alicerces só recebem sua função por conta da existência da casa. Trazendo para os termos técnicos: nossas práticas e crenças cotidianas são mantidas por certas convicções ou certezas, as *hinge propositions*, do mesmo modo que essas proposições só podem cumprir a função de *hinge* enquanto as nossas práticas e crenças as legitimam enquanto tais.

2.1.4 Metáfora das fundações (OC §401-3)

Para Wittgenstein, as *hinge propositions* fundamentam as nossas crenças, sejam elas verdadeiras (e justificadas) ou falsas, pois elas “form the foundation of all operating with thoughts (with language)” (OC §401). Elas são “an unmoving foundation of [the] language-games” (OC §403). A partir dessa metáfora que as relaciona com fundações (“*foundations*”), novamente é possível traçar comparações com as *Meditações Metafísicas* (1641) de René Descartes, um dos fundadores da teoria do conhecimento na modernidade. Em um certo sentido, ambos estão investigando as fundações de nosso conhecimento — o local onde a nossa pá entorta.³⁹ No entanto, por mais que as *hinges* aparentem cumprir uma função similar às certezas

³⁹ Essa expressão nos remete às *Investigações Filosóficas*: ““How am I able to follow a rule?” — If this is not a question about causes, then it is about the justification for my acting in *this* way in complying with the rule. Once I have exhausted the justifications, I have reached bedrock, and my spade is turned. Then I am inclined to say: “This is simply what I do.” (Remember that we sometimes demand explanations for the sake not of their content, but of their form. Our requirement is an architectural one; the explanation a kind of sham corbel that supports nothing.)” (PI §217).

indubitáveis que Descartes tanto procurava, elas não podiam estar mais distantes: por um lado, Descartes pensa que a certeza se restringe às próprias ideias, a certas proposições obtidas a partir de um método de abstração da realidade, por outro, Wittgenstein propõe que é possível estarmos seguros em relação a convicções básicas tratadas cotidianamente como obviedades.

Enquanto que Descartes acredita que um único ser humano pode chegar a muitas certezas por si só, Wittgenstein sustenta que a certeza de alguém sobre qualquer coisa pressupõe uma enorme quantidade de conhecimentos e crenças herdadas de outros. Tendo em vista esse contraste, podemos dizer que Wittgenstein rejeitaria o método da dúvida hiperbólica empregado por Descartes. Esse é o caso pois, na visão de Wittgenstein, devem existir certezas anteriores a toda e qualquer dúvida: “if you tried to doubt everything you would not get as far as doubting anything. The game of doubting itself presupposes certainty” (OC §115). A busca por uma certeza indubitável por meio de um procedimento de introspecção intelectual que tivesse como objetivo duvidar de tudo, portanto, não faria sentido. Essa estratégia nos levaria a um estado de paralisia, não avançaríamos a lugar algum.

Como mencionamos anteriormente, duvidar de uma proposição como “Eu tenho um cérebro” parece ser uma atitude inadequada. Duvidar de uma *hinge proposition* não seria propriamente duvidar, mas apenas apresentar um comportamento de dúvida:

Doubting has certain characteristic manifestations, but they are only characteristic of it in particular circumstances. If someone said that he doubted the existence of his hands, kept looking at them from all sides, tried to make sure it wasn't 'all done by mirrors', etc., we should not be sure whether we ought to call that doubting. We might describe his way of behaving as like the behaviour of doubt, but his game would not be ours. (OC §255).

Sendo assim, para sequer sermos capazes de formular uma pergunta que duvide do conteúdo de uma dessas certezas, teríamos que já conter em nossa imagem de mundo os possíveis usos desse conteúdo. Assim, as *hinge propositions* podem ser vistas como um conjunto de proposições que, enquanto agimos “de acordo” com elas, são inquestionáveis. Como afirma Wittgenstein, a dúvida na maior parte das situações não teria “pé de apoio”, isto é, não se sustentaria:

My “mental state”, the “knowing”, gives me no guarantee of what will happen. But it consists in this, that I should not understand where a doubt could get a foothold nor where a further test was possible. (OC §356).

2.2 METÁFORAS GEOGRÁFICAS

Aquilo que foi alcançado pelas metáforas mecânicas é, em geral, reforçado pelas metáforas geográficas. As novidades que surgem neste ponto são as seguintes: (1) *hinge propositions* não fazem sentido na maioria das circunstâncias nas quais são utilizadas (metáfora

do acostamento); (2) não são mencionadas em situações de normalidade (metáfora das estradas); (3) a diferença entre uma *hinge proposition* para uma proposição comum é uma diferença de função, não de natureza, de modo que uma proposição pode em um contexto desempenhar a função de *hinge* e em outro assumir outra função (metáfora do leito do rio).

2.2.1 Metáfora do acostamento (OC §210)

Uma característica relevante sobre as *hinge propositions* é a de que, tal como as proposições mooreanas vistas anteriormente, elas também não fazem sentido na maioria das situações do cotidiano.⁴⁰ Podemos neste ponto estabelecer uma distinção entre duas formas de usar uma proposição, a saber, o uso absurdo e o uso sem sentido. Enquanto que o primeiro uso não condiz com nenhum possível uso da proposição em questão, ferindo assim seu uso, a segunda forma simplesmente não parece ter serventia alguma na maior parte das circunstâncias, porém não fere o uso. A metáfora do acostamento se refere ao uso sem sentido.

Para exemplificarmos este uso, consideremos as seguintes situações. Caso estejamos caminhando em um parque dialogando com outra pessoa (em uma situação corriqueira na qual a comunicação está funcionando como esperado), constatar que “gatos não nascem de árvores” ou que “eu tive um pai e uma mãe” não terá utilidade alguma (a não ser em casos muito específicos). Wittgenstein afirma não possuir boas razões para justificar sua crença nessas duas proposições, mas se pergunta como alguém poderia sequer colocá-las em dúvida: “how is that supposed to have come about? By his never, from the beginning, having believed that he had parents? But then, is that conceivable, unless he has been taught it? For how can a child immediately doubt what it is taught?” (OC §282-3). A sua resposta a essas questões é drástica: “that could mean only that he was incapable of learning certain language games.” (OC §283). Ou seja, na maioria dos casos, proferir ou questionar uma *hinge* pode demonstrar uma dificuldade ou incapacidade na aprendizagem do falante em se inserir nos jogos de linguagem.

A “metáfora do acostamento” pode nos ser esclarecedora para compreender o motivo pelo qual a proposição “gatos não nascem de árvores” (na maioria dos casos) não possui utilidade. Ela surge a partir de uma pergunta bastante exótica:

I have a telephone conversation with New York. My friend tells me that his young trees have buds of such and such a kind. I am now convinced that his tree is.... Am I also convinced that the earth exists? (OC §208). (...) Does my telephone call to New York strengthen my conviction that the earth exists? (OC §210).

⁴⁰ Para uma discussão sobre esse tema a partir do Wittgenstein intermediário e suas considerações sobre contradições lógicas, conferir Silva (2018).

Em sua tentativa de lidar com essa questão, Wittgenstein utiliza a metáfora do acostamento: “Much seems to be fixed, and it is removed from the traffic. It is so to speak shunted onto an unused siding” (OC 210). Em outras palavras, na maioria dos casos, quando a linguagem está em bom funcionamento, quando o trânsito está fluindo, elas sequer são mencionadas, são deixadas no acostamento.

2.2.2 Metáfora das estradas (OC §88)

Por proximidade temática com a metáfora anterior, analisaremos a seguir a metáfora das estradas: “it may be for example that *all enquiry on our part* is set so as to exempt certain propositions from doubt, if they are ever formulated. They lie apart from the route travelled by enquiry” (OC §88).

Se antes vimos que as *hinge propositions* são deixadas no acostamento, imagem semelhante se repete aqui. As nossas investigações são comparadas a estradas, e as *hinge propositions* são elementos que não encontraremos ao viajarmos por elas. Pensemos em um mapa que contenha as diversas estradas inter-regionais do Brasil. Nesse mapa, poderemos observar centenas de trajetos possíveis de se realizar uma viagem entre uma região do país a outra.

De acordo com essa metáfora, é como se ao percorrermos esses trajetos, muito provavelmente não encontraríamos alguns pontos, não passaríamos por certas situações. Esses pontos e situações somente apareceriam para nós caso algo saísse do normal, do esperado. Raramente notamos que em alguns acostamentos existem telefones para contatar autoridades em caso de emergências, mas caso sofremos um acidente, isto é, caso algo inesperado ocorra, talvez agora passemos a procurar e nos importar com objetos presentes no acostamento.

2.2.3 Metáfora do leito do rio (OC §96-9)

A metáfora do leito do rio (§96-9) pode ser lida de modo a reforçar nossas considerações extraídas da metáfora dos eixos (OC §152). Nossas certezas não são estáticas. Elas estão situadas em um movimento dinâmico de mudança e transformação, um estado de fluxo constante:

It might be imagined that some propositions, of the form of empirical propositions, were hardened and functioned as channels for such empirical propositions as were not hardened but fluid; and that this relation altered with time, in that fluid propositions hardened, and hard ones became fluid. The mythology may change back into a state of flux, the river-bed of thoughts may shift. (OC §96-7).

Mesmo com esse turbilhão de mudanças, de acordo com Wittgenstein, continuamos sendo capazes de distinguir a cada momento entre o movimento das águas no leito do rio e a mudança no trajeto do rio. Porém, essa distinção não é tão precisa quanto se poderia esperar, por exemplo, de uma distinção conceitual filosófica tradicional.

Uma das consequências que podemos extrair dessa metáfora é a de que, a depender do contexto de seu uso, uma proposição pode desempenhar a função de *hinge*, assumindo as características mencionadas anteriormente, ou então pode desempenhar o papel de uma proposição ordinária, de cunho empírico — isto é, passaria a poder ser posta em dúvida: “the same proposition may get treated at one time as something to test by experience, at another as a rule of testing” (OC §98). Por exemplo, a proposição “Eu sou um ser humano”, introduzida anteriormente no ponto 2.1.1 enquanto uma *hinge proposition*, caso seja utilizada em um contexto relevante, como no caso de um pedido clemência após cometermos um erro, apelando para a falibilidade humana, então, nesse momento, cumprirá o papel de uma proposição comum.

Claro, pode ser mais ou menos difícil imaginar situações nas quais algumas *hinge propositions* poderiam cumprir outro papel. Por exemplo, em qual contexto a proposição “Eis aqui uma mão (apontando para a própria mão)” poderia ser posta em dúvida? A neurociência nos ensina que existe uma área do cérebro — o lobo parietal, especificamente o córtex parietal posterior⁴¹ — que controla a nossa capacidade de distinguir entre o que faz e o que não faz parte de nosso próprio corpo. Pensemos no seguinte caso: uma pessoa sofre um acidente grave e lesiona a cabeça. Essa lesão causa, dentre outras consequências, uma modificação no funcionamento de seu córtex parietal posterior. É possível, então, imaginar que a percepção dos membros de seu corpo seria alterada de tal modo que sua mão não mais seria considerada parte do corpo. A partir disso, podemos pensar que o papel desempenhado por “Eis aqui uma mão (apontando para a própria mão)” não mais seria de regra, abrindo espaço para a dúvida: “Será que esta mão é minha? (apontando para uma mão)”.

A argumentação que Wittgenstein nos oferece para refletirmos acerca da possibilidade de duvidar ou comprovar a *hinge* de que temos duas mãos é a seguinte:

If a blind man were to ask me “Have you got two hands?” I should not make sure by looking. If I were to have any doubt of it, then I don’t know why I should trust my *eyes*. For why shouldn’t I test my eyes by looking to find out whether I see my two hands? *What* is to be tested by *what*? (Who decides *what* stands fast?). (OC §125).

Wittgenstein nos esclarece que o ato de olhar para as próprias mãos com o intuito de verificar ou comprovar que de fato possuímos mãos não parece fazer sentido: se chegamos ao

⁴¹ Conferir Goldberg (2001).

ponto de termos que comprovar para nós mesmos isso, então que confiança nos restaria para a veracidade das imagens que nossos olhos nos permitem enxergar? Como faríamos, então, para comprovar que nossos olhos não estão nos enganando? Ora, o problema aqui não parece estar na formulação da pergunta se temos duas mãos, nem na resposta afirmativa (ou negativa), mas sim na ideia de que seria preciso oferecermos alguma justificativa que sustentasse essa resposta.

Enfim, é possível interpretar a partir do parágrafo §99 que existiriam certezas mais ou menos suscetíveis a essa movimentação que modifica sua função:⁴²

And the bank of that river consists partly of hard rock, subject to no alteration or only to an imperceptible one, partly of sand, which now in one place now in another gets washed away, or deposited. (OC §99).

Concordamos com Secco e Pereira (2017) quando descrevem essa metáfora como esplêndida e instrutiva. Os autores afirmam que ela nos mostra como seria a distinção entre proposições empíricas e *hinge propositions*. Se trata de uma diferença em relação à função que essas *hinges* desempenham em nosso sistema de proposições:

There are different kinds of propositions in our “system of propositions”. But “different” in which sense? A difference “in nature”? A difference “in degree”? According to Wittgenstein, it’s a difference *in function*. Propositions that form our system of propositions can be different according to the *function* they perform, according to the *role* they play, in our system of propositions. (SECCO e PEREIRA, 2017, p. 305).

2.3 METÁFORAS BIOLÓGICAS E PSICOLÓGICAS

As metáforas biológicas e psicológicas nos mostram as consequências e as influências que essas certezas podem ter em nosso comportamento. Em relação às novidades que obtemos aqui acerca das *hinge propositions*, podemos destacar os pontos: (1) as *hinges* estão relacionadas a características animais ou instintivas (metáforas de animalidade); (2) há uma relação importante entre *hinge propositions* e *Weltbild*: assim como não escolhemos nossa *Weltbild* a partir de uma análise de argumentos a favor ou contra esta ou aquela *Weltbild*, também não podemos abandonar atuais *hinges* ou nos comprometer com novas a partir de uma rápida análise baseada em argumentos (metáfora da “herança”); (3) em alguns contextos, como os de ensino ou de desacordos, é possível descobrir se um indivíduo possui ou não certas *hinges* (metáfora do “engolir”); (4) relutamos em abandonar nossas *hinges*, pois isso pode acarretar em alguma forma de disfuncionalidade fisiológica ou psicológica (metáfora de “segurar firmemente”).

⁴² Apresentaremos mais adiante no ponto 3.2.2 essa possível interpretação de uma hierarquia entre as certezas fulcrais a partir da “taxonomia” proposta por Moyal-Sharrock (2004a). No ponto 5.1.2 avaliaremos criticamente esta classificação.

2.3.1 Metáforas de animalidade (OC §358-9, §472-5)

Acreditamos que as metáforas de animalidade estão entre as mais intrigantes da obra. São trechos nos quais Wittgenstein tenta apontar que certas características das *hinge propositions* talvez façam parte de nosso “lado” animal, instintivo. A seguir, o autor afirma que as nossas certezas atualmente estabelecidas⁴³ não devem ser caracterizadas como apressadas ou superficiais, mas sim como uma forma de vida.

I would like to regard this certainty, not as something akin to hastiness or superficiality, but as a form of life. (That is very badly expressed and probably badly thought as well). (OC §358).

Ele explica a seguir que o quer dizer com “forma de vida”, relacionando-a com algo de animal:

But that means I want to conceive it as something that lies beyond being justified or unjustified; as it were, as something animal. (OC §359).

Para mostrar como os nossos “fundamentos” não são nenhum tipo de conhecimento, Wittgenstein redireciona seu olhar para o modo como crianças aprendem a usar linguagem⁴⁴, a fim de esclarecer a relação do aprendizado da dúvida com a aquisição e domínio do conhecimento:

When a child learns language it learns at the same time what is to be investigated and what not. When it learns that there is a cupboard in the room, it isn't taught to doubt whether what it sees later on is still a cupboard or only a kind of stage set. (OC §472).

O filósofo propõe uma analogia entre o aprender a duvidar e o aprender a escrever, ressaltando que primeiro aprendemos os padrões, para somente depois sermos ensinados acerca das variações e exceções às normas: “Just as in writing we learn a particular basic form of letters and then vary it later, so we learn first the stability of things as the norm, which is then subject to alterations” (OC §473). Neste ponto, a partir da mudança de perspectiva para a da criança que aprende, Wittgenstein lança mão de uma importante consideração acerca da emergência da linguagem, a saber, que ela não deriva de raciocínios. Além disso, ele também reforça que está olhando para o ser humano como um ser instintivo, como um animal.

⁴³ No parágrafo anterior ao início da metáfora de animalidade tratada neste ponto, Wittgenstein fala sobre certezas confortáveis. Ele as caracteriza como aquelas que não estão lutando para se manter confiáveis: “One might say: ‘I know’ expresses *comfortable* certainty, not the certainty that is still struggling” (OC §357). A partir disso, compreendemos que são estas certezas confortáveis as quais ele se refere no parágrafo §358 ao escrever “this certainty”.

⁴⁴ Esse abandono da imagem de adultos que já dominam a linguagem, retornando para a imagem de crianças aprendendo a usá-la, não só é algo recorrente, mas também pode ser considerado uma das marcas do pensamento de Wittgenstein em suas obras posteriores. De acordo com a leitura pedagógica (WEBER, 2019) essa marca poderia ser atribuída à sua experiência como professor de escolas primárias nos anos 1920 a 1926. Peters e Stickney (2017, 2018) também colaboram com os desdobramentos de uma leitura pedagógica de Wittgenstein.

I want to regard man here as an animal; as a primitive being to which one grants instinct but not ratiocination. As a creature in a primitive state. Any logic good enough for a primitive means of communication needs no apology from us. Language did not emerge from some kind of ratiocination. (OC §475).

Se este é o caso, então de onde surgiria a linguagem? Uma pista pode ser encontrada nas *Investigações Filosóficas*, a partir da discussão sobre a aprendizagem de palavras que se referem a sensações:

How does a human being learn the meaning of names of sensations? For example, of the word “pain”. Here is one possibility: words are connected with the primitive, natural, expressions of sensation and used in their place. (PI §244).

De acordo com essa hipótese, a linguagem estaria relacionada a ações primitivas. A partir desses trechos de OC e PI, Moyal-Sharrock (2019, p. 8) defende que, para Wittgenstein, a linguagem seria uma extensão de comportamentos primitivos.⁴⁵ Sendo assim, quando a criança aprende a falar a palavra “dor”, ela não estaria, portanto, aprendendo a se referir (necessariamente) à palavra “dor” e ao conteúdo da palavra dor, mas está aprendendo a *reagir* com a palavra “dor” ou com a proposição “tenho dor”, ampliando, assim, seu repertório de comportamentos e reações à dor:

A child has hurt himself and he cries; then adults talk to him and teach him exclamations and, later, sentences. They teach the child new pain-behaviour. “So you are saying that the word ‘pain’ really means crying?” — On the contrary: the verbal expression of pain replaces crying, it does not describe it. (PI §244).

Ele continua sua argumentação, elaborando mais exemplos com crianças, dessa vez em relação ao momento que elas aprendem sobre a existência ou inexistência de objetos no mundo:

Children do not learn that books exist, that armchairs exist, etc. etc., — they learn to fetch books, sit in armchairs, etc. etc. Later, questions about the existence of things do of course arise. “Is there such a thing as a unicorn?” and so on. But such a question is possible only because as a rule no corresponding question presents itself. For how does one know how to set about satisfying oneself of the existence of unicorns? How did one learn the method for determining whether something exists or not? (OC §476).

Seu objetivo nestas passagens é mostrar que para sermos capazes de agir e falar sobre algo não é necessário que primeiro tenhamos aprendido primeiro alguma forma de conhecimento sobre essa coisa (que ela existe, por exemplo). Como pergunta na citação abaixo, por qual motivo nossos jogos de linguagem deveriam ser sustentados por algum tipo de conhecimento?

⁴⁵ Conferir, principalmente, a seção 3 de Moyal-Sharrock (2019), denominada *Wittgenstein’s Enactivism*. Para uma análise dessa discussão, conferir Cavalcanti e Mota (2019) e Silva, Cavalcanti e Mota (2020).

“So one must know that the objects whose names one teaches a child by an ostensive definition exist.” — Why must one know they do? Isn’t it enough that experience doesn’t later show the opposite? For why should the language-game rest on some kind of knowledge? (OC §477).

Ora, se levarmos a sério o que Wittgenstein questiona acima acerca da necessidade de nossas práticas repousarem em algum tipo de conhecimento, então podemos perguntar: como chegamos a aprender as nossas certezas, dado que elas não seriam conhecimento? Faz sentido dizer que aprendemos algo que não seja nenhum grau conhecimento? Na metáfora a seguir, veremos uma possível maneira de compreender como é que podemos receber nossa imagem de mundo, isto é, aquilo “sustenta” nossos jogos de linguagem.

2.3.2 Metáfora da “herança” (OC §93-5)

Esta metáfora e a seguinte possuem uma característica em comum: ambas estão relacionadas com a aquisição de nossa imagem de mundo (*Weltbild*). Em outras palavras, elas têm a ver com um nível basilar de “aprendizagem”. Elas podem ser lidas como hipóteses acerca da maneira que somos inicialmente introduzidos às certezas que deveremos aceitar para que sejamos capazes de viver no interior da comunidade em sentido amplo — podemos aqui falar de cultura, sociedade, costumes, práticas, e até mesmo de humanidades — na qual estamos sendo inseridos.

A começar, analisemos a metáfora da “herança” (OC §93-5). Ela pode ser intuitiva, porém não deixa de ser muito importante. Eis o modo que Wittgenstein a inicia:

Everything that I have seen or heard gives me the conviction that no man has ever been far from the earth. Nothing in my picture of the world speaks in favour of the opposite. (OC §93).

É importante notar o vocabulário cotidiano utilizado, “nada fala a favor do oposto”. Essa é a maneira que Wittgenstein discute sobre como a nossa imagem de mundo nos “revela” a distinção entre aquilo que é verdadeiro e aquilo que é falso:

I did not get my picture of the world by satisfying myself of its correctness; nor do I have it because I am satisfied of its correctness. No: it is the inherited background against which I distinguish between true and false. (OC §94).

O que essa metáfora nos mostra é que não escolhemos a imagem de mundo que temos, isto é, não somos capazes de decidir sobre todos pressupostos que assumiremos em nossas vidas. Não deve haver aqui uma espécie de arbitrariedade: nós não escolhemos nossa própria imagem de mundo a partir de uma linha de raciocínio que nos garante sua verdade e correteude — não nos são apresentadas opções variadas de imagens de mundo das quais podemos julgar e escolher a mais conveniente, como um cardápio de restaurante. Há contingência, mas não há

deliberação. Sendo este o caso, importa explicitar a consequência disso para as nossas imagens de mundo, a saber, que elas não podem ser nem verdadeiras nem falsas, pois seriam o substrato⁴⁶ a partir do qual realizaremos nossas atividades de investigar, julgar e asserir:

In general I take as true what is found in text-books, of geography for example. Why? I say: All these facts have been confirmed a hundred times over. But how do I know that? What is my evidence for it? I have a world-picture. Is it true or false? Above all it is the substratum of all my enquiring and asserting. (OC §162).

Esse pano de fundo que herdamos é permeado por convicções que, de acordo com Wittgenstein, talvez façam parte de algum tipo de mitologia (cf. OC § 95). Não devemos associar a palavra “mitologia” com uma imagem mistificadora, mas sim com uma imagem de algo que não se fundamenta no conhecimento. Sobre essas proposições, ele complementa que “their role is like that of rules of a game” (OC § 95). Se interpretarmos aqui que ele estaria falando sobre as *hinge propositions*, poderíamos então afirmar que elas cumprem um papel de regra, papel este parecido com o das regras de um jogo — ou seja, já estamos tratando de normatividade.

Um ponto importante desse trecho, mas que facilmente pode ser relevado, é o modo como Wittgenstein descreve o aprendizado deste jogo no qual as *hinges* são as regras: “the game can be learned purely practically, without learning any explicit rules” (OC §95). Interpretando que o “jogo” em questão é tão abrangente quanto a nossa vida, estaríamos então falando sobre ao menos uma maneira de “aprendizado” dessas nossas certezas, a saber, sem que seja necessário o ensino de regras explícitas. Podemos, portanto, aprendê-las através da prática. Como veremos mais detalhadamente a seguir, isso não significa que as regras não estejam presentes nesse processo.

2.3.3 Metáfora do “engolir” (OC §139-144)

A metáfora do “engolir” (OC §139-144) nos mostra que caso estabeleçamos maneiras de agir exclusivamente a partir da exposição de regras, podemos deixar “brechas”, no sentido de que é necessário praticar as ações para que elas sejam mais precisamente determinadas. Por esse motivo, são os exemplos práticos que recebem destaque: “Not only rules, but also examples are needed for establishing a practice. Our rules leave loop-holes open, and the practice has to speak for itself” (OC § 139).

⁴⁶ Ao utilizar o termo “*substratum*” no parágrafo §162, observamos Wittgenstein abre margem para interpretações fundacionistas. Como veremos no ponto 5.1.1, Stroll (1994) utiliza isso como base textual para sua interpretação. Veremos também no ponto 3.2.1 que Strawson (1985) ressalta o uso deste termo, no sentido de reforçar a ideia de que as *hinge propositions* possuiriam uma natureza distinta das demais proposições.

O que significa dizer que a prática deve falar por si mesma? Compreendemos que aqui Wittgenstein está se referindo a um processo de ensino-aprendizagem no qual vivenciar aquilo que se está sendo “aprendido” é necessário. Pensemos brevemente: como é que poderíamos aprender a andar sem poder ter acesso à própria experiência de “colocar um pé na frente do outro”? Como poderíamos aprender a dialogar sem antes termos visto pessoas dialogando entre si, ou sem que sejamos capazes de nos comunicar?

Neste ponto, acreditamos ser iluminador buscar as considerações de Gilbert Ryle (1949) acerca da distinção entre duas formas de conhecimento: prático (“*knowing-how*”) e proposicional (“*knowing-that*”). De acordo, saber como fazer algo (por exemplo, saber como dirigir um carro) não é apenas conhecer os fatos certos sobre como fazê-lo (ter lido um manual sobre direção). Além disso, para exercer esse “saber-como”, não é necessário que antes tenhamos considerado implícita ou explicitamente algum fato sobre como fazê-lo. Assim, similarmente ao modo que interpretamos essa metáfora Wittgensteiniana, na visão de Ryle, o conhecimento prático seria logicamente anterior e independente do proposicional.

Continuando os trechos que compõem a metáfora: “We do not learn the practice of making empirical judgements by learning rules: we are taught *judgements* and their connexion with other judgements. A *totality* of judgements is made plausible to us” (OC §140).

Aqui, ressaltamos dois pontos. Primeiro, que não aprendemos juízos isoladamente, mas sempre conectados com outros juízos. Segundo que estamos cada vez mais tratando sobre temas relacionados à normatividade social, no sentido de que está sendo construída a ideia de que *hinges* determinam nossas ações tal como normas sociais determinam práticas sociais. Essa tendência se intensifica também nos próximos parágrafos:

When we first begin to *believe* anything, what we believe is not a single proposition, it is a whole system of propositions. (Light dawns gradually over the whole.) It is not a single axiom that strike me as obvious, it is a system in which consequences and premises give one another *mutual* support. (OC §141-2).

O uso das palavras “acreditar” (“*believe*”) e “sistema” (“*system*”) devem ser destacadas. A segunda por, novamente, reforçar o vocabulário normativo utilizado por Wittgenstein. A primeira pelo motivo de que ela nos mostra que Wittgenstein não está utilizando o termo “aprender”. Em certo sentido, nós só podemos dizer que aprendemos aquilo que posteriormente podemos colocar em questão.⁴⁷ Em outras palavras, só se pode falar em aprendizado no interior

⁴⁷ Estamos aqui especificamente nos referindo às *hinges* enquanto conhecimento proposicional (“*know-that*”, de acordo com a distinção de Ryle anteriormente introduzida). Compreendemos que, acerca do conhecimento prático ou de habilidades em geral, podemos dizer que o aprendemos, mesmo que posteriormente não exista (ou faça sentido) a possibilidade de colocá-los em questão. Ora, aprendemos a andar de bicicleta, a escrever, a cozinhar.

do jogo do conhecimento. O que nos é ensinado através de livros são conhecimentos sobre o mundo, por exemplo, livros de História nos ensinam fatos sobre períodos históricos. Fatos são, neste caso, conhecimentos comprovados acerca do mundo. Não podemos deixar de ver, no entanto, que comprovações podem ser revistas, de modo que o que é tomado como fato agora pode deixar de ser num momento posterior. Mais uma vez, estamos no jogo do conhecimento.

O exemplo que Wittgenstein nos apresenta é o de que lhe foi contado que alguém escalou uma montanha anos atrás. A pergunta que ele se faz, então, é: “Do I always enquire into the reliability of the teller of this story, and whether the mountain did exist years ago?” (OC §143). Em outras palavras, qual o nível de “desconfiança” que consideramos ser razoável em circunstâncias do dia a dia? Além disso, até que ponto seria razoável duvidar da existência de algo como uma montanha, quando nos falam que “tal pessoa a escalou”?

As respostas de Wittgenstein levam em conta mais uma vez a imagem da criança que está aprendendo. Sobre a primeira pergunta, ele afirma que “a child learns there are reliable and unreliable informants much later than it learns facts which are told it” (OC §143). Sendo assim, parece que razoável para uma criança é não ser desconfiada a esse ponto. Em relação à segunda pergunta, as considerações de Wittgenstein são as de que, na verdade, a criança sequer aprendeu que a montanha em questão existe há muito tempo, portanto perguntar sobre a existência da montanha está fora de seu alcance: “It doesn’t learn *at all* that mountain has existed for a long time: that is, the question whether it is so doesn’t arise at all” (OC §143). O que ocorre, então, quando uma criança escuta que alguém escalou uma montanha?

É aqui que a metáfora nos é apresentada: “it swallows this consequence down, so to speak, together with *what* it learns” (OC §143). A criança não aprende que a montanha cuja pessoa escalou existe. Ela “engole” isso ao aprender que uma pessoa a escalou. A comparação com um ato digestivo, corporal, nos faz pensar que a criança realizou dois tipos de “assimilação”. Um foi o da aprendizagem, já tratada anteriormente. Ela adquiriu um conhecimento. O outro foi o da “ingestão”. Ela “engoliu” que a montanha existe. Mas qual seria a diferença entre aprender e “engolir”, então? Parece ser a seguinte: daquilo que aprendemos, podemos duvidar. Aquilo que “engolimos”, não somos capazes de formular dúvida alguma.⁴⁸

Não parece ser possível colocar em questão essas habilidades aprendidas, mas elas não deixam de ser uma forma de conhecimento. Por fim, consideramos que *hinges* também podem ser reconhecidas em habilidades, tal como afirma Carvalho (no prelo, p. 14): “as habilidades nos ancoram no mundo, oferecendo uma base sobre a qual podemos apoiar as nossas investigações e afirmações de conhecimento. A própria habilidade de ficar de pé já incorpora ou atua a proposição eixo de que eu tenho um corpo.”

⁴⁸ Reiteramos aqui que esta consideração somente é válida no tratamento do conhecimento proposicional, não devendo ser aplicada para o aprendizado de habilidades práticas.

Por fim, Wittgenstein nos apresenta algumas conclusões sobre o processo de aquisição de nossa imagem de mundo que podem ser extraídos dessa metáfora. A primeira é a de que “the child learns to believe a host of things. I.e. it learns to act according to these beliefs” (OC §144). As demais conclusões são esclarecidas a partir do vocabulário introduzido por outras metáforas: “Bit by bit there forms a system of what is believed, and in that system some things stand unshakeably fast and some are more or less liable to shift” (OC §144). Somos remetidos à metáfora do sistema (OC §102-5), à metáfora de “segurar firmemente” (OC §225) e à metáfora do leito do rio (OC §96-9). A última conclusão é a de que “what stands fast does so, not because it is intrinsically obvious or convincing; it is rather held fast by what lies around it” (OC §144). Nesse ponto, também podemos ver semelhanças com a metáfora dos eixos (OC §152).

2.3.4 Metáfora de “segurar firmemente” (OC §225, §234-5)

De acordo com Wittgenstein, essas certezas são tão importantes para nossas vidas que precisamos segurá-las firmemente. Podemos ilustrar essa metáfora a partir de alguns trechos do texto em inglês nos quais estão presentes as expressões “*hold fast*” e “*stand fast*”. Essas expressões são, respectivamente, traduções das palavras da língua alemã “*festhalten*” e “*fest stehen*” utilizadas por Wittgenstein em *Sobre a Certeza*:

I believe that I have forebears, and that every human being has them. I believe that there are various cities, and, quite generally, in the main facts of geography and history. I believe that the earth is a body on whose surface we move and that it no more suddenly disappears or the like than any other solid body: this table, this house, this tree, etc. If I wanted to doubt the existence of the earth long before my birth, I should have to doubt all sorts of things that *stand fast* for me. And that something *stands fast* for me is not grounded in my stupidity or credulity. (OC §234-5, destaques nossos).

What I *hold fast* to is not one proposition but a nest of propositions. (OC §225, destaques nossos).

A característica importante que deve ser ressaltada aqui é que todas essas expressões são utilizadas em contextos práticos do dia a dia. Todas são empregadas em situações que requerem maior atenção ou segurança. Por exemplo, pode-se encontrar a palavra “*festhalten*” utilizada em contextos de ação, como os de segurar firmemente em barras de apoio quando em ônibus e em alças de segurança quando em um carro, ou ainda agarrar com firmeza os filhos quando se viaja em um trem lotado para que não se percam na multidão. Outro exemplo interessante é o da expressão “*please, fasten your seatbelts*”, muito ouvida por viajantes de avião, que em português poderíamos traduzir para “por favor, afivalem seus cintos de segurança”.

Uma das consequências de termos de “segurar firmemente” essas proposições é a de que nós relutamos em abandoná-las — caso estejamos em plena saúde mental. Em relação a esse condicionante, é notável o uso da palavra “*unhinged*” no cotidiano de falantes da língua inglesa para se referirem a pessoas deslocadas da realidade ou mentalmente instáveis. Wittgenstein trata dessas consequências psicológicas a partir de exemplos relacionados a informações pessoais, especificamente sobre o próprio endereço:

For months I have lived at address A, I have read the name of the street and the number of the house countless times, have received countless letters here and given countless people the address. If I am wrong about it, the mistake is hardly less than if I were (wrongly) to believe I was writing Chinese and not German. If my friend were to imagine one day that he had been living for a long time past in such and such a place, etc. etc., I should not call this a *mistake*, but rather a mental disturbance, perhaps a transient one. (OC §70-1).

O que está em jogo aqui é a diferença entre um erro e o que Wittgenstein está chamando de “distúrbio mental”⁴⁹:

Not every false belief of this sort is a mistake. But what is the difference between mistake and mental disturbance? Or what is the difference between my treating it as a mistake and my treating it as mental disturbance? (OC §72-3).

Uma das vias explicativas dessa diferença, pensa o autor, pode ser a frequência desses enganos. O autor se utiliza de um exemplo no qual estaria em dúvida a respeito da existência de uma mesa (para representar a dúvida mais ampla sobre a existência de objetos próximos):

If I merely believed wrongly that there is a table here in front of me, this might still be a mistake; but if I believe wrongly that I have seen this table, or one like it, every day for several months past, and have regularly used it, that isn't a mistake? (OC §75).

Outro exemplo interessante utilizado por Wittgenstein para explorar a frequência como o critério de distinção entre um simples erro ou algo mais sério se refere ao ato de calcular, especificamente o ato de testar se nosso cálculo está correto:

Perhaps I shall do a multiplication twice to make sure, or perhaps get someone else to work it over. But shall I work it over again twenty times, or get twenty people to go over it? And is that some sort of negligence? Would the certainty really be greater for being checked twenty times? And can I give a *reason* why it isn't? (OC §77-8).

⁴⁹ O uso do termo “distúrbio mental” (em inglês, “*mental disturbance*”, e em alemão, “*Geistesstörung*”) utilizado por Wittgenstein não é mais o termo corrente nos contextos da Medicina e da Psicologia. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) da *American Psychological Association* (APA), recomenda-se o uso de “transtorno mental” e em inglês “*mental disorder*”.

Suas considerações para essa discussão de maior teor conclusivo são as de que essas situações de limiar entre erro e doença parecem nos mostrar uma característica de nossos jogos de linguagem em relação ao modo adequado de testarmos nossas declarações:

The *truth* of my statements is the test of my *understanding* of these statements. That is to say: if I make certain false statements, it becomes uncertain whether I understand them. What counts as an adequate test of a statement belongs to logic. It belongs to the description of the language-game. (OC §80-2).

Por exemplo, quando os pais de uma criança estão a ensinar nomes de cores como “vermelho” e “azul”, eles provavelmente apontarão para objetos das respectivas cores e exclamarão “vermelho!” ou “azul!”. Caso a criança confunda o “apontar” para a cor com o “apontar” para o objeto, talvez ela possa compreender erroneamente que “azul” se refere a copos (e não à cor azul do copo apontado pelos pais). Caso isso aconteça, os pais da criança poderiam notar o erro se ela trazer um copo da cor vermelha enquanto grita “o copo é azul!” (já que, para seu entendimento, todos os copos são chamados de “azul”) quando eles pedirem que ela busque um objeto da cor azul. Nesse exemplo, a criança deixa claro que ainda não compreendeu o uso da palavra “azul”. Como afirma Wittgenstein na citação acima, a declaração falsa feita pela criança faz com que seja incerto para os pais se ela de fato está entendendo-a.

É nesse contexto que Wittgenstein introduz uma terminologia importante para as metáforas normativas que veremos no tópico a seguir, pois, para ele, “the *truth* of certain empirical propositions belongs to our frame of reference” (OC §83). Voltando ao nosso exemplo dos pais e a criança, podemos agora interpretar que esse erro acontece pelo fato de que a criança ainda está aprendendo o quadro de referências que rege o uso da palavra “azul”.

2.4 METÁFORAS NORMATIVAS

Por fim, apresentamos as metáforas normativas, consideradas as mais abstratas dentre as demais. Essas metáforas são normativas na medida em que se referem a elementos normativos que constituem e regulam as relações conceituais que mantemos publicamente. Assim, estamos aqui apontando para a relação entre as *hinge propositions* e a ideia de normas sociais, entendidas como regras que prescrevem o que as pessoas devem e não devem fazer dado o seu meio social

Além de trabalharem novamente com o conceito de *Weltbild*, em especial, sobre a existência de múltiplas *Weltbild* e sobre como se dá a interação entre elas, as metáforas a seguir também reforçam o papel de regra que as *hinge propositions* cumprem em nossos sistemas. Outras características tratadas são: (1) *hinges* constituem nosso quadro ou sistema de referências, a partir do qual formulamos e avaliamos a qualidade de juízos (metáfora do quadro

de referências); (2) não existem isoladamente, apenas no interior de um sistema (metáfora do sistema).

2.4.1 Metáfora do quadro de referências (OC §83)

A metáfora do quadro de referências (“*framework*”) foi muito utilizada por intérpretes e leitores de *Sobre a Certeza*, como veremos no capítulo seguinte. Ela se expressa da seguinte maneira: “The *truth* of certain empirical propositions belongs to our frame of reference” (OC §83). Esse quadro de referências pode ser identificado com a noção de imagem de mundo, trabalhada nas metáforas da “herança” e do “engolir”. Por exemplo, quando nós buscamos compreender se uma proposição como “o céu é azul” é verdadeira ou falsa, verificamos isso a partir de nosso quadro de referências.

Isso não é uma novidade trazida por *Sobre a Certeza*. O mais interessante aqui é pensar sobre as proposições que constituem nosso quadro de referências. De acordo com a metáfora, parece que a própria verdade das *hinge propositions* pertence ao quadro. Relembremos aqui as proposições mooreanas: como foi dito, Moore pensava que assumir a verdade dessas proposições era algo necessário a todos que compreendiam seu significado. Ora, será que esta metáfora não estaria afirmando o mesmo que Moore? Acreditamos que não. Na verdade, podemos interpretar que as *hinges* são proposições cuja verdade simplesmente depende de se elas fazem ou não parte de nossa *Weltbild*. Ou seja: mesmo que pronunciemos uma proposição que funcione como *hinge* apenas para um grupo específico, do qual não fazemos parte, por exemplo, “A Terra é plana”⁵⁰, nós continuamos sendo capazes de entendê-la sem que para isso precisemos assumi-la enquanto verdadeira.⁵¹

2.4.2 Metáfora do sistema (OC §102, §105)

A metáfora do sistema (OC §102, §105) também já fora mencionada anteriormente, ao longo da análise de outras metáforas. Isso só mostra como o texto de Wittgenstein não segue uma linearidade muito constante (por mais que suas considerações possuam coerência entre si). Primeiramente, é importante estabelecer a conexão direta entre essa metáfora e a metáfora do quadro de referências (OC §83). Malcolm, por exemplo, compreendera que *hinge propositions* pertenceriam a nosso “sistema de referências” e colocá-las em dúvida impossibilitaria a

⁵⁰ “Why shouldn't I think of the earth as flat, but extending: without end in every direction (including depth)?” (OC §85).

⁵¹ Moyal-Sharrock (2004a) defende que as *hinge certainties*, como ela as chama, na verdade não seriam proposicionais. Analisamos sua interpretação no ponto 3.2.2 e no ponto 5.1.2.

elaboração de qualquer juízo.⁵² Ele as trata como um conjunto — ou, como um “ninho”, como vimos na metáfora de “segurar firmemente”: “what I hold fast to is not one proposition but a nest of propositions” (OC §225).

O início da metáfora do sistema se dá a partir de uma consideração de Wittgenstein acerca de sua *hinge* de que ele nunca esteve muito distante da superfície da Terra, por exemplo, na Lua. Para ilustrar um dos vários momentos nos quais essa proposição é tratada, vejamos o seguinte parágrafo no qual Wittgenstein utiliza o termo “sistema epistêmico” (“*system of knowledge*”):

What we believe depends on what we learn. We all believe that it isn't possible to get to the moon; but there might be people who believe that is possible and that it sometimes happens. We say: these people do not know a lot that we know. And, let them be never so sure of their belief — they are wrong and we know it. If we compare our system of knowledge with theirs then theirs is evidently the poorer one by far. (OC §286).

O que podemos entender deste trecho? Além do fato de que as *hinge* devem poder ser revisadas, como vimos na metáfora do leito do rio (OC §96-9), também podemos compreender que Wittgenstein abre espaço para comparações entre sistemas epistêmicos. Ora, pode-se muito bem pensar que Wittgenstein estaria neste ponto reforçando uma ideia etnocêntrica: “essas pessoas não sabem muito do que nós sabemos”. Tendemos, no entanto, a considerar que esse trecho não é precisamente pejorativo, mas tem a intenção de reconhecer que, por mais que, de nosso ponto de vista não pareça fazer sentido acreditar em algo (como, por exemplo, ir até a lua), não podemos somente por isso excluir a possibilidade de que existem outras pessoas que talvez possuam tais crenças, sem que para isso precisemos sair de nosso próprio viés — por esse motivo que afirmariamos que “eles estão errados e nós sabemos disso”: ainda estamos situados em nosso próprio sistema epistêmico, agindo e julgando de acordo com nossas próprias convicções.⁵³

A metáfora propriamente dita inicia-se assim:

Might I not believe that once, without knowing it, perhaps in a state of unconsciousness, I was taken far away from the earth — that other people even know this, but do not mention it to me? But this would not fit into the rest of my convictions at all. Not that I could describe the system of these convictions. Yet my convictions do form a system, a structure. (OC §102).

A situação ilustrada aqui é um pouco estranha. Wittgenstein imagina que talvez ele já esteve sim distante da superfície da Terra, mas esteve inconsciente nesse momento, e as

⁵² Conferir Malcolm (1958, p. 75).

⁵³ A discussão sobre se Wittgenstein seria relativista ou não é bastante vasta. *Sobre a Certeza* possui muitos trechos que alimentam tanto a posição de que sim, ele seria, quanto a de que ele não seria relativista. Trataremos brevemente dessa discussão no ponto 5.2.

testemunhas disto decidiram todas não o informar sobre essa sua viagem. É tão estranha que ele a considera incompatível com o restante de suas convicções. Em outras palavras, parece que não só teríamos um sistema de convicções (nossa *Weltbild*), como também cada uma das *hinges* que formam esse sistema seguiria o critério da coerência.⁵⁴ O autor adverte, no entanto, que não seríamos capazes de descrever em uma lista (como faz Moore) todas as nossas convicções. Wittgenstein finaliza essa metáfora descrevendo que nossos testes e (não-)comprovações de hipóteses, em verdade, sempre ocorrem no interior de um sistema.⁵⁵ Isso não significa, entretanto, que nossa argumentação, por depender de um sistema (que, como vimos no §286, pode ser “pobre” ou “falso”), seria sempre falha, limitada ou preconceituosa. Na visão dele, “the system is not so much the point of departure, as the element in which arguments have their life” (OC §105). Ou seja, sem um sistema epistêmico (ou um sistema de proposições), não existiriam argumentos. Sendo assim, não devíamos ver a necessidade de haver um sistema por trás de toda argumentação como algo negativo, mas sim como a própria condição de qualquer raciocínio.

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METÁFORAS

2.5.1 Síntese das conclusões obtidas

Para melhor visualização das conclusões extraídas a partir das metáforas expostas e analisadas anteriormente, elaboramos um quadro sinóptico, disposto abaixo.

Quadro 1. *Hinge propositions* de acordo com as metáforas de *Sobre a Certeza*.

Metáfora	Tipo	Parágrafo	Conclusão
Dobradiças	Mecânica/ Arquitetônica	§341	As <i>hinges</i> devem permanecer fixas enquanto agimos para que nossas atividades em geral sejam possíveis.
Eixos	Mecânica/ Arquitetônica	§152	As <i>hinges</i> não são fixas por conta de algum elemento externo a elas, mas por uma relação de reciprocidade funcional, contingente e intra-sistêmica que garante a estabilidade do conjunto de <i>hinges</i> .
“Casa que sustenta seus alicerces”	Mecânica/ Arquitetônica	§246-8	As <i>hinges</i> devem poder ser revisadas ou modificadas como parte do processo dinâmico da estabilidade desse conjunto.
Fundações	Mecânica/ Arquitetônica	§401-3	As <i>hinges</i> podem ser consideradas fundações de nossos jogos de linguagem.
Acostamento	Geográfica	§210	As <i>hinges</i> não fazem sentido na maioria das circunstâncias nas quais são utilizadas.

⁵⁴ As semelhanças com o Coerentismo de fato existem e foram apontadas por autores como Schulte (2005). Trataremos desse tema no ponto 4.3.2.

⁵⁵ Neste ponto, podemos notar semelhanças com a discussão sobre incomensurabilidade de sistemas epistêmicos ou sistemas científicos (cf. KUHN, 1970; FEYERABEND, 1975), também relacionado com o tema do relativismo.

Estradas	Geográfica	§88	As <i>hinges</i> não são mencionadas em situações de normalidade.
Leito do rio	Geográfica	§96-9	A diferença entre uma <i>hinge proposition</i> para uma proposição comum é uma diferença de função, não de natureza, de modo que uma proposição pode em um contexto desempenhar a função de <i>hinge</i> e em outro assumir outra função.
Animalidade	Psicológica/ Biológica	§358-9, §472-5	As <i>hinges</i> estão relacionadas a características animais ou instintivas.
“Herança”	Psicológica/ Biológica	§93-5	Há uma relação importante entre <i>hinge propositions</i> e <i>Weltbild</i> : assim como não escolhemos nossa <i>Weltbild</i> a partir de uma análise de argumentos a favor ou contra esta ou aquela <i>Weltbild</i> , também não podemos abandonar atuais <i>hinges</i> ou nos comprometer com novas a partir de uma rápida análise baseada em argumentos.
“Engolir”	Psicológica/ Biológica	§139-144	Em alguns contextos, como os de ensino ou de desacordos, é possível descobrir se um indivíduo possui ou não certas <i>hinges</i> .
“Segurar firmemente”	Psicológica/ Biológica	§225, §234-5	Relutamos em abandonar nossas <i>hinges</i> , pois isso pode acarretar em alguma forma de disfuncionalidade.
Quadro de referências	Normativa	§83	As <i>hinges</i> constituem nosso quadro ou sistema de referências, a partir do qual formulamos e avaliamos a qualidade de juízos.
Sistema	Normativa	§102, §105	As <i>hinges</i> não existem isoladamente, apenas no interior de um sistema.

Acreditamos que o critério da abstração ou complexidade das metáforas foi bem empregado, no sentido de que nos permitiu estabelecer um ordenamento às metáforas dispersas ao longo de toda a obra. Também consideramos que este critério é adequado pois dá conta de todas as quatro categorias de *hinges*, mesmo com a heterogeneidade característica delas, mesmo que existam casos nos quais uma metáfora possa se relacionar com mais de uma categoria, como a metáfora dos eixos, que é majoritariamente mecânica, porém pode ser extrapolada de modo a fazer referência a temas biológicos. Para exemplificar a adequação deste critério, pensemos sobre as metáforas biológicas e psicológicas. Elas são moderadamente abstratas e complexas, porém é possível observar um aumento nessa abstração e complexidade à medida que vamos passando da metáfora de animalidade, que ainda se relaciona bastante com aspectos concretos da realidade, até chegarmos na metáfora de “segurar firmemente”, que, mais abstratamente, se refere a aspectos psicológicos que podem ter consequências sociais significativas.

Para finalizarmos este capítulo, aplicaremos algumas das conclusões obtidas a partir das metáforas apresentadas à discussão sobre a distinção entre conhecimento e certeza. Esse próximo passo, para além de esclarecer essa importante relação, também servirá para exibir

como as metáforas são relevantes fontes para melhor compreendermos as discussões presentes em *Sobre a Certeza*.

2.5.2 Conhecimento e certeza

Em sua investigação sobre o conhecimento, Wittgenstein observa que temos uma tendência de tomar o conhecimento enquanto o estágio mais alto numa série de atitudes ordenadas hierarquicamente direcionadas a possíveis objetos de conhecimento. Quando não estamos seguros ou confiantes de que algo é o caso, falamos de “suposições”, “suspeitas” ou “crenças”.⁵⁶ Apenas no momento em que estamos certos de que algo é o caso é que nós reivindicamos que sabemos. Somente nesse ponto podemos falar de “conhecimento”. Em vistas dessa hierarquia de atitudes baseadas em graus de segurança ou confiança, nós concluimos então que todas as proposições indubitáveis devem ser proposições cujos conteúdos são conhecidos. Isto é, da premissa de que não podemos duvidar por nenhum momento que há uma mesa na sala, podemos concluir que sabemos que ela está na sala. Talvez seja esse o caso. Mas e a proposição “Se a mesa está na sala, então a mesa está na sala”? Também podemos dizer que sabemos isso?

Certamente podemos imaginar circunstâncias nas quais a declaração “A Terra existe há milhões de anos” faz sentido — por exemplo, no contexto de ensino da geologia. A proposição (1) “A Terra existe há mais de cinco minutos” certamente é derivada logicamente de (2) “A Terra existe há milhões de anos”. Mas, em que circunstâncias poderíamos afirmar (1) significativamente? — é difícil imaginar que um indivíduo duvide que nosso planeta existe há mais de cinco minutos. Por qual motivo e em qual contexto deveríamos proferir essa constatação? Ora, a proposição (1) pode ser entendida como uma *hinge*, no sentido de que entraria em conflito, por exemplo, com uma outra *hinge* de que “A Terra existe muito antes de meu nascimento”. Como pudemos extrair da análise das metáforas do acostamento, as *hinges* não fazem sentido na maioria das circunstâncias nas quais são utilizadas. Por esse motivo, Wittgenstein responderia que esse tipo de afirmação “simply gets assumed as a truism, never called in question, perhaps not even ever formulated” (OC §87). Por isso, dizer que a Terra existe há mais de cinco minutos seria algo inusitado.

Um outro exemplo relevante para este tema é o de um médico que recebe um paciente em sua sala. Este paciente relataria ao médico que sua mão está ferida. De acordo com o exemplo, devemos supor que Wittgenstein é esse médico. O peculiar é que o relato do paciente

⁵⁶ Conferir Schulte (1992, p. 156).

se inicia com a frase “essa coisa que parece uma mão não é uma imitação extraordinária, é realmente uma mão!” O médico Wittgenstein então começa a se questionar se deve levar em conta essa informação supérflua. O exemplo destaca que talvez esse caráter de superfluidade de certas informações óbvias (quando usadas em contextos cotidianos) indique que essas proposições também seriam inúteis ou não fariam sentido:

Suppose that I were the doctor and a patient came to me, showed me his hand and said: “This thing that looks like a hand isn’t just a superb imitation—it really is a hand” and went on to talk about his injury—should I really take this as a piece of information, even though a superfluous one? Shouldn’t I be more likely to consider it nonsense, which admittedly did have the form of a piece of information? (OC §461).

A pergunta que fica é: “if this information really were meaningful, how can he be certain of what he says? The background is lacking for it to be information” (OC §461). Talvez, portanto, essas proposições sequer devam ser consideradas informações.

A aparente inutilidade de certas proposições, no entanto, parece apontar para algo importante sobre o funcionamento de nossas investigações. Neste ponto, podemos resgatar também a metáfora das estradas: “it may be for example that *all enquiry on our part* is set so as to exempt certain propositions from doubt, if they are ever formulated. They lie apart from the route travelled by enquiry” (OC §88). A hipótese lançada por Wittgenstein é a de que o próprio modo que nós estruturamos nossas investigações estaria determinado pelas proposições que pressupomos. A razão para isto seria a de manter essas certezas isentas de dúvida. Como já vimos anteriormente, a metáfora ilustra que ao realizarmos investigações em busca de conhecimento, é como se seguissemos um trajeto tal que não encontraríamos nenhuma *hinge proposition* em nosso caminho.

Podemos compreender que Wittgenstein quer aqui repensar o princípio de que toda proposição implicada logicamente por uma proposição significativa deve ser também significativa. Ele quer mostrar em que medida o sentido de uma expressão está conectado com as circunstâncias de seu uso.⁵⁷ A importância de se buscar as conexões entre nossos usos das palavras se relaciona com a nossa dificuldade em obter uma visão panorâmica desses usos, como afirma Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*:

A main source of our failure to understand is that we don’t have *an overview* of the use of our words. — Our grammar is deficient in surveyability. A surveyable representation produces precisely that kind of understanding

⁵⁷ Conferir Schulte (1992, p. 159).

which consists in ‘seeing connections’. Hence the importance of finding and inventing *intermediate links*. (PI §122).⁵⁸

Em certos contextos, o uso da palavra “conhecer” está conectado com a maneira que outras palavras são usadas, por exemplo, “crer”, “suspeitar”, “duvidar”, “supor”, “ter certeza de...”. Por exemplo, ao realizarmos apresentações em congressos, quando desejamos mostrar que estamos seguros sobre o que defendemos, isto é, situações em que podemos dizer que sabemos algo. É muito importante, no entanto, perceber os possíveis mal-entendidos proporcionados por analogias e relações entre os diversos usos dessas palavras. A peculiaridade das proposições de Moore sugere que haveria uma característica comum a todos esses usos conectados: a impossibilidade de erro. De acordo com Wittgenstein:

Moore’s view really comes down to this: the concept ‘know’ is analogous to the concepts ‘believe’, ‘surmise’, ‘doubt’, ‘be convinced’ in that the statement “I know...” can’t be a mistake. And if that is so, then there can be an inference from such an utterance to the truth of an assertion. (OC §21).

No mesmo sentido de que não somos capazes de comprovar a verdade de uma declaração sobre nossas próprias crenças, também não somos capazes de comprovar que cometemos um erro sobre elas. Declarações de crenças ou de estados mentais, em um certo sentido, são diretas e incorrigíveis. Se alguém diz que X pensa que choveu ontem, podemos contrariar isso, se for o caso de que, de fato, não choveu ontem. Mas se X por si mesmo disser “Eu acredito que choveu ontem”, então não temos o direito de duvidar dessa crença (a não ser que exista alguma razão para pensar que X estaria mentando). Como exemplifica Wittgenstein, “if someone believes that he has flown from America to England in the last few days, then, I believe, he cannot be making a *mistake*” (OC §675).

A expressão “Eu sei que...”, no entanto, deveria possuir restrições mais rígidas. Nesse sentido, Wittgenstein chama atenção à importância da possibilidade de admissão dos próprios erros quando estamos tratando de conhecimento:

Here the form “I thought I knew” is being overlooked. — But if this latter is inadmissible, then a mistake in the assertion must be logically impossible too. And anyone who is acquainted with the language-game must realize this — an assurance from a reliable man that he *knows* cannot contribute anything. (OC §21).

Caso alguém diga “Eu sei que Recife é a capital do Brasil”, então seria possível convencê-lo de seu erro indicando fatos sobre o Brasil com o auxílio de uma enciclopédia, por exemplo, de modo que ele seria “obrigado” a reconhecer seu erro, substituindo sua afirmação por “Eu *acreditava* que sabia que Recife era a capital do Brasil”. Esta é a diferença entre as

⁵⁸ Para mais considerações sobre a importância de “vermos conexões”, conferir Standish (2017).

declarações de crença e a reivindicação de conhecimento. O que podemos tirar como consequência disso é que, para Wittgenstein, os conceitos de erro e conhecimento estão, na maior parte das situações, interligados. Nesse sentido, caso a possibilidade de dúvida esteja fora de questão, então não se poderá falar de conhecimento: “‘knowledge’ and ‘certainty’ belong to diferente *categories*” (OC §308).⁵⁹ Como vimos a partir da metáfora das dobradiças, as *hinge propositions* seriam justamente estas certezas as quais a possibilidade de dúvida está fora de questão, ao menos enquanto elas são vigentes em nossas vidas.

Uma outra maneira interessante de se abordar essa questão é pensarmos em termos de reversibilidade ou irreversibilidade. Parece-nos que, no caso do conhecimento, por mais justificado que ele seja, ou por mais verdadeiro que ele seja considerado, é necessário que ele possa ser reversível. Enquanto que, no caso da certeza (da qual estamos tratando aqui), parece haver uma espécie de irreversibilidade. Ora, será que com relação à certeza, faz sentido dizer “Eu achava que estava certo...”? Uma maneira de entender isto talvez seja a seguinte: quando estamos certos de algo, até podemos posteriormente modificar ou corrigir este estado; porém, isso não significa que a certeza manifestada no momento anterior, quando talvez tenhamos dito “Eu estou certo de que...”, seja revista, revogada ou apagada. Ela é irreversível.

Seguir a metáfora do leito do rio e considerar que é possível revisar ou abandonar as *hinge propositions* que fazem parte de nossa imagem de mundo não quer dizer, portanto, que este processo ocorre de maneira “limpa”, sem deixar marcas. Trata-se de um processo difícil e possivelmente doloroso, que provavelmente jamais será apagado. Estamos, afinal, lidando com convicções profundamente localizadas em nosso âmago. Anedoticamente, um cristão convertido lembra-se da dificuldade vivida durante sua conversão, assim como não esquece que um dia assumiu crenças muito diferentes das atuais.

⁵⁹ Neste ponto, o filósofo desenvolve sua argumentação de maneira semelhante à seção §246 das Investigações Filosóficas, quando trata de afirmações como “eu sei que tenho dor”. Para uma exposição detalhada do argumento da linguagem privada e temas afins, conferir Hacker (1997, p. 14-51). Para uma discussão acerca de críticas ao argumento, conferir os esclarecimentos de Stanley Cavell (1978, p. 343-354).

3 AS INTERPRETAÇÕES DE *SOBRE A CERTEZA* (1969)

Apresentamos neste capítulo dois grupos interpretativos de *Sobre a Certeza*: os grupos de interpretações epistêmicas e não-epistêmicas. Estes são os dois grupos nos quais a maioria dos autores que se posicionam acerca do debate sobre fundacionismo ou anti-fundacionismo de Wittgenstein se encontra. Como mencionado na introdução desta dissertação, não é possível definir claramente que toda interpretação epistêmica é fundacionista ou que toda leitura não-epistêmica é anti-fundacionista. Veremos neste capítulo, por exemplo, que a leitura epistêmica proposta por Pritchard (2001, 2011) é contra a ideia de que haveria um fundacionismo em *Sobre a Certeza*, enquanto que a proposta não-epistêmica de Moyal-Sharrock (2004a) defende essa ideia. Um dos ganhos que acreditamos ter sido mais relevante foi o de identificar as metáforas principais (ou metáforas-chave) que sustentam a argumentação de cada um desses grupos interpretativos.

Hinge epistemology é o nome dado às teorias de justificação epistêmica inspiradas pela filosofia de Wittgenstein, especialmente de seu desenvolvimento em *Sobre a Certeza*. Essas teorias tomam como central para a justificação epistêmica o conceito de *hinge propositions*, abordado no capítulo anterior. Dada a peculiaridade e complexidade dessas proposições, além da notável dificuldade de apreender tal conceito, o solo para que diversas interpretações surgissem é bastante fértil, sendo algumas mais compatíveis entre si, outras aparentemente rivais ou contrárias. Quase todas elas, no entanto, podem ser vistas como tentativas de elaborar estratégias contra o ceticismo, respondendo de diferentes maneiras ao problema do regresso epistêmico, tema do quarto capítulo desta dissertação.

3.1 EPISTÊMICAS

As interpretações epistêmicas são aquelas que atribuem um papel epistêmico às *hinge propositions*. Em outras palavras, essas proposições peculiares que até agora discutimos, ao contrário do que Wittgenstein afirmou em OC §308, podem ser tratadas como conhecimento. Possivelmente o primeiro a defender essas interpretações foi Thomas Morawetz (1978, 2005). Além dele, também contribuíram a favor dessa leitura Duncan Pritchard (2001, 2005, 2011), Michael Williams (2004a, 2004b), Crispin Wright (2004) e Martin Kusch (2016).

As metáforas-chave da argumentação dos autores analisados a seguir são, respectivamente, a metáfora da “herança” e a metáfora do leito do rio para Morawetz (1978, 2005) e a metáfora de “segurar firmemente” para Pritchard (2001, 2011).

3.1.1 A leitura epistêmica de Morawetz (1978, 2005)

Thomas Morawetz em *Wittgenstein and Knowledge: The Importance of On Certainty* (1978) coloca em questão a seguinte implicação: caso não haja a possibilidade de encontrarmos evidência para comprovar nossas crenças, então não podemos dizer que possuímos conhecimento. Para ele, conhecimento é possível sem essa comprovação. Assim, Morawetz mantém que nós conhecemos nossas *hinges* mesmo que não sejamos capazes de comprová-las a partir de evidências.⁶⁰ O autor ressalta que nossas atividades intelectuais de conhecer, crer, duvidar ou ter certeza sempre devem estar inseridas em algum contexto de prática convencional, como nos mostra John Whittaker (1979):

The troublesome concepts in [*On Certainty*] are “knowledge,” “belief,” “certainty,” “doubt,” “justification,” and “reason.” The key to the clarification of these concepts, according to Morawetz, is the realization that knowing, claiming to know, believing, doubting (for a reason), testing, and justifying are all intellectual activities which can only be carried out in the context of a conventional practice. (WHITTAKER, 1979, p. 78).

Ao estabelecer isso, Morawetz põe em discussão a analogia entre linguagem e jogos que Wittgenstein propusera já nas *Investigações* a partir do uso do termo “jogos de linguagem”. Seu questionamento é o de que devemos impor certos limites à analogia quando estivermos tratando de práticas racionais de maneira mais ampla. Ele argumenta que jogos geralmente têm um conjunto definitivo de regras, mas as práticas racionais não têm regras fixas e delimitáveis. Além disso, segundo Morawetz, muitas práticas racionais estão incorporadas em outras práticas mais abrangentes, de modo que não podem ser classificadas como jogos, assim como não podem ser aprendidos a partir da leitura de suas regras, tal como se aprende a jogar um jogo.

⁶⁰ Conferir Coliva e Moyal-Sharrock (2010, p. 19).

Diferentemente disso, aprendemos a participar de um “jogo de linguagem do conhecimento” ao estarmos imersos nele.⁶¹ Neste ponto, podemos identificar que uma metáfora-chave para a argumentação de Morawetz é a metáfora da “herança”. Como vimos anteriormente, esta metáfora busca esclarecer como recebemos nossa imagem de mundo. Uma das características que ela traz é a de que não aprendemos estas regras apenas pela exposição teórica delas, pois estaria faltando uma introdução às práticas que elas regem.

Morawetz determina essa limitação da analogia do jogo para evitar que se chegue na ideia de que nossas práticas racionais devem ser justificadas. Ele segue Wittgenstein quando este diz que ao procurarmos o fundamento de nossas práticas ou de nossos jogos de linguagem, encontraremos um modo de agir infundado — “As if giving grounds did not come to an end sometime. But the end is not an ungrounded presupposition: it is an ungrounded way of acting” (OC §110). Ora, a situação é diferente quando estamos tratando de jogos. Não há problemas em pedir justificativas ou motivações para se jogar um jogo em lugar de outro. De acordo com Morawetz, toda justificção está situada no interior de práticas compartilhadas. Em outras palavras, é necessário que haja um acordo sobre o que deve ser entendido como fundamento adequado ou juízo confiável para que sejamos capazes de oferecer razões ou justificções para nossas crenças. Como ressalta Whittaker, na visão de Morawetz

that kind of agreement is ultimately established in *practice*. Moreover, that kind of agreement includes some agreement in *belief*. Knowing *how* to make critical judgments and knowing *what* to believe coalesce at the bottom of a rational practice. (WHITTAKER, 1979, p. 81).

Para Morawetz, portanto, não seria sequer possível participar de uma prática racional sem que estivéssemos antes de acordo com certas pressuposições — as *hinges*. Desse modo, o papel epistêmico dessas proposições seria o de possibilitar as nossas práticas racionais, como as ações de julgar, duvidar, verificar e justificar:

Those who share the practice simply act without doubt about all sorts of things; and this doubt-free behavior can be translated, if necessary, into the explicit form of belief. Judging, doubting, testing, justifying — all the “moves” within rational practices — would be impossible without this kind of underlying agreement. (WHITTAKER, 1979, p. 81).

Porém, segundo ele, esse papel de “condição” não traria consigo limitações acerca do proferimento explícito das *hinge propositions* na forma de crenças comuns. Veremos a seguir, no entanto, que a capacidade de proferirmos reivindicações de conhecimento sobre um tipo de *hinge* é questionada por Morawetz (2005). Para ele, muito raramente encontramos contextos nos quais faria sentido dizer que “sabemos” algumas *hinge propositions*.

⁶¹ Conferir Morawetz (1978, p. 54-56).

Em *The Contexts of Knowing* (2005), Morawetz afirma que uma das principais contribuições de Wittgenstein em *Sobre a Certeza* é a sua intensa rejeição de inferências como “sempre que alguém souber de algo, poderá também realizar uma declaração de conhecimento como ‘Eu sei que...’”. Nas palavras de Morawetz, “of all the infinitely many things one knows at any given time, only an infinitesimal subclass makes up the appropriate subjects for knowledge-claims” (MORAWETZ, 2005, p. 173).

O foco da discussão Morawetz aqui é particularmente interessante, pois não está somente tratando dos diferentes usos de “Eu sei que...” para apontar que nem todos são justificados. Ele está tentando nos levar a considerar que a diferença entre um simples proferimento e um ato de fala não é tão clara quanto inicialmente poderíamos pensar. Na visão de Morawetz, essa diferença é ilusória. Para demonstrar isso, ele se refere à seguinte passagem de *Sobre a Certeza*:

It is queer: if I say, without any special occasion, ‘I know’ – for example, ‘I know that I am now sitting in a chair’, this statement seems to me unjustified and presumptuous. But if I make the same statement where there is some need for it, then, although I am not a jot more certain of its truth, it seems to me to be perfectly justified and every-day. (OC §553).

De acordo com o autor, não sabemos o significado de “Estou sentado na cadeira” se não soubermos se este proferimento é uma resposta a “Tive notícias chocantes; você está sentado?”, por exemplo. Em suma, seu ponto é que as reivindicações de conhecimento, tal como outras reivindicações, dependem do contexto.

O problema é quando nos deparamos com reivindicações de conhecimento as quais não somos capazes de imaginar algum contexto no qual elas façam sentido. Como mencionado há alguns parágrafos, na visão de Morawetz, esse é o caso de reivindicações de conhecimento sobre algumas *hinge propositions*. A declaração “Eu sei que existem objetos físicos”, em sua interpretação, não alude a tipos particulares de conhecimentos empíricos ou a assuntos que podem ser aprendidos, duvidados e investigados em pelo menos alguns contextos. Na verdade, afirma ele, esse tipo de declaração se refere a aspectos reguladores ou metodológicos sobre a nossa forma de pensar em geral.

Retornaremos agora a Morawetz (1978) a fim de mostrarmos os tipos (ou categorias) de *hinge propositions* lá determinados por ele, especificando quais desses tipos podem ou não ser objeto de reivindicações de conhecimento.

Um dos problemas de longa data enfrentados por aqueles que propõem uma visão filosófica (seja da linguagem, seja do conhecimento) que destaque o papel e a importância de convenções é o relativismo — isto é, a posição de que não há uma única interpretação da

realidade acessível a todos, mas sim diferentes perspectivas da realidade relativas a diferentes pontos de vista. Morawetz tenta evitar a recaída em alguma forma de relativismo epistêmico ao propor diferentes tipos de *hinge propositions* a partir da possibilidade ou impossibilidade de duvidá-las. Por exemplo, a proposição de que existem objetos físicos, para ele, não poderia ser duvidada em contexto algum — “for their suspension would collapse the whole edifice of our reasonings” (WHITTAKER, 1979, 81). Ele as chama de proposições metodológicas. Esse tipo de proposição se enquadra no grupo de *hinges* que não se permitem serem objetos de reivindicações de conhecimento:

methodological propositions are such that there is no context in which I can gather evidence for them and no context in which I can imagine contrary evidence. How can I find evidence that objects exist unobserved when every attempt to gather evidence counts as an observation? (MORAWETZ, 2005, p. 188).

Já proposições como “Eu tenho duas mãos” podem ser duvidadas apenas em circunstâncias extraordinárias (por exemplo, quando alguém sofre um acidente, fica desacordado, e, ao acordar no hospital, demora a sentir as próprias mãos). Essas seriam as *hinge propositions* contextuais. Ao contrário das proposições metodológicas, estas referem-se a questões que podem ser investigadas e corroboradas. Salvo circunstâncias muito especiais, não posso duvidar se tenho duas mãos sem pôr em dúvida a minha capacidade geral de fazer julgamentos, mas posso, no entanto, olhar para baixo em direção ao meu tronco e examinar os meus braços. Ele conclui que “it is therefore hardly nonsense to regard myself as knowing I have two hands, although I will hardly ever have to make such knowledge-claims. Rather, Wittgenstein notes that my conduct will *show* that I know my name, and so on” (MORAWETZ, 2005, p. 189).

Morawetz (2005) admite que a distinção entre a primeira — “propositions that have no evidence for or against them and that seemingly can never be the object of knowing claims” (MORAWETZ, 2005, p. 189) e a segunda categoria — “propositions for which there is overwhelming evidence, ones that we would rarely have occasion to make the object of knowing claims” (MORAWETZ, 2005, p. 189) — é disputável e possivelmente inexistente diante de certas passagens de *Sobre a Certeza*. Afinal, podemos pensar que, com criatividade o suficiente, por mais difícil que seja, seria plausível que, para toda proposição metodológica, encontremos ao menos um contexto em que possa ser examinada e fundamentada.

A terceira categoria seria a das proposições que podem ser revisadas a partir de novas informações, como é o caso de paradigmas científicos ou de fatos históricos. O autor nota, no

entanto, que “we can easily imagine circumstances that would lead us to question them, but those circumstances would be unexpected and highly unusual” (MORAWETZ, 2005, p. 189).

O importante a ser notado é que, independentemente do tipo dessas *hinges*, todas elas são mantidas pelas práticas racionais que compartilhamos, mesmo que possam existir contextos nos quais algumas delas possam ser colocadas em dúvida. Diante desta categorização, principalmente no que concerne a terceira categoria, podemos considerar que uma outra metáfora-chave para a argumentação de Morawetz é a metáfora do leito do rio. Esse é o caso pois ela nos mostra que existiriam certezas mais ou menos suscetíveis a mudanças. As menos suscetíveis seriam parte da pedra basilar do leito do rio, enquanto que as mais suscetíveis seriam a areia depositada no fundo do rio — “the bank of that river consists partly of hard rock, subject to no alteration or only to an imperceptible one, partly of sand, which now in one place now in another gets washed away, or deposited” (OC §99). Esta metáfora, então, confirmaria a ideia do autor de que certas *hinges* podem ser revisadas ao longo do tempo. Desse modo, ao menos em algum grau a possibilidade de revisão de nossas *hinges* seria mantida, a importância do contexto seria mantida, mas o relativismo seria evitado.

Uma das formulações do relativismo, porém, é a de que diferentes sistemas epistêmicos não podem ser classificados como “inferiores” ou “superiores”, já que não haveria critério externo capaz de julgá-los — isto é, não existe “a visão de lugar algum”, isenta de pressuposições e isolada de qualquer sistema epistêmico. Certas passagens de *Sobre a Certeza* tratam do diálogo ou do embate entre pessoas com diferentes sistemas epistêmicos (ou, como escrito por Wittgenstein, “*Weltbild*”, imagem de mundo). Por exemplo, na última parte da obra, Wittgenstein afirma: “Where two principles really do meet which cannot be reconciled with one another, then each man declares the other a fool and heretic.” (OC §611). De acordo com essa passagem, não teríamos a permissão ou o direito lógico de julgar aqueles cujo pensamento pertence a um pano de fundo diferente. Nos restaria, então, somente meios que apelam para a violência ou para formas de convencimento menos usuais, como a persuasão: “I said I would ‘combat’ the other man, — but wouldn't I give him reasons? Certainly; but how far do they go? At the end of reasons comes persuasion. (Think what happens when missionaries convert natives)” (OC §612).

Entretanto, outras passagens como §286 (já trabalhada no ponto 2.4.2, quando discutimos a metáfora do sistema), apontam para a possibilidade de uma comparação hierárquica entre diferentes sistemas de crenças, sendo um mais “rico” que o outro. É nesse tipo de passagem que Morawetz se baseia:

To say in particular cases that their system of knowledge is “poor by far” and that we are “bound together by science and education” is to say that whenever I can *say* what they believe I am in a situation in which my usages (my meanings) embrace and include theirs. (...) Once I have said what they think, I will either recognize in their observations recalcitrant data for my own ways of thinking, or I will use what I think about the same matters as a measure of what is right and wrong in their thought. (MORAWETZ, 1978, p. 130).

Para Morawetz, nós podemos justificar nossas próprias crenças e práticas apenas a partir da busca por evidências, da explicação de informações relevantes e da verificação de previsões.

3.1.2 O externalismo epistêmico de Pritchard (2001, 2011)

Analisaremos adiante o desenvolvimento da leitura externalista epistêmica de Duncan Pritchard ao longo de dois de seus trabalhos, a saber, Pritchard (2001, 2011). A argumentação inicial de Pritchard, proposta em seu artigo *Radical Scepticism, Epistemological Externalism, and “Hinge” Propositions* (2001), era a de que “hinge propositions, if known at all, are always known. The problem with hinge propositions is thus not that they are sometimes unknown (in certain contexts), but that one can never coherently *claim* to know them” (PRITCHARD, 2001, p. 109).

O direcionamento que o autor dá à discussão parte do questionamento de uma tese comumente defendida por leituras não-epistêmicas das *hinge propositions*: do fato de não sermos capazes de oferecer razões suficientes para a nossa crença numa *hinge proposition* se segue que não conhecemos as *hinge propositions*. Para Pritchard, uma consequência clara desta tese é a de que não seria possível reivindicar conhecimento de primeira pessoa sobre uma *hinge proposition*. Seu questionamento, portanto, é o seguinte: “does it necessarily follow that where you cannot properly *claim* to know, you cannot know?” (PRITCHARD, 2001, p. 110).

Pritchard argumenta que “it is certainly an uncontentious fact that the conditions for proper assertion of first-person knowledge claims need not bear any necessary relation to the truth-conditions for knowledge possession” (PRITCHARD, 2001, p. 110). De acordo com ele, então, há um hiato entre as condições de propriedade de conhecimento e as condições de verdade, ou seja, existiriam situações nas quais é adequado reivindicar conhecimento mesmo que não saibamos de fato, assim como seriam possíveis cenários nos quais realizar tal reivindicação seria absurdo mesmo que ela seja verdadeira.

Com essas considerações, Pritchard pretende apontar para a relevância de se refletir acerca da natureza de implicaturas conversacionais para a compreensão de nossas práticas de reivindicação de conhecimento. O autor caracteriza uma implicação conversacional como qualquer inferência que se tem o direito de fazer ao ouvir uma afirmação. Seu objetivo aqui é o

de introduzir uma distinção entre meras implicações conversacionais falsas e implicações conversacionais *epistêmicas* falsas.

Analisemos um exemplo de implicação conversacional falsa. Considere que um indivíduo *x* ouviu que (1) “Hugo tem quatro gatos”. Disto, ele infere que (1’) “Hugo só teve quatro gatos em sua vida”. Somente a partir de (1), *x* não tem o direito de implicar que (1’), pois faltariam provas para afirmar isto. Esta implicação conversacional é falsa especificamente por ferir a máxima da qualidade⁶² que requer do locutor que nunca afirme aquilo que crê que é falso e para o qual lhe faltam provas. Sendo este o caso, Pritchard argumenta que “if an agent’s assertion carries a false implicature then it will be deemed improper even if the assertion is true, and even if the agent’s grounds for belief in that assertion are sufficient to justify that belief” (PRITCHARD, 2001, p. 110). Isso significa que mesmo que (1’) seja verdadeira, por conter uma implicatura conversacional falsa, deverá ser considerada imprópria.

Consideremos agora um exemplo de implicação epistêmica falsa: um indivíduo *y*, ao ouvir que (1), infere que (1’’) “Hugo ama gatos”. Além desta ser uma implicação conversacional falsa (novamente por ferir a máxima da qualidade), também é uma implicação epistemicamente imprópria, pois *y* não tem acesso cognitivo ao “ponto de vista” de Hugo para saber seus sentimentos acerca de gatos. Assim, as implicações epistêmicas falsas poderiam ser obtidas a partir de asserções de conhecimento verdadeiras, porém epistemicamente inadequadas, nas quais “the agent in question lacks a certain cognitive capacity which, although it makes a first-person claim to know improper, is not itself (the externalist argues) necessary for knowledge possession” (PRITCHARD, 2001, p. 111).

A partir desta interpretação de implicação conversacional, o autor afirma que, quando Wittgenstein argumenta que uma reivindicação de conhecimento de uma *hinge proposition* é inadequada porque não seríamos capazes de oferecer fundamentos suficientes para sustentá-la, deve-se considerar que a reivindicação é inadequada porque gera uma implicação conversacional falsa, mas não necessariamente porque o que é asserido é falso. Para ilustrar, tomemos (2) “Eu estou aqui” como uma *hinge proposition*. Uma possível implicação de (2) seria (2’) “Eu não estou em outro lugar”. Podemos então imaginar uma situação na qual (2’) seja imprópria de acordo com os critérios conversacionais, mesmo que seja verdadeira. Por exemplo, em uma situação na qual me param na rua para pedir orientações de como chegar em algum local da cidade, caso eu diga (2’), estaria ferindo a máxima da relação, a qual requer que minha participação no diálogo seja pertinente ao que está sendo discutido.

⁶² As máximas conversacionais foram propostas por Paul Grice (1975). De acordo com Grice, elas regulamentam as implicações conversacionais, tanto na perspectiva do interlocutor, quanto do locutor.

Assim, contra a leitura não-epistêmica, aponta Pritchard,

one could take the Wittgensteinian point to be that one should not claim knowledge of hinge propositions not because such propositions are unknowable, but rather because such a claim to know would always contravene the purely social rules encapsulated in an account of conversational implicatures. (PRITCHARD, 2001, p. 110-1).

Pritchard observa que, ao defender que a incapacidade de reivindicar conhecimento sobre A implica em não conhecer A, o intérprete não-epistêmico estaria implicitamente assumindo pressupostos do internalismo epistêmico. De modo sintético, a tese defendida pelos internalistas é a de que sermos capazes de determinar introspectivamente os fatores que permitem que saibamos de algo seria uma condição necessária para o conhecimento. Em contrapartida, a tese do externalismo epistêmico consiste na negação desta tese, isto é, para conhecer algo, não precisamos ser capazes de identificar de maneira interna quais elementos possibilitaram nosso conhecimento. Importa esclarecer que ambos internalistas e externalistas mantêm que existem certas condições externas que devem ser satisfeitas para que o conhecimento seja possível.

Diante desse contexto, Pritchard aponta que a interpretação não-epistêmica seria internalista em dois sentidos:

On the one hand, it presupposes that where sufficient reflectively accessible grounds are unavailable — as in the case of hinge propositions — the proposition in question is unknowable, thereby indicating a commitment to the internalist thesis that such grounds are necessary for knowledge possession. On the other hand, and as a consequence of the former commitment, it presupposes that, social factors aside, where one cannot claim first-person knowledge one does not know. (PRITCHARD, 2001, p. 112).

Uma das consequências negativas de se assumir um internalismo, defende Pritchard, é a de que o não-epistêmico não seria capaz de dar conta de todos os tipos de *hinge propositions*. Interessantemente, o autor determina que apenas existiriam dois tipos: globais e locais. Para ele, a leitura não-epistêmica deixaria de lado os exemplos de *hinges* locais, apenas tratando das pertencentes ao tipo global. Grosso modo, as *hinge propositions* globais envolvem a negação de hipóteses céticas radicais, sendo, portanto, pressuposições necessárias para a ação. Exemplos são “Eu tenho duas mãos”, “Gatos não crescem em árvores” e “Todo ser humano tem pais”. Pritchard afirma que elas possuiriam um “*presuppositional role*”. Já as *hinges* locais envolvem proposições mais mundanas para as quais existiriam razões que as fundamentam, porém tais razões “cannot coherently be thought of as epistemically supporting the belief in question” (PRITCHARD, 2001, p. 115). Exemplos de *hinges* desta categoria são “Eu não estou sonhando agora” e “O universo não surgiu há cinco minutos”.

Esse problema se intensifica pois, segundo Pritchard, Wittgenstein apresenta e discute uma quantidade maior de *hinge propositions* locais que globais. Consequentemente, a estratégia de Pritchard para tratar de ambas as categorias de proposições é a de combinar uma epistemologia externalista com uma interpretação de implicaturas conversacionais dos jogos de linguagem epistêmicos.

Em relação às globais, sua proposta nega que por conta de seu “*presuppositional role*” essas *hinges* devem ser consideradas no máximo enquanto crenças (no sentido de que não satisfariam as condições necessárias para serem conhecimento), como poderia afirmar um intérprete não-epistêmico. Para ele, tais proposições globais só podem ser consideradas legítimas caso elas sejam conhecimento. Assim, ele defende que reivindicar que se sabe uma *hinge propositions* global seria “an instance of a first-person claim to know which generated a false epistemic conversational implicature” (PRITCHARD, 2001, p. 115).

A favor de sua posição externalista, Pritchard, também recorre à ideia de que, se formos limitar o que é ou deixa de ser conhecimento a partir de critérios internalistas, então quase nenhuma de nossas crenças seria suficientemente qualificada para ser considerada enquanto tal.

On both accounts we are held to be compelled to assume the truth of these propositions even without the necessary internalist grounds, but whereas this involves an epistemic ‘leap-of-faith’ on the non-epistemic account, this merely reflects inevitable empirical constraints on our epistemic position on the externalist account; the fact that we cannot acquire adequate internalist grounds for all that we believe. (PRITCHARD, 2001, p. 114-5).

Para ele, a leitura não-epistêmica e a sua leitura assumem a verdade das *hinge propositions*, mesmo considerando que elas não satisfazem às condições internalistas. Porém, ele diferencia as duas interpretações mostrando que, para isso, o não-epistêmico apela para um salto de fé, enquanto que o externalista simplesmente reflete as restrições empíricas inevitáveis que enfrentamos, tal como o fato de que não podemos ter fundamentos internalistas adequados para todas as nossas crenças.

Passando por fim para as proposições do tipo local, o autor considera a afirmação de que elas representariam elementos de nossa concepção cotidiana do mundo as quais “are so taken for granted that the grounds which support belief in these propositions would not be *socially* accepted as performing this supporting role” (PRITCHARD, 2001, p. 115). Sendo este o caso, não haveriam implicaturas conversacionais epistêmicas em jogo aqui. As reivindicações de conhecimento acerca de *hinges* locais gerariam apenas implicaturas conversacionais falsas puramente sociais.

Em suma, a sua leitura epistêmica defende que, resguardadas as suas diferenças, todas as *hinge propositions* seriam conhecimento, mesmo que o ato de reivindicar conhecimento sobre elas nos leve a implicaturas conversacionais sociais ou epistêmicas falsas.

Em *Wittgenstein on Scepticism* (2011), Pritchard mantém a sua proposta externalista epistêmica acerca das *hinge propositions*. A diferença aqui é o modo como o autor estabelece o problema da fundamentação racional dessas proposições. Ele tem como objetivo analisar como é (ou deveria ser) a proposta de uma nova interpretação de nossa estrutura de justificações que *Sobre a Certeza* contém para que seja possível responder satisfatoriamente a questionamentos céticos radicais. Essa diferença nos rende interessantes considerações não mencionadas em seu trabalho anterior.

Suppose, for example, that one were to simply reflect on the epistemic standing of one's belief that one has two hands. Given the fact that one is unable to adduce any reason in support of this belief that is more certain than this belief, it now becomes an open question whether this belief is adequately rationally supported. (PRITCHARD, 2011, p. 527).

A pergunta pela possibilidade de justificação das *hinges* é importante pela própria definição que podemos ter delas. Caso adotemos a definição de que essas proposições especiais são ao mesmo tempo certezas (no sentido de não serem passíveis de justificação) e possuírem o papel de fundamentar ou suportar outras crenças, então resta entender como algo infundado seria capaz de fundamentar. Pritchard adianta que não vê como uma leitura fundacionista seja viável para tratar dessa questão, pois, em sua visão, as *hinge propositions* não satisfariam certas condições tradicionais para serem consideradas crenças fundacionais:

it is not as if one can take the traditional route here of thinking of one's beliefs in hinge propositions as being somehow foundational—such that they do not require epistemic support from other beliefs in order to be rightly held—since these beliefs lack many of the features of foundational beliefs on the traditional picture. They are not, for example, self-evident or incorrigible, and while they are in a sense indubitable, as we have already seen they are not indubitable in the required manner. (PRITCHARD, 2011, p. 527).

Dadas essas circunstâncias, Pritchard afirma que é razoável colocar em suspensão o estatuto epistêmico das *hinge propositions*. O autor inclusive aponta para a possibilidade de Wittgenstein incentivar esse tipo de postura, por exemplo, ao afirmar que “difficulty is to realise the groundlessness of our believing” (OC §166). No entanto, Pritchard insiste que se interpretamos que as nossas crenças básicas não seriam racionais, corremos o risco de cair novamente no sério de problema cético radical que estávamos inicialmente buscando evitar.

O autor complementa que, na verdade, essa situação é ainda mais peculiar do que parece, pois o tipo de ceticismo que essa linha de raciocínio nos levaria também impediria que as

questões céticas fossem sequer formuladas, dado que não seria possível duvidar racionalmente das crenças sobre *hinge propositions*. O que restaria, na visão de Pritchard, seria “a kind of epistemic *angst* regarding one’s epistemic position, albeit one that does not license rational doubt” (PRITCHARD, 2011, p. 527).

A partir dessa referência a uma angústia epistêmica, isto é, uma situação extrema na qual seríamos incapazes de formular qualquer proposição (seja uma reivindicação de conhecimento, seja uma questão cética), podemos apontar que Pritchard estaria sustentando sua argumentação ao menos em parte na metáfora de “segurar firmemente”. Especificamente, ele estaria se referindo às consequências psicológicas que podem surgir a partir da dúvida ou do abandono de nossas *hinges*. Como nos mostra a metáfora, nós lutamos para manter essas nossas convicções livres de dúvida. Esse é o caso pois elas são o que nos dá certa garantia para que continuemos agindo. Situações que nos forcem a tratar de *hinges* colocando-as em questão (e possivelmente abandonando-as posteriormente) podem fomentar o surgimento de um vazio, uma falta de sentido paralisante. Acreditamos que esta paralisia pode ser expressa a partir da angústia.

Para remediar esse cenário difícil de aceitar, Pritchard afirma que “our commitment to hinge propositions is essential to *any* epistemic evaluation—this commitment is the hinge on which any epistemic evaluation must turn” (PRITCHARD, 2011, p. 528). Para tanto, ele argumenta (apoiando se em OC §341-3) que não aceitamos ou pressupomos *hinges* de maneira arbitrária: “what Wittgenstein is suggesting is that it is not in any way optional that there be propositions which we believe and which play this hinge role of being devoid of rational support and yet nevertheless indubitable” (PRITCHARD, 2011, p. 528).

Colocado de outro modo, o ponto aqui é que as *hinges* não podem ser tidas como irracionais ou arracionais simplesmente porque elas mesmas não possuem (ou não precisam) de justificação, pois elas são exatamente o que tornam nossas demais atividades (epistêmicas, nesse caso) possíveis. De acordo com Pritchard, que algo em nossa estrutura de justificações esteja isento de avaliação epistêmica é necessário. Este fato não deve ser interpretado como uma limitação prática, argumenta, mas sim entendido como uma consequência obtida a partir da constituição da lógica de nossa avaliação epistêmica.

Por fim, Pritchard conclui que a abordagem Wittgensteiniana sobre o ceticismo contribui para que sejamos capazes de apontar para as asserções utilizadas em um diálogo entre um cético e um anti-cético (*a la* G.E. Moore, por exemplo) e mostrar como elas são problemáticas, no sentido de que não possuem esperança de efetivarem seus objetivos de comprovar que um dos dois está certo.

3.2 NÃO-EPISTÊMICAS

Como explicitamos durante a introdução, denominamos as leituras *framework* como “não-epistêmicas”, pois elas possuem em comum a ideia de que conhecimento e certeza devem ser considerados categorias distintas (OC §308). Esse grupo interpretativo recebe esse nome a partir da metáfora do quadro de referências (em inglês, “*frame*” significa “moldura” ou “quadro”, e “*framework*” pode ser traduzido por “estrutura”) já analisada no ponto 2.4.1. Os primeiros representantes dessas interpretações são Peter Strawson (1985), Crispin Wright (1985) e Avrum Stroll (1994). Posteriormente, muitas outras versões foram elaboradas, como as de Daniëlle Moyal-Sharrock (2004a), Annalisa Coliva (2010a), Duncan Pritchard (2016), Genia Schönbaumsfeld (2016), Marcos Silva (2016) e Eros Carvalho (2019, no prelo).

Além da metáfora do quadro de referências, especialmente utilizada por Strawson (1985), as interpretações não-epistêmicas em geral consideram como metáfora-chave a das fundações. Como veremos, porém, a leitura não-proposicional de Moyal-Sharrock (2004a) também assume enquanto metáforas-chave a metáfora do acostamento e as metáforas de animalidade.

3.2.1 O naturalismo de Strawson (1985)

Dentre essas diversas interpretações *framework*, consideramos existir uma vertente de cunho naturalista, à qual Stroll (1994) e Moyal-Sharrock (2004a) podem ser vinculados. O primeiro a propor uma leitura naturalista de *Sobre a Certeza* foi Peter F. Strawson (1985). Em sua obra, o autor propõe uma comparação entre o empirismo natural de David Hume e algumas considerações feitas por Wittgenstein em *Sobre a Certeza* em relação ao problema do ceticismo:

Is there any other way with skepticism which is not a variant on those I have referred to, i.e. is neither an attempt directly to refute it by rational argument drawing on commonsense or theological or quasi-scientific considerations nor an attempt indirectly to refute it by showing that it is in some way unintelligible or self-defeating? I think there is another way. There is nothing new about it, since it is at least as old as Hume; and the most powerful latter-day exponent of a closely related position is Wittgenstein. I shall call it the way of Naturalism; though this name is not to be understood in the sense of Quine’s “naturalized epistemology”. (STRAWSON, 1985, p. 11).

Strawson defende que um importante exemplo dessa relação entre os pensamentos de Hume e Wittgenstein pode ser encontrado a partir do trecho no qual Wittgenstein trata as *hinges* como crenças ou convicções que estão além da justificação, propondo que elas estariam mais relacionadas a algo de animal, instintivo (OC §359). Segundo o filósofo, é possível encontrar aqui um eco da visão Humeana de que as nossas crenças são mais propriamente um ato da

sensibilidade do que um ato da parte intelectual de nossa natureza.⁶³ Esse é um dos principais pontos da leitura Naturalista de *Sobre a Certeza*: Wittgenstein parece sustentar explicitamente alguma forma de sensibilidade, corporeidade e animalidade pertencentes à natureza das *hinge propositions*. Como afirma Strawson (1985, p. 17), “evidently [Wittgenstein’s] aim, at least in part, is to give a realistic account or description of how it actually is with our human systems or bodies of belief”.

De acordo com a interpretação naturalista de Strawson, Wittgenstein distingue entre dois tipos de elementos que constituem nossos sistemas de crença: (i) elementos que estão sujeitos a confirmação ou falsificação empírica, os quais nós consideramos como objeto de inquérito ou de dúvida; (ii) elementos que tem um caráter bastante distinto, os quais descrevemos utilizando analogias ou alusões a figuras como andaimes (“*scaffolding*”), estruturas (“*framework*”), pano de fundo (“*background*”), substrato (“*substratum*”). No entanto, para Strawson (1985, p. 18), de acordo com a metáfora do leito do rio (OC §96-9) trabalhada no ponto 2.2.3, “Wittgenstein does not represent this distinction between two kinds of element in our belief-systems as sharp, absolute, and unchangeable” — ele nota, porém, que Wittgenstein não deixa claro qual seria o princípio ou critério a ser utilizado para distinguir entre esses elementos. Strawson compreende que, por mais que mudanças e alterações sejam permitidas nessa relação, não haveria um caráter de arbitrariedade nesse movimento, baseando sua interpretação na afirmação de que “it’s not as if we *chose* the game” (OC §317).

Além disso, em relação à questão de se as *hinges* são proposicionais, Strawson responde positivamente, denominando-as por vezes de “*crypto-propositions*”. Ele sustenta sua posição nos seguintes trechos da obra:

I want to say: propositions of the form of empirical propositions, and not only propositions of logic, form the foundation of all operating with thoughts (with language). (OC §401). (...) Certain propositions seem to underlie all questions and all thinking. (OC §415).

Strawson reconhece, ainda assim, que essa confusão seria gerada por alguns trechos específicos. Por exemplo, quando Wittgenstein compara as *hinge propositions* a regras que podem ser aprendidas exclusivamente através de atividades práticas (OC §95), ou quando ele fala sobre uma falta de precisão nos limites das definições do que seria uma regra e o que seria uma proposição empírica, acrescentando que o próprio conceito de “proposição” é impreciso (OC §319-20).

⁶³ Conferir Strawson (1985, p. 16).

Para Strawson (1985, p. 21), essas proposições “are outside our critical and rational competence in the sense that they define, or help to define, the area in which that competence is exercised”. Por essa razão, seria inútil combater a dúvida cética tentando justificar racionalmente que “Eu tenho um cérebro” ou que “Existem objetos físicos”. Tomar uma atitude como essa demonstraria que estaríamos compreendendo mal o papel que essas convicções cumprem nos nossos sistemas de crença. De acordo com ele, “the correct way with the professional skeptical doubt is not to attempt to rebut it with argument, but to point out that it is idle, unreal, a pretense.” Esse seria o caso pois, “there is no such thing as *the reasons for which we hold* these beliefs. We simply cannot help accepting them as defining the areas within which the questions come up of what beliefs we should rationally hold on such-and-such a matter” (STRAWSON, 1985, p. 21).

Em suma, a leitura naturalista propõe que as dúvidas céticas radicais não são nem sem sentido, nem irracionais, mas apenas antinaturais. Essa antinaturalidade seria justificada no sentido de que tais dúvidas pretendem suspender proposições as quais nós naturalmente tomamos como garantidas. Esse é o caso quando compartilhamos a mesma forma de vida. Em outras palavras, aceitamos naturalmente algumas proposições como certezas ou regras porque nós fomos educados dentro de uma comunidade que as mantém coletivamente.⁶⁴

Em seu texto, Strawson reúne diversos trechos de *Sobre a Certeza* para evidenciar mais claramente o modo como Wittgenstein fala sobre as nossas *hinges* e nossa *Weltbild*:

He speaks of “propositions which have a *peculiar logical role* in the system [of our empirical propositions]” (OC §136); which belong to our “*frame of reference*” (OC §83); which “*stand fast or solid*” (OC §151); which constitute the “*world-picture*” which is “the *substratum* of all my enquiring and asserting” (OC §162) or “the *scaffolding* of our thoughts” (OC §211) or “the element in which arguments have their life” (OC §105). (STRAWSON, 1985, p. 16).

Strawson reconhece algumas das metáforas presentes em *Sobre a Certeza*, tal como a das fundações. Porém, em sua visão, Wittgenstein não estaria argumentando a partir dela que as *hinges* seriam fundações no sentido empirista tradicional:

it is quite clear that Wittgenstein does not regard these propositions, or elements of the belief-system, as foundations in the traditional empiricist

⁶⁴ “The need to preserve consistency; the compulsion to give up some propositions on accepting others; the limitation on acceptable combinations of propositions—all these do indeed exist; but they exist simply as matters of natural (psychological and social) fact about the members of a Community who share a common language, i.e. participate in a common form of life. It is a part of that participation that they naturally agree, or can be brought to agree, in rejecting certain combinations of propositions as, as they say, “inconsistent,” or in accepting certain arguments as, as they say, “valid.” But there is no need to look beyond these natural facts; there is nothing beyond to look to” (Strawson, 1985, p. 94). Para maior contexto, conferir Strawson (1985, p. 90-97).

sense, i.e., as basic reasons, themselves resting on experience, for the rest of our beliefs. (STRAWSON, 1985, 17).

Na verdade, ele prefere a metáfora do quadro de referências. Strawson a interpreta como uma moldura que sustenta uma pintura, isto é, as *crypto-propositions* formariam a *Weltbild* que sustenta o conjunto de julgamentos que fazemos em nossas vidas — “the metaphor of a scaffolding or framework, within which the activity of building or modifying the structure of our beliefs goes on, is a better one” (STRAWSON, 1985, p. 18).

3.2.2 A leitura não-proposicional de Moyal-Sharrock (2004a)

Daniëlle Moyal-Sharrock defende em *Understanding Wittgenstein's On Certainty* (2004a) a tese de que Wittgenstein teria como um dos principais objetivos da obra argumentar a favor de uma divisão categorial entre certeza e conhecimento:

Much of *On Certainty* is devoted to fleshing out the distinction between certainty and knowledge. (...) Is this concept of certainty epistemic, or does Wittgenstein's dissociation of it from knowledge exclude our foundational certainty from the realm of epistemology? (MOYAL-SHARROCK, 2004a, p. 13).

De acordo com Moyal-Sharrock (2004a), é preciso compreender que o tipo de certeza que Wittgenstein pretende colocar como foco de sua investigação não estaria relacionado a um aspecto unicamente subjetivo, meramente pessoal. Em vez disso, este tipo de certeza deve ser objetiva. Deve ser uma forma de certeza a qual podemos assumir em um nível pessoal, sim, mas principalmente em um nível coletivo. Mais especificamente, estaríamos tratando aqui de um tipo de certeza objetiva encontrada em situações nas quais a possibilidade de erro é logicamente excluída (OC §194). De acordo com a autora, isso significa que essa forma de certeza objetiva não seria passível de justificação ou fundamentação:

The certainty Wittgenstein is seeking to define as *objective* is objective not merely as opposed to *subjective*, but as in: not based on grounds at all. For once grounds are adduced, we are in the realm of knowledge and justification. So that the only *objective* certainty that would be *categorially* distinct from knowledge is a certainty which would not depend on justification. (MOYAL-SHARROCK, 2004a, p. 16).

É neste ponto que Moyal-Sharrock apoia a sua leitura não-epistêmica das *hinge propositions*. Para que haja conhecimento, é necessário que o erro seja possível. Se a possibilidade de erro não existe, logo não podemos considerar certezas objetivas enquanto epistêmicas.

A leitura proposta por Moyal-Sharrock (2004a) não se restringe apenas a defender que as *hinges* seriam não-epistêmicas. Ela também argumenta algo mais radical, a saber, que elas

devem ser não-proposicionais. Por esse motivo, ela decide denominá-las de *hinge certainties*. De modo breve, ela enxerga que, dado que as *hinge certainties* são o que estão na fundação de nossos jogos de linguagem (OC §401-3) e é a partir delas que obtemos nosso quadro de referências (OC §83) para determinarmos o que é verdadeiro e o que é falso, elas mesmas não podem ser verdadeiras nem falsas, assim como não podem fazer parte dos nossos jogos de linguagem. Logo, caso compreendamos que uma proposição deve poder ser verdadeira ou falsa, as *hinges* não poderiam ser ditas proposicionais.

Ora, mas Wittgenstein muitas vezes fala sobre as *hinges* como se fossem crenças (cf. OC §250-3, §279, §286, §360, §516). Caso adotemos (como parece fazer Wittgenstein) a visão tradicional de que conhecimento é constituído por crenças verdadeiras justificadas, também parece que deveríamos compreender as “crenças” no interior desse mesmo contexto epistêmico racional. Para além disso, também costumamos associar crenças com atitudes proposicionais — “X acredita que *p*”, “eu acredito que sou recifense”. Nesse sentido, para sustentar sua leitura, a autora precisa enfrentar a seguinte questão: como compreender o caráter não-epistêmico e não-proposicional das *hinges* caso elas sejam corretamente definidas como crenças?

Em relação à não-epistemicidade, Moyal-Sharrock defende que o uso de “crença” relacionada às *hinge propositions* mais tem a ver com fé do que com razão, no sentido de que não seria necessária oferecer alguma justificção para crer em determinada *hinge*. Já para manter a não-proposicionalidade das *hinges*, a autora argumenta que, na verdade, a característica mais distintiva da certeza objetiva à qual as *hinge certainties* representam é a de que elas não são “susceptible of meaningful propositional articulation” (MOYAL-SHARROCK, 2004a, p. 31). Em sua resposta, portanto, Moyal-Sharrock nos traz um outro elemento ainda não explicitado anteriormente, a saber, as *hinges* devem ser consideradas infáveis. Com o intuito de argumentar a favor dessa infabilidade, no entanto, a autora elabora uma outra estratégia: por mais que não seja de fato impossível realizar o proferimento “Eu tenho um corpo”, o que ocorre quando articulamos essa proposição não deve ser compreendido como se estivéssemos expressando nossa *hinge certainty* de que temos um corpo. Na realidade, propõe Moyal-Sharrock, o que é dito nesse caso seria uma espécie de cópia idêntica da *hinge*, mas de caráter empírico ou epistêmico. Ela chama essas cópias de *doppelgänger*:

O *Doppelgänger* de uma dobradiça é uma sentença que parece idêntica ou similar àquela que expressa uma dobradiça, mas que é usada em um contexto no qual ela funciona como uma proposição empírica ou epistêmica. (MOYAL-SHARROCK, 2015, p. 9).

Diante desta argumentação de Moyal-Sharrock (2004a) acerca da não-proposicionalidade das *hinges*, vemos uma grande aproximação com a metáfora do

acostamento. De acordo com a metáfora, as nossas certezas estariam fora de circulação, localizadas no acostamento, enquanto que as atividades fundamentadas por elas (por exemplo, o ato de proferir proposições verdadeiras ou falsas ou o ato de duvidar) estariam em movimento constante na pista. Assim, podemos compreender que o que Moyal-Sharrock propõe é uma barreira forte entre os elementos que se encontram na pista e os que estão no acostamento. Essa barreira estaria presente em todos os contextos e demarcaria aquilo que pode ser articulado daquilo que não pode. A autora ofereceria, portanto, uma versão radicalizada da metáfora.

Um outro caminho argumentativo traçado por Moyal-Sharrock para defender a não-proposicionalidade das *hinges* centra-se na ideia de que elas seriam “certezas animais”. Apoiando-se na relação que Wittgenstein faz entre as *hinge certainties* e instintos animais (OC §358-9, §472-5), Moyal-Sharrock defende que nossas certezas mais básicas só podem ser manifestadas a partir de nossas maneiras de agir (“*ways of acting*”).⁶⁵ Consequentemente, se tais certezas devem ser consideradas crenças, então tais crenças devem ser também diretamente identificadas a maneiras de agir. Neste ponto, é explícita a referência que a autora faz às metáforas de animalidade anteriormente analisadas. Estas também podem ser consideradas metáforas-chave para sua argumentação.

A autora afirma que uma consequência dessa relação entre as *hinges* e maneiras de agir seria a de que a distinção entre “palavras” e “atos” se torna porosa. Sendo assim de acordo com ela deveríamos abandonar qualquer ideia de divisão fundamental entre mente e corpo, razão e instinto, linguagem e ação: “this would go a long way towards making the boundary between word and deed porous, thereby rendering the incommensurability of mind and body, and its explanatory gap obsolete” (MOYAL-SHARROCK, 2004a, p. 32).⁶⁶

Por fim, apresentaremos a “taxonomia” das *hinges* proposta por Moyal-Sharrock. A autora também defende outras ideias importantes sobre essas certezas, tal como a interpretação de que as *hinges* seriam regras gramaticais que seriam o fundamento infundado de nossas práticas. Trataremos dessa tese em maior detalhe no capítulo 5.

⁶⁵ Acerca deste ponto da relação entre *hinges* e maneiras de agir, Carvalho (no prelo) propõe uma interessante crítica e complementação à proposta de Moyal-Sharrock, determinando de modo mais detalhado como podemos compreender essas “maneiras de agir” da consideração de que elas constituiriam habilidades. Carvalho desenvolve uma abordagem ecológica das habilidades, a fim de determinar quais delas seriam elegíveis de cumprir o papel de fundamentar as nossas práticas.

⁶⁶ A autora irá desenvolver essa consequência radical anos depois através de uma discussão sobre a concepção enativista radical e a ideia de que a linguagem não deveria funcionar como a demarcação entre tipos diferentes de cognição. De acordo com Moyal-Sharrock, deveríamos compreender a linguagem enquanto mais uma forma de comportamento, e não como algo exclusivamente relacionado à racionalidade. Sua tese, portanto, é a de que somente existiriam distinções de grau de sofisticação entre nós, seres humanos, e outros animais (MOYAL-SHARROCK, 2021).

Um dos critérios utilizados por Moyal-Sharrock (2004a) para classificar as *hinges* pode ser chamado de critério da dispensabilidade. Isto é, ela as divide entre certezas que são indispensáveis para que nossa imagem de mundo, nossas práticas e nossa vida permaneçam “de pé” e certezas que são dispensáveis, ou seja, que podem ser abandonadas ou substituídas sem consequências (muito) graves. Podemos compreender esse critério também a partir do par conceitual “contingente” vs. “necessário”. A autora defende que existem quatro tipos de certezas, a saber, (1) linguísticas, (2) pessoais, (3) locais e (4) universais:⁶⁷

- (1) Certezas linguísticas: são regras estritamente gramaticais que definem com precisão o uso de palavras individuais e de números. Por exemplo, ‘224’, ‘Como é chamada a cor do sangue humano’, ‘O que é chamado de “uma lajota”’, ‘Qual cor se entende pela palavra “azul”’, ‘Essa cor é chamada “azul” (em português)’, ‘As palavras que compõem esta frase são da Língua Portuguesa’, ‘A é um objeto físico’ (OC §455, §340, §565, §545, §126, §624, §158, §36). De acordo com o critério, estas certezas seriam todas dispensáveis;
- (2) Certezas pessoais: são certezas estritamente relacionadas às nossas vidas individuais. Elas podem ser autobiográficas ou perceptivas (nesse caso, podem ser da percepção externa ou da autopercepção). Por exemplo, ‘Eu venho de Recife’, ‘Durante meses eu morei no endereço A’, ‘Eu estou agora sentado’, ‘Eu estou no Rio de Janeiro’, ‘Eu nunca estive na Bulgária’, ‘Eu nunca estive na lua’, ‘Eu acabei de almoçar’, ‘A pessoa à minha frente é meu velho amigo’ (OC §67, §70, §552–3, §421, §269, §419, §111, §659, §613). As certezas pessoais seriam um misto: algumas podem ser dispensadas enquanto que outras são indispensáveis;
- (3) Certezas locais: constituem a estrutura subjacente do conhecimento de todos (ou apenas alguns) seres humanos em um determinado momento. Por exemplo, ‘Há uma ilha, Fernando de Noronha’, ‘Ninguém jamais esteve na lua’, ‘Não é possível ir até a lua’, ‘A Terra é redonda’, ‘Os trens chegam normalmente em uma estação ferroviária’ (OC §159, §106, §291, §339). Assim como as certezas pessoais, as locais também são de caráter misto;
- (4) Certezas universais: são certezas que delimitam o limite universal do sentido para nós. Por exemplo, ‘A terra existe’, ‘Existem objetos físicos’, ‘As coisas não desaparecem sistematicamente quando não estamos olhando’, ‘Se a cabeça de alguém é cortada, a pessoa estará morta e não viverá novamente’, ‘As árvores não se transformam

⁶⁷ Apresentaremos no ponto 5.1.2 nossas considerações críticas acerca desta classificação das *hinge certainties*.

gradualmente em homens e os homens em árvores’, ‘Eu tenho um cérebro’, ‘Eu sou um ser humano’, ‘Eu tenho antepassados’ (OC §209, §35-6, §234, §274, §513, §159, §234). De acordo com Moyal-Sharrock (2004a), são certezas indispensáveis para todos os seres humanos *normais* (o termo “normal” aqui é utilizado no sentido de “normalidade fisiológica ou psicológica”).

4 PROBLEMA DO REGRESSO EPISTÊMICO

No capítulo anterior, discutimos distintas interpretações de *Sobre a Certeza*. Por mais diferentes que fossem, um ponto em comum pode ser identificado na ideia de que a obra teria contribuições a oferecer em relação ao desafio imposto pelo ceticismo radical. Sendo este o caso, ao longo deste quarto capítulo trataremos do problema do regresso epistêmico, suas formulações, seus desafios e suas respostas. Para tanto, buscaremos no ceticismo pirrônico o famoso Trilema de Agripa. O trilema nos apresenta a um cenário pessimista em relação à possibilidade de chegarmos a um conhecimento verdadeiro e devidamente justificado. Esse retorno à antiguidade não é arbitrário: é estratégico no sentido de que viabiliza a introdução de três das principais correntes da Epistemologia Contemporânea, a saber, Infinitismo, Coerentismo e Fundacionismo.

Após o estabelecimento das respostas e desafios dessas teorias epistemológicas ao problema do regresso epistêmico, chegamos a uma pergunta: existiria uma outra saída? Esboçamos uma saída Wittgensteiniana a partir das conclusões obtidas das metáforas sobre as *hinge propositions*. Acreditamos que esta saída possui algo de original, por mais que em alguns pontos pareçam surgir semelhanças com o Coerentismo e o Fundacionismo.

4.1 TRILEMA DE AGRIPA

Com intuito de esclarecer e contextualizar o problema do regresso epistêmico, central para a epistemologia contemporânea, apresentaremos o Trilema de Agripa. Esse famoso trilema descreve três possíveis alternativas sobre a concepção da estrutura de justificações, atribuídas ao cético pirrônico⁶⁸ grego que (supostamente) viveu no Século I, Agripa. De modo geral, a argumentação de Agripa é apresentada na forma de cinco Modos⁶⁹ dispostos na seguinte ordem. Toda tentativa de oferecer justificação a uma crença termina, invariavelmente, em um deles:

1. Modo do Conflito ou do Desacordo: diante de conflitos ou desacordos irresolúveis, a única resposta possível para o pirrônico é a suspensão de juízo. Importa notar que aqui não se trata apenas de uma situação na qual duas pessoas sustentam diferentes pontos de vista. Sim, é preciso que haja um conflito entre pelo menos duas pessoas, mas também que este seja indecisivo;
2. Modo da Relatividade: devido à relatividade subjetiva daqueles que julgam, o cético pirrônico define que devemos suspender nossos juízos sobre a verdadeira natureza das coisas. Em outras palavras, na medida em que cada indivíduo percebe algo à sua maneira, a verdade deve ser relativizada;
3. Modo do Regresso ao infinito ou do Infinitismo: quando se demonstra que não há um ponto de partida para determinado argumento, então também a resposta cética é a da suspensão dos juízos. Este é o caso quando se há uma cadeia infinita de justificações, pois a partir desta cadeia não seria possível identificar qual elemento é o primeiro que fundamenta os demais;
4. Modo do Dogmatismo ou da Hipótese: de acordo com o pirronismo, o dogmatismo busca evitar o regresso ao infinito através do estabelecimento de um ponto de partida sem razões ou argumentos que o justifique, isto é, o dogmático postula uma hipótese sem fundamento. O problema para o cético é que toda hipótese é uma mera asserção injustificada, de modo que, se aceitamos uma hipótese, em verdade qualquer

⁶⁸ O adjetivo “pirrônico” se dá pela referência ao cético Pirro de Elis (aproximadamente 360-270 a.C.). Pirro é um personagem obscuro que não deixou nenhum texto escrito. Suas ideias chegaram até nós com base em fragmentos da obra de seu discípulo Timon (320-230 a.C.) e de sua biografia apresentada por Diógenes Laércio. A principal fonte do ceticismo grego de tradição pirrônica é a obra de Sexto Empírico (séc. II ou III). Nos textos de Sexto Empírico está disposta grande parte dos argumentos céticos, dos quais alguns terão grande impacto em teorias filosóficas contemporâneas. Para mais sobre o ceticismo pirrônico, conferir Annas e Barnes (1985), Fogelin (1994), Machuca (2012) e Vogt (2018).

⁶⁹ “Os Modos, ou *Topoi*, praticados pelos pirrônicos, são constituídos por movimentos argumentativos elaborados com o intuito de levar o interlocutor à suspensão do juízo de modo universal. (...) Os modos são, portanto, razões estruturais por meio das quais se deve alcançar o reconhecimento da indeterminação das coisas, levando à suspensão do juízo.” (ETCHEVERRY, 2009, p. 23).

proposição passa a ser aceitável. Sendo assim, caso o dogmático assumira esta hipótese para justificar seu encadeamento argumentativo, até mesmo o contrário que o ele propõe está sendo defendido;

5. Modo da Circularidade: a suspensão do juízo é também o desfecho caso apelemos para uma prova circular, na qual o que se quer demonstrar deve ser desde o início pressuposto. Em outras palavras, seria como tentar provar a questão pelo que está em questão. Podemos chamar esta situação de círculo vicioso. Assim como no modo do regresso ao infinito, na circularidade viciosa também está ausente um princípio que fundamente a argumentação.

Os três últimos modos são os que constituem principalmente o trilema de Agripa. No entanto, importa ressaltar que os modos do conflito e da relatividade são os que fornecem pressão de justificação naquele que pretenda contrariar o cético. De acordo com o cético pirrônico, portanto, quando pretendemos justificar uma crença através de outras crenças, as três alternativas para justificação são bloqueadas:

- I. Nossas crenças não podem ser fundadas por um encadeamento infinito de justificações (Modo do Infinitismo);
- II. Nossas crenças não podem ser fundadas por um encadeamento circular de justificações (Modo da Circularidade);
- III. Nossas crenças não podem ser fundadas por uma crença infundada (Modo do Dogmatismo).

Assim, o pirrônico aponta para essas derradeiras alternativas sobre a justificação de nossas crenças argumentando que elas implicam que, em última instância, não teríamos justificação alguma para nos assegurarmos de nossas crenças originalmente estabelecidas, logo, conhecimento enquanto crença verdadeira justificada seria *impossível*. Como esclarece Pritchard (2014), novamente fazendo uso de analogias que relacionam os alicerces de uma casa às justificações de nossas crenças, todas as três opções do trilema são indesejadas:

Just as a house with no foundations, or with an unending chain of foundations, or with circular foundations, would not be well-supported — it would simply fall down — so a belief with no foundations (i.e. option 1), or with an unending chain of foundations (i.e. option 2), or with circular foundations (i.e. option 3), would not be well-supported, and thus, intuitively, would not be justified. (PRITCHARD, 2014, p. 33).

Michael Williams (2001) também apresenta o problema do regresso epistêmico a partir do ceticismo de Agripa. Sua descrição das alternativas do trilema é interessante porque explicita os modos argumentativos dos céticos pirrônicos:

1. Keep trying to think at something new to say –i.e. embark on an infinite regress (Mode of infinity).
2. At some point, refuse to answer – i.e. make a dogmatic assumption (Mode of Assumption).
3. At some point, repeat something I have already said – i.e. reason in a circle (Mode of Circularity). (WILLIAMS, 2001, p. 62).

Juan Comesaña (2012) nos mostra uma outra versão dos “passos argumentativos” feitos pelo céptico pirrônico que nos levam ao trilema:

1. If a belief is justified, then it is either a basic justified belief or an inferentially justified belief;
2. There are no basic justified beliefs. Therefore,
3. If a belief is justified, then it is justified in virtue of belonging to an inferential chain.
4. All inferential chains are such that either (a) they contain an infinite number of beliefs; or (b) they contain circles; or (c) they contain beliefs that are not justified.
5. No belief is justified in virtue of belonging to an infinite inferential chain.
6. No belief is justified in virtue of belonging to a circular inferential chain.
7. No belief is justified in virtue of belonging to an inferential chain that contains unjustified beliefs. Therefore,
8. There are no justified beliefs. (COMESAÑA, 2012, p. 224).

De acordo com essa argumentação, Comesaña (2012, p. 224) nota que o trilema de Agripa é perfeitamente geral, pois pode ser aplicado tanto a proposições filosóficas quanto a proposições comuns. Lidar com esse desafio imposto pelos cépticos pirrônicos não é tarefa fácil, mas, para a maior parte dos filósofos, é algo necessário, pois desejam falar sobre conhecimento. Talvez seja preciso deixar claro que não é o caso de os cépticos pirrônicos serem a favor de um completo caos, a partir do qual seríamos incapazes de distinguir absolutamente verdade de falsidade, e assim não importaria o teor de nossas ações e juízos, afinal, justificações e razões seriam impossíveis. O céptico pirrônico é, em verdade, alguém que está permanentemente investigando, e a suspensão do juízo ocorre como condição para alcançar um estado de tranquilidade. Poderíamos dizer, então, que, na visão do céptico pirrônico, o caos está na vida do filósofo que pretende defender uma verdade ou uma doutrina, pois estará constantemente travando batalhas contra outros filósofos, armados com suas próprias verdades. A busca pela tranquilidade pode ser vista, portanto, como a busca pela estabilidade para que seja possível continuar a viver e filosofar.

Além de ser útil para contextualização do problema do regresso epistêmico, o trilema de Agripa também facilita a introdução ao debate da epistemologia contemporânea acerca de nossa estrutura de justificações. Tradicionalmente, é possível encontrar ao menos três respostas diferentes para o trilema. Cada uma dessas respostas está ligada a uma das três principais correntes epistemológicas da atualidade, conhecidas por Infinitismo, Coerentismo e

Fundacionismo. A seguir, abordaremos cada uma dessas correntes, apresentando suas principais versões, apontando suas vantagens e desvantagens. De acordo com nossos objetivos, porém, daremos maior enfoque ao Fundacionismo.

4.2 CORRENTES DA EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

4.2.1 Infinitismo

O Infinitismo afirma que um encadeamento infinito de justificações pode fundamentar nossas crenças, portanto, recusa-se que a alternativa I (Modo do Infinitismo) seria incapaz de justificação plena.

Esta é a corrente com menor aderência dentre as três discutidas neste capítulo, sendo considerada historicamente menos popular (cf. Pritchard, 2014, p. 34). Ainda assim, não deixa de ser uma alternativa tomada por alguns, que buscam argumentar a favor de sua viabilidade.⁷⁰ Nas palavras de Peter Klein (2011), um dos principais defensores do Infinitismo na contemporaneidade,

Infinitism holds that there is no reason that can be given for any belief which is so privileged that it is immune to further interrogation. There are circumstances in which even the most commonplace reasons require further reasons. Even so, knowledge based upon such reasoning is possible, and giving reasons does increase the warrant for our beliefs. (KLEIN, 2011, p. 245).

A estratégia argumentativa de Klein (2011) consiste em retomar o problema do regresso epistêmico a partir dos pirrônicos e aristotélicos, para então impor desafios às perspectivas fundacionistas e coerentistas. Segundo ele, esses desafios nos mostrariam que ambas as perspectivas falhariam em fornecer saídas ao ceticismo. Em resumo, ambos, fundacionismo e coerentismo, falhariam em abordar adequadamente a base normativa que motiva o argumento do regresso epistêmico:

the normative force behind the regress argument is simply that having reasons for believing a proposition adds a type of epistemic warrant. Lacking a reason is problematic only when seen from the standpoint of normative epistemology in which knowledge is taken to be the most highly prized form of true belief — where, of course, it is the believing that is prized, not the propositional content. (KLEIN, 2011, p. 251).

⁷⁰ Para uma introdução ao Infinitismo que contenha uma lista de seus defensores, além de bibliografia relevante, conferir Klein e Turri (2012).

A única alternativa que nos restaria, portanto, seria a de assumir uma posição infinitista. Mas será que há apenas uma versão de infinitismo? A estratégia argumentativa adotada por Klein (2011) é baseada nos argumentos de regresso (“*regress arguments*”).⁷¹

Como evidencia o nome, os argumentos de regresso surgem a partir do problema do regresso epistêmico. Fazem parte dele o argumento do aprimoramento (“*enhancement argument*”) e o argumento da interrogação (“*interrogation argument*”).

O argumento do aprimoramento é descrito por Klein e Turri (2012) pela seguinte estrutura:

1. If skepticism about rational enhancement is false, then either coherentism, foundationalism or infinitism is the correct theory of rational enhancement. (Premise)
2. Skepticism about rational enhancement is false. (Premise)
3. Coherentism isn't the correct theory. (Premise)
4. Foundationalism isn't the correct theory. (Premise)
5. So infinitism is the correct theory of rational enhancement. (From 1–4)

A primeira premissa seria verdadeira pois essas três alternativas seriam exaustivas, como vimos no trilema de Agripa. A segunda linha é assumida. As linhas 3 e 4 seriam justificadas pois coerentismo e fundacionismo possuiriam as mesmas falhas, como vimos em Klein (2011).

Já o argumento da interrogação é sumarizado por Klein e Turri (2012) da seguinte forma:

1. Adult human knowledge requires full justification. (Premise)
2. Full justification requires proper reasoning. (Premise)
3. Proper reasoning requires that there be available an infinite and non-repeating series of reasons. (Premise)
4. So adult human knowledge requires that there be available an infinite and non-repeating series of reasons. (From 1–3)

As premissas 1 e 2 estipulam o status epistêmico no qual o infinitista estaria interessado. A premissa 3 é defendida em duas etapas: (a) o raciocínio circular é considerado ilegítimo pelo infinitista; (b) cadeias finitas não seriam suficientes, porque toda razão oferecida seria potencialmente suscetível a interrogações legítimas, e uma justificativa completa exigiria que uma resposta para cada interrogação legítima esteja ao menos disponível.

As objeções contra o Infinitismo são antigas. As principais já estavam presentes em Aristóteles, desenvolvidas a partir de sua argumentação a favor de um fundacionismo epistêmico. Klein e Turri (2012) as resumem em três:

⁷¹ Existem outros tipos de estratégias argumentativas que não exploraremos aqui, como o argumento de propriedades (“*features argument*”) e o argumento proceduralista (“*proceduralist argument*”).

- i. *Misdescription Objection*: Infinitism does not correctly describe our epistemic practices; but foundationalism does.
- ii. *Finite Mind Objection*: Our finite minds are not capable of producing or grasping an infinite set of reasons.
- iii. *Unexplained Origin Objection*: Infinitism does not provide a good account of how justification is generated and transferred by good reasoning; but foundationalism does.

A primeira objeção aponta que o Infinitismo simplesmente não descreve corretamente nossas práticas epistêmicas — para Aristóteles, o fundacionismo possuiria a descrição correta. A segunda considera que nossas mentes são finitas, e por isso não seríamos capazes de produzir ou compreender um conjunto infinito de razões. A resposta de Klein (2011) a essa objeção é a de que o infinitismo não requer que um conjunto infinito de razões seja produzido ou compreendido para que uma crença seja considerada verdadeira e justificada: “Knowledge requires being able to provide enough reasons for our believing. It does not require completing a task with an infinite number of steps” (Klein, 2011, p. 253). A terceira objeção ao Infinitismo afirma que essa perspectiva não fornece uma boa compreensão sobre como a justificação é gerada e transferida a partir de boas razões — mais uma vez, segundo Aristóteles, o fundacionismo forneceria uma melhor compreensão sobre esses dois pontos.

A partir dessas objeções, podemos compreender que historicamente há uma relação de rivalidade entre o Infinitismo e o Fundacionismo. Ora, como vimos na introdução desta dissertação, o Fundacionismo foi a perspectiva mais popular historicamente. Sendo assim, não houve muito espaço para autores que defendessem algum tipo de Infinitismo. Talvez por esse motivo, essa corrente epistemológica pouco apareça em nossas discussões sobre a estrutura de justificações. Isso não significa que ela é totalmente incorreta ou irrelevante. Desenvolver uma crítica mais abrangente a essa perspectiva epistemológica está além do escopo desta dissertação.

4.2.2 Coerentismo

O Coerentismo, tomando a alternativa II (Modo da Circularidade), defende a tese de que as nossas crenças constituiriam uma espécie de rede. Essa rede permitiria que as crenças que a constituem se sustentem mutuamente, desde que não haja conflitos entre as crenças. Em outras palavras, nossa estrutura de justificações deve ser compreendida como um sistema coerente de crenças, sendo impossível a existência de uma crença justificada isoladamente. De acordo com Erik Olsson (2011), uma possível interpretação coerentista para responder ao problema do regresso epistêmico envolve o licenciamento de raciocínios circulares:

On this picture, A can be a reason for B which is a reason for C which is a reason for A. If this is acceptable, what we have is a chain of reasons that is never-ending in the sense that for each belief in the chain there is a reason for

that belief also in the chain. And yet there is obviously no problem of infinity, potential or actual. (OLSSON, 2011, p. 257).

Pode parecer que essa versão do coerentismo seria suficiente para superar o problema do regresso. No entanto, como nos mostra Olsson, rapidamente podemos encontrar objeções a essa ideia, pois o resultado que obteríamos aqui seria um círculo vicioso:

If someone claims C and is asked why she believes it, she might utter B as her reason. If asked why she believes B, she might assert A. But given a request to justify her belief in A, she might, at this point, not refer back to C which is still in doubt. If she did so nonetheless, her move would have no justificatory force whatsoever. Hence, the coherentist solution to the regress problem, thus construed, fails miserably. (OLSSON, 2011, p. 258).

Essa objeção não acaba com qualquer possibilidade de Coerentismo. Como destacado anteriormente, essa é apenas uma possível interpretação. O coerentista não precisa assumir que raciocínios baseados em círculos viciosos são legítimos. Seu objetivo pode ser apenas o de questionar a premissa de que a justificação deveria proceder de forma linear, pois essa premissa nos faz pensar que nossas crenças seriam justificadas individualmente. Não é que elas não possam ser justificadas uma a uma, mas sim que esse não seria o processo de justificação principal. Além disso, como mencionado anteriormente, mesmo que crenças sejam justificadas individualmente, isso só pode ocorrer caso elas façam parte de um sistema de crenças. Como destaca Olsson,

this is a coherence approach because what makes a belief system justified, on this view, is its coherence, i.e. the extent to which the member beliefs mutually support or agree with each other etc. A belief system is justified if it is coherent to a sufficiently high degree. (OLSSON, 2011, p. 258).

Olsson se refere à primeira versão como a “teoria da circularidade” e a esta outra versão como a “teoria holista”. O termo “holismo” se refere a um sistema que não pode ser compreendido apenas a partir de suas partes, mas principalmente a partir do todo. Para Olsson, por mais que a versão holista seja mais promissora, ela também enfrenta muitos desafios:

First of all, the proposal that a singular belief is justified merely in virtue of being a member of a justified totality does not seem very plausible. Conceivably, a belief can be member of a sufficiently coherent system without itself adding to the coherence of that system. Surely, a belief will have to *contribute* to the coherence of the system in order to become justified by that system. A particular belief needs, in other words, to *cohere with* the system of which it is a member if that belief is to be considered justified. (Olsson, 2011, p. 258).

O cerne dessa objeção é que podemos pensar em situações nas quais uma crença participe de um sistema de crenças coerente, mas que ela mesma, individualmente, não adquira a coerência do sistema. Em outras palavras, o sistema como um todo seria justificado, porém essa crença em específico se manteria injustificada.

A própria definição de coerência pode ser levantada como um outro problema enfrentado pelo Coerentismo. Olsson descreve diversas tentativas de definição, dentre elas a de Laurence Bonjour (1985). De acordo com essa definição, a coerência deve ser entendida a partir de cinco critérios:

- i. A system of beliefs is coherent only if it is logically consistent
- ii. A system of beliefs is coherent in proportion to its degree of probabilistic consistency.
- iii. The coherence of a system of beliefs is increased by the presence of inferential connections between its component beliefs and increased in proportion to the number and strength of such connections.
- iv. The coherence of a system of beliefs is diminished to the extent to which it is divided into subsystems of beliefs which are relatively unconnected to each other by inferential connections.
- v. The coherence of a system of beliefs is decreased in proportion to the presence of unexplained anomalies in the believed content of the system. (OLSSON, 2011, p. 259-260).

Por mais interessante e relevante que seja essa definição, para Olsson, ela também nos leva a mais problemas. Por exemplo, como seria possível comparar o nível coerência de sistemas de crenças? Um sistema A poderia ser mais coerente que outro, B, de acordo com um critério, sendo ao mesmo tempo menos coerente que B a partir de outro critério. Qual desses dois sistemas seria o mais coerente em geral?

Outro desafio que o coerentista deve enfrentar é o de dar conta da existência de teorias da conspiração. De maneira sucinta, uma teoria da conspiração pode ser muito bem detalhada e elaborada, de tal modo que pode ser perfeitamente coerente internamente, mesmo que praticamente não toque em quase nada de verdadeiro ou factual. Outros critérios para além da coerência parecem ser necessários para que sejamos capazes de lidar satisfatoriamente com a ameaça de teorias conspiratórias.

Por mais que o Coerentismo não tenha sido tão negligenciado quanto o Infinitismo, de acordo com Peter Murphy (2006)⁷², a discussão sobre o Coerentismo tem sido intermitente. A defesa do Coerentismo feita por Bonjour (1985) teria avançado significativamente o debate, atraindo principalmente ataques à corrente epistemológica. Porém, Murphy (2006), em suas notas conclusivas, afirma que “undoubtedly, work on coherentism has suffered from the fact that so few philosophers are coherentists.” O próprio Bonjour teria contribuído para isso, pois ele mesmo se afastou de uma posição coerentista em Bonjour (1999).

Com uma declaração preocupada, Murphy (2006) afirma que, em sua visão, a Epistemologia mais perde que ganha com essa baixa na quantidade de defensores e interessados

⁷² Conferir Murphy (2006) para uma introdução às diversas versões do Coerentismo e suas objeções.

no Coerentismo: “For even if coherentism falls to some objection, it would be nice if we had a better idea of exactly what range of positions fall.” Para sustentar isso, ele argumenta que muitos fundacionistas têm se voltado à ideia de coerência, com o intuito de incorporar essa noção aos sistemas fundacionistas: “they usually do this in one of two ways, either by allowing coherence to boost the level of justification enjoyed by beliefs that are independently justified in some non-coherentist fashion, or by stamping incoherent beliefs as unjustified.”⁷³ Sendo assim, conclui Murphy, não seria apenas o coerentista que deveria se preocupar em esclarecer o conceito de coerência. O que podemos concluir dessa declaração de Murphy é que, por mais que na contemporaneidade muitos rejeitem o Coerentismo, a coerência deveria continuar sendo investigada e debatida.

4.2.3 Fundacionismo

O Fundacionismo recusa a conclusão que os cétricos tiram da alternativa III (Modo do Dogmatismo), afirmando que existem dois tipos de crenças: fundacionais e não-fundacionais. As fundacionais serviriam de base para as não-fundacionais e seriam crenças que se auto justificam, ou que não precisam de justificação, ou que são justificadas, por exemplo, pela experiência, que não precisaria ser justificada. Em verdade, pouco importa como são justificadas as crenças básicas. Ora, tanto podemos ter um fundacionismo empirista como o de Russell, que aposta nos dados do sentido como a fundação para nosso conhecimento, quanto podemos ter uma versão racionalista, como a proposta de Descartes, que se apoia em intuições intelectuais.

Michael DePaul (2011) esclarece essa ideia a partir de uma metáfora sobre uma construção, que relaciona fundações às crenças fundacionais e blocos às crenças não-fundacionais:

In a building constructed of blocks, many blocks are supported by other blocks, but some blocks are not supported by any other blocks. Blocks that are not supported by other blocks form the foundation, supporting the rest of the structure, i.e., all the superstructure blocks. Every block in the structure is either part of the foundation or part of the superstructure. Hence, the weight of every superstructure block is eventually carried by one or more foundation blocks. (DEPAUL, 2011, p. 235).

Como já vimos um pouco na introdução e reforçamos ao longo deste capítulo, o Fundacionismo é a perspectiva epistemológica sobre a estrutura de justificações que mais foi desenvolvida e defendida na história da filosofia. Sua popularização certamente é devida aos

⁷³ Esse tipo de abordagem híbrida pode ser chamada de “*foundherentism*”, caso desejemos utilizar o termo cunhado por Haack (1993)

trabalhos de Aristóteles, que por muitos séculos foi e ainda é considerado essencial em diversos temas. Seus posicionamentos filosóficos influenciam muitas discussões até hoje em dia, e foram praticamente incontestes até a Modernidade.

Estivemos até o momento falando de Fundacionismo em geral. No entanto, como bem expressa DePaul,

foundationalism is not the name of one single epistemological theory. There are many distinct foundationalist views. One should be suspicious, then, of anyone who writes or speaks of foundationalism writ large, without specifying exactly the version of foundationalism at issue. (DEPAUL, 2011, p. 236).

Sendo assim, além de apresentar as diferentes versões de fundacionismo, é preciso entender, ao menos rudimentarmente, quais as diferenças entre elas, para que possamos apontar qual delas seria a mais relevante para nossa discussão.⁷⁴

Uma distinção preliminar importante feita por DePaul (2011, p. 235) se refere às propriedades epistêmicas nas quais as diferentes teorias fundacionistas podem se centrar para caracterizarem as nossas crenças. Tais propriedades são as de que as nossas crenças devem ser conhecidas, racionais e/ou justificadas. Como estamos tratando especificamente do problema do regresso epistêmico a partir de uma formulação que o vincula à nossa estrutura de justificações, as versões de fundacionismo que iremos nos focar serão aquelas que pretendem caracterizar crenças a partir do critério da justificabilidade. Em outras palavras, uma crença fundacional deve possuir um estatuto epistêmico positivo e seria aquela que não precisa de justificação ou se auto justifica, sendo capaz, portanto, de justificar as crenças não-fundacionais.

As principais teses que constituem o fundacionismo epistêmico são três. Para melhor expressá-las, seguiremos o vocabulário apresentado por DePaul (2011, p. 235-6), adaptando para o português: consideremos que *S* seja uma pessoa, *C* e *C1*, *C2*, *C3*... sejam crenças, *P* e *P1*, *P2*, *P3*... sejam proposições e *CP* seja a crença de que *P*, *CPI* a crença de que *P1*, etc. *E* significa propriedade epistêmica (no nosso caso, especificamente a propriedade de justificação) e *SE* se refere ao conjunto de todas as crenças de *S* que possuem *E* (ou seja, que são justificadas). Além disso, consideremos que *T* seja a relação entre crenças que transmita *E* de uma crença para outra. Sendo assim, as teses são as seguintes:

⁷⁴ Para conferir em maior detalhe as distinções entre o Fundacionismo Clássico (da Antiguidade até a Modernidade) e o Fundacionismo Contemporâneo, conferir Hasan e Fumerton (2018). Confira também Poston (2014) para mais informações sobre as versões fortes, moderadas e fracas do Fundacionismo. Por mais que existam características importantes que só surgem com as teorias mais recentes, nos focaremos neste trabalho em fornecer uma visão mais ampla do Fundacionismo, portanto menos aprofundada.

- i. Tese dos Fundamentos: algumas das crenças do conjunto *SE* não possuem *E* (não são justificadas) em virtude de estarem em *T* com quaisquer outras crenças de *SE*. Essas crenças são chamadas de fundacionais ou básicas;
- ii. Tese da Dependência: algumas das crenças do conjunto *SE* possuem *E* (são justificadas) em virtude de estarem em *T* com outras crenças de *SE*. Essas crenças são chamadas de não-fundacionais, não básicas ou crenças de superestrutura (aquela que é sustentada pela estrutura básica);
- iii. Tese do Fechamento: todas as crenças não fundacionais em *SE* possuem *E* (são justificadas) em virtude de estarem em *T* com uma ou mais crenças fundacionais de *SE*.

Agora que estabelecemos de maneira geral a definição desse tipo fundacionismo sobre justificações, podemos analisar algumas das objeções levantadas contra ele. De acordo com DePaul (2011), as teses mais controversas são a primeira e a terceira. Ora, por que razão algumas crenças seriam auto justificadas, como determina a tese dos fundamentos? Por que deveríamos pensar que se fossemos buscar a origem de todas as crenças justificadas eventualmente chegaríamos nas crenças fundacionais, tal como descreve a tese do fechamento? Estamos aqui novamente tratando do problema do regresso epistêmico.

Os fundacionistas rejeitam a alternativa tomada pelos infinitistas, pois afirmam que nós somos seres finitos, logo não poderíamos ter uma quantidade infinita de crenças. “We simply could not go on indefinitely justifying beliefs with different beliefs we already hold.” (DePaul, 2011, p. 237). Eles também rejeitam a opção escolhida pelos coerentistas, defendendo que *S* obviamente não poderia justificar *CI* utilizando a própria crença *CI*. De acordo com DePaul (2011, p. 237), mesmo que *S* para justificar *CI* também utilize outras crenças, por exemplo, *C2* e *C3*, antes de retornar à crença original *CI*, o problema deve ser mantido, já que *CI* ela mesma é que está precisando de justificação.

Aceitando essas considerações, a única alternativa que restaria seria a de assumir um fundacionismo. Para isso, precisaríamos compreender quais critérios para distinguir entre as crenças fundacionais e não-fundacionais. Para a maior parte dos fundacionistas, essas crenças fundacionais são especiais. Um desses critérios é o da autoevidência:

Consider the belief that everything is identical to itself, which is a likely candidate for being properly basic. It seems “self-evident”; a person who understands it can see that it is true. Foundationalists could explain that it is justified in virtue of this special feature. (DEPAUL, 2011, p. 238).

Esse é o critério adotado por muitos dos fundacionistas tradicionais, como Descartes, por exemplo. Outros critérios podem ser a experiência sensível (os *sense-data* de Bertrand

Russell, por exemplo). Independente do critério escolhido, o importante para que a teoria possa se chamar “fundacionista” é que ela mantenha as três teses anteriormente estabelecidas.

4.3 UMA NOVA SAÍDA PARA O TRILEMA?

De acordo com a descrição acima das correntes da epistemologia contemporânea, podemos afirmar que não há uma saída definitiva para o trilema. Além disso, por mais que o Fundacionismo e o Coerentismo sejam de uso mais recorrente, isso não significa que são perspectivas superiores ao Infinitismo. O que destacamos aqui é que todas possuem vantagens e desvantagens. Diante disso, a pergunta que surge é: será que uma nova saída seria possível? Acreditamos que sim. Nossa aposta é em uma proposta inspirada pelas considerações de Wittgenstein em *Sobre a Certeza*. Especificamente, os conceitos de *hinge proposition* e *Weltbild* podem nos ser bastante valiosos para entendermos a nossa estrutura de justificações.

A seguir, expomos um esboço dessa proposta Wittgensteiniana e apontamos as suas semelhanças com outras correntes, como o Coerentismo e o Fundacionismo.

4.3.1 A proposta Wittgensteiniana

Para apresentarmos essa nova saída, nos remeteremos às metáforas apresentadas no capítulo 2, pois acreditamos que elas fornecem informações importantes sobre as nossas *hinge propositions*, assim como esclarecem certas questões acerca de nossa *Weltbild*. Ora, como vimos anteriormente no capítulo 3, as *hinge propositions* são os elementos principais para compreendermos a nossa estrutura de justificações a partir de *Sobre a Certeza*. Sendo assim, nosso esboço de uma proposta Wittgensteiniana se constitui a partir do quadro das propriedades das *hinges* extraídas a partir das metáforas anteriormente exposto, obtido no ponto 2.5 desta dissertação.

Podemos visualizar a partir das conclusões obtidas que essa proposta não recorre à arbitrariedade nem à necessidade em um sentido estrito. Por mais que devam permanecer fixas enquanto agimos, as *hinges* são contingentes. A depender das circunstâncias, um conjunto de *hinges* pode deixar de desempenhar essa função no sistema. Esse sistema constituído por *hinges* é a nossa *Weltbild*. É a partir dela que julgamos verdade e falsidade e que agimos no mundo. Porém, reiteramos, nós herdamos nossa *Weltbild*, não a escolhemos. Ainda assim, o que nos é herdado não é por isso eterno, imutável. Podem existir certezas que nunca mencionaremos, portanto sequer teríamos a possibilidade de formular alguma dúvida sobre elas. Em outras palavras, pode ser que nunca revisemos ou modifiquemos algumas de nossas *hinges*. Mas essa possibilidade não é absoluta.

Diante desse esboço, consideramos que a proposta Wittgensteiniana não seria propriamente a de assumir uma ou mais alternativas do trilema como capazes de justificar o conhecimento, mas sim a de nos mostrar que é possível obter uma explicação da nossa estrutura de justificações que seja condizente com a experiência cotidiana, isto é, evitando uma forma de ceticismo radical que colocaria em dúvida os eixos de nossas vidas, porém sem também recorrer a um realismo (ou dogmatismo) acerca do conhecimento. Em resumo, a ideia aqui seria a de rejeitar os três caminhos e trilhar um que não foi inicialmente apontado. Entendemos essa nova trilha a partir do que chamaremos de antidogmatismo Wittgensteiniano. Exploraremos mais essa ideia no ponto 5.3.

4.3.2 Semelhanças com outras correntes

Uma outra maneira de esclarecer a posição na qual se encontra essa proposta Wittgensteiniana é apontando suas semelhanças e distinções das correntes epistemológicas anteriormente vistas. Essas relações são muitas, estão presentes na literatura⁷⁵, e inclusive já foram mencionadas aqui e ali ao longo desta dissertação. Explicitamos que nossa pretensão não é, nesse momento, a de adotar ou rejeitar definitivamente a ideia de que a epistemologia de Wittgenstein seria de caráter coerentista, fundacionista ou se seria um misto das duas teorias. Construiremos nossa conclusão acerca desta questão ao longo do capítulo 5.

Na metáfora dos eixos (OC §152), na metáfora da “casa que sustenta seus alicerces” (OC §246-8) e na metáfora do sistema (OC §102, §105), nós pudemos notar semelhanças com o Coerentismo. As duas primeiras metáforas trazem consigo uma ideia de circularidade não-viciosa, de reciprocidade funcional. Além disso, a metáfora de uma rede coerente de crenças não é tão distante da metáfora do sistema. Ainda assim, não podemos dizer que tudo estaria a favor de compreendermos essa proposta como um tipo de Coerentismo. Por exemplo, como poderíamos estabelecer que o critério principal para a *Weltbild* seria a coerência se podemos passar nossas vidas inteiras sem que algumas de nossas *hinges* sequer sejam articuladas? Como poderíamos analisar o grau de coerência de algo que na maior parte do tempo não falamos sobre? Mesmo que nossas objeções até aqui expostas não sejam definitivas, acreditamos que, por mais que as semelhanças sejam visíveis, *Sobre a Certeza* não deveria ser considerada uma obra que avança uma teoria coerentista sobre o conhecimento. Como mencionado no primeiro parágrafo, voltaremos a tratar deste assunto no capítulo 5 a seguir, em especial no ponto 5.2.

⁷⁵ Conferir Pereira (1995) para considerações interessantes acerca da relação de *Sobre a Certeza* com o Fundacionismo, Holismo e Contextualismo. Alguns autores como Schulte (2005) e Pich (2015) propõem que *Sobre a Certeza* possibilitaria uma compatibilização entre o Coerentismo e o Fundacionismo.

Já na metáfora do leito do rio (OC §96-99) e na metáfora dos fundamentos (OC §401-3), surgiram possíveis semelhanças com o Fundacionismo. A primeira metáfora, a partir de uma certa leitura, pode nos levar a entender que existiriam dois tipos de proposições, as duras e as fluidas, de modo que a relação entre elas fosse de fundamentalidade. Isso se assemelharia à ideia do Fundacionismo de que existem dois tipos de crenças, as fundacionais e a não-fundacionais. Enquanto que a segunda, a dos fundamentos, parece ser praticamente a mesma metáfora que vimos ser utilizada pelos fundacionistas. Podemos dizer, no entanto, que essa interpretação da metáfora do leito do rio não é a única possível, e talvez seja incompleta. Ora, uma das propriedades mais importantes que extraímos dela é a de que as *hinges* seriam passíveis a mudanças por serem contingentes. Disso se segue que a diferença entre as proposições fluidas e duras não seria de tipo, mas de função. Mas o que determina se uma proposição desempenha ou não o papel de *hinge*? O contexto, a circunstância na qual nos encontramos em nossas vidas. Essa possibilidade de revisão a partir de uma espécie de sensibilidade ao contexto, além da rejeição de que essas certezas sejam necessárias, não parecem ser características compatíveis com um fundacionismo.

A pergunta pelas semelhanças e diferenças entre o que é proposto em *Sobre a Certeza* e algum tipo de fundacionismo é tão importante quanto difícil de responder. Essa é justamente a pergunta que estivemos até o momento buscando fornecer um contexto para que fosse possível apresentarmos e analisarmos seu debate. No capítulo a seguir, finalmente veremos em maior detalhe esse debate entre fundacionistas e anti-fundacionistas.

5 FUNDACIONISMO WITTGENSTEINIANO?

Enfim, chegamos ao último capítulo desta dissertação. Este é o momento que trataremos em detalhe da pergunta que intitula nossa pesquisa: em que medida seria Wittgenstein um fundacionista?

Para tanto, resumimos as perspectivas fundacionistas e anti-fundacionistas, analisando a proposta de alguns dos autores destes grupos. Por vezes, apresentamos também um breve contexto de como cada um deles insere sua argumentação no interior de suas interpretações de *Sobre a Certeza*, mas logo nos detemos propriamente a introduzir e julgar os seus argumentos.

Ao final, esperamos ter sido capazes de identificar o núcleo de cada posição, fundacionista e anti-fundacionista. A partir desses núcleos, oferecemos nosso veredito. Independentemente da aceitação de nossa posição, gostaríamos de enfatizar que, se há algo que devemos aprender com Wittgenstein, é que honestidade e cautela intelectual são características que não só devem ser valorizadas na investigação filosófica, como também são elementos que indicam que provavelmente não estaríamos caindo em um dogmatismo.

5.1 FUNDACIONISMO

Abordaremos a seguir as leituras fundacionistas de Stroll (1994) e Moyal-Sharrock (2004a). Por mais que a perspectiva de Moyal-Sharrock seja explicitamente inspirada na interpretação que Stroll sugere em sua obra *Moore and Wittgenstein on Certainty*, existem algumas diferenças notáveis entre as posições de ambos, principalmente quanto à natureza das *hinges*: enquanto que Stroll admite a proposicionalidade delas e argumenta que elementos práticos, sociais ou instintivos seriam diferentes dessas proposições, Moyal-Sharrock, além de negar a proposicionalidade, parece buscar uma identificação entre as *hinges* e as nossas práticas sociais e nossos instintos animais.

Em geral, a argumentação de outros autores que também compreendem que *Sobre a Certeza* possuiria alguma forma de fundacionismo não possui muitas diferenças significativas das leituras aqui apresentadas.

5.1.1 O fundacionismo de Stroll (1994)

Sinteticamente, a visão de Stroll (1994) acerca da natureza das *hinge propositions* é a de que elas seriam proposições sem fundamento ou justificação, mas com o importante papel de fundar todas os nossos jogos de linguagem — “certitude stands in a foundational relationship to the language game itself” (STROLL, 1994, p. 141). Esse seria o caso devido ao caráter indubitável dessas proposições.

De acordo com Stroll, o que definiria nossos jogos de linguagem seria a possibilidade de colocar em questão os diversos elementos que neles são usados. Assim, ele argumenta, “where doubt is *inapplicable* we are dealing with matters that do not belong to the language game” (STROLL, 1994, p. 138). Ora, se isto é coerente com o pensamento de Wittgenstein, então o que possibilitaria ou fundamentaria nossos jogos de linguagem não poderia estar no interior dos próprios jogos, logo, também não poderia ser duvidado. Por esse motivo, Stroll (1994, p. 138) afirma que “the foundations of the language game stand *outside* of and yet *support* the language game”.

Ele sustenta sua leitura nas diversas ocasiões nas quais Wittgenstein utiliza uma “terminologia explicitamente fundacional” (cf. STROLL, 1994, p. 142) e também a partir de algumas das metáforas já trabalhadas ou mencionadas por nós anteriormente, em especial a metáfora das dobradiças (OC §341), a metáfora da “casa que sustenta seus alicerces” (OC §246-8), a metáfora do substrato (OC §162) e a metáfora de “segurar firmemente” (OC §225, §234-5):

These foundations are identified in a series of metaphors as “the hinges on which others turn,” “the rock bottom of our convictions,” “the substratum of all my inquiring,” and most pervasively “that which stands fast for us and for many others”. All of these expressions are metaphors for certainty. (STROLL, 1994, p. 138).

De acordo, Stroll determina então que a “tese principal” de *Sobre a Certeza* seria a de que o que permanece fixo e seguro para nós não é sujeito a justificação, prova, adução de evidências ou dúvida, assim como não é verdadeiro nem falso. O autor descreve duas maneiras as quais poderíamos compreender que as *hinges* permanecem fixas para nós, a saber, de modo absoluto ou de modo relativo. Esse é, portanto, o critério que Stroll propõe para que classifiquemos as *hinge propositions*:

a proposition that is exempt from doubt in some contexts may become subject to doubt in others, and when it does it plays a role within the language game. This is the relativized form of certitude. But some propositions—that the earth exists, that the earth is very old—are beyond any doubt; their certitude is absolute. (STROLL, 1994, p. 138).

Stroll se preocupa em responder a questionamentos similares aos que nós estabelecemos na introdução desta dissertação, a saber: afirmar que Wittgenstein propõe um fundacionismo em *Sobre a Certeza* não nos levaria a uma inconsistência com seus trabalhos anteriores, como as *Investigações Filosóficas*, nos quais ele parece advogar uma forma de fazer filosofia mais descritiva que explicativa? Ao dizermos que Wittgenstein estaria agora propondo uma espécie de teoria acerca da estrutura de justificações e que esta teoria seria fundacionista, não estaríamos então apontando para o fato de que ele teria se tornado demasiadamente cartesiano, no sentido de estar em busca das fundações do conhecimento? Stroll, como veremos brevemente a seguir, argumenta que este não seria o caso.

Para Stroll, a espécie de fundacionismo que ele atribui a Wittgenstein não seria tão próxima assim da forma tradicional de fundacionismo. Sua argumentação se apoiará na ideia de que a diferença entre a proposta Wittgensteiniana é que, diferentemente de fundacionistas clássicos, os elementos que são considerados fundamento e fundamentado não são homogêneos. A ideia aqui é a de que haveria uma espécie de pressuposição de homogeneidade nas teorias fundacionistas tradicionais, isto é, todos os elementos em jogo na relação “fundamento” vs. “fundamentado” precisam estar inclusos na mesma categoria, a saber, precisam ser conhecimento (ou “*pieces of knowledge*”, como descreve Stroll). Para ilustrar de maneira clara a comparação entre o fundacionismo clássico e o fundacionismo Wittgensteiniano, Stroll (1994, p. 143-5) elenca quatro condições que constituiriam o que ele chama de modelo conceitual de toda proposta fundacionista tradicional:

1. O fundamento (F) e o restante de nossas crenças (R) possuem uma relação assimétrica e estratificada (F fundamenta R , mas não o inverso);
2. F possui fundamentalidade (fundamenta, mas não precisa ser fundamentado, pois é evidente por definição);
3. F é simples, enquanto R é complexo;
4. Essa composição pode ser descrita como uma pirâmide invertida.

Ora, esse modelo parece se aplicar muito adequadamente a teorias fundacionistas tradicionais, como por exemplo a de René Descartes. Observamos no fundacionismo cartesiano que a estratificação do conhecimento está baseada em uma hierarquia assimétrica (satisfazendo a condição 1) entre proposições epistêmicas mais simples, a saber, os princípios claros e distintos (evidentes por definição, satisfazendo a condição 2), a proposições epistêmicas mais complexas (relação entre F simples e R complexo, satisfazendo a condição 3). Por fim, podemos sem muitas dificuldades elaborar uma estrutura piramidal invertida onde o *Cogito* (e as demais certezas primeiras) é o fundamento F infundado de todo conhecimento R (satisfazendo a condição 4).

Stroll compreende que o fundacionismo cartesiano, bem como todo fundacionismo clássico, apela para o que ele chama de doutrina das fundações homogêneas. Esse apelo surgiria diante da possível objeção de que o fundamento determinado pelo filósofo fundacionista, ele mesmo, estaria dependendo de alguma outra coisa:

a critic might ask, doesn't the cogito itself depend on something? For instance, doesn't it depend on someone's apprehending it with clarity and distinctness? And doesn't that depend on there being a language already in existence which that person speaks? But doesn't that entail that the person who speaks that language be alive and conscious, and doesn't that require that his or her heart be pumping blood, and doesn't that in turn necessitate the satisfaction of an infinite number of other conditions? So how can one say that the *cogito* — taken to be F in this context — depends on nothing? (STROLL, 1994, p. 145).

A resposta cartesiana, afirma Stroll, seria a de que essa objeção estaria operando uma confusão categorial em relação ao conceito de dependência, tentando relacionar o *cogito*, isto é, algo pertencente à categoria do conhecimento, a aspectos linguísticos ou fisiológicos, que não fariam parte dessa mesma categoria: “when I talk about dependence and say that the *cogito* depends on nothing, I mean that it depends on no other piece of knowledge” (STROLL, 1994, p. 145). É nesse ponto que o fundacionismo Wittgensteiniano se diferenciaria de toda sorte de fundacionismo clássico: aquilo que é fundamentado, a saber, os jogos de linguagem, não pertencem à mesma categoria que o fundamento, a saber, as *hinge propositions* — como já pudemos observar ao longo dos capítulos anteriores, essa ideia de que existiria uma distinção

categorial entre as *hinges*, entendidas como certezas, e o que tomamos como conhecimento é central para a defesa de todas as leituras não-epistêmicas de *Sobre a Certeza*.

Stroll considera que existiriam duas formas de interpretar o fundacionismo de Wittgenstein:

1. Primeiro, teríamos a interpretação de que as *hinges*, enquanto proposicionais (mas de natureza diferente das proposições ordinárias, no sentido de que conceitos como verdade ou falsidade, ser conhecido ou desconhecido, ser justificado ou injustificado, não se aplicariam às *hinge propositions*), devem ser colocadas no papel de fundamento — para Stroll, essa leitura teria sustentação principalmente nas duas primeiras partes de *Sobre a Certeza*;
2. Depois, também encontraríamos uma segunda interpretação (que, de acordo com Stroll, seria completamente diferente da primeira) na qual o que deveríamos identificar como fundamento na verdade seriam diversos elementos não-intelectuais, tais como “*acting, being trained in communal practices, instinct*” (STROLL, 1994, p. 146) — de acordo com Stroll, essa interpretação alternativa ganharia espaço e quase dominaria a discussão do texto nas últimas duas partes de *Sobre a Certeza*.

Na visão de Stroll, essas duas versões rejeitariam a tese das fundações homogêneas, sendo a principal diferença entre elas uma questão acerca da ênfase dada à intelecção: enquanto que a primeira mantém que os fundamentos de nossos jogos de linguagem seriam alguma forma de proposição, sendo então “intelectualista”, a segunda seria radicalmente diferente ao determinar que os fundamentos infundados das nossas práticas seriam o nosso próprio agir, o nosso ser treinado em determinadas práticas compartilhadas, ou mesmo os nossos instintos.

A pergunta que leva adiante o aprofundamento da leitura de Stroll acerca do fundacionismo de Wittgenstein é a seguinte: “How do you know that F is certain and especially more certain than anything that could be adduced in its support?” (STROLL, 1994, p. 147). Tradicionalmente, o fundacionista veria nessa pergunta um desafio similar ao do regresso epistêmico, no sentido de que, pressionado diante da possibilidade de regresso ao infinito, seria preciso postular algo que funcionasse como ponto de parada (por exemplo, a argumentação cartesiana nesse ponto recorreria para a existência de Deus). No entanto, de acordo com Stroll, dada a forma de fundacionismo que Wittgenstein estaria trabalhando, o problema do regresso sequer surgiria:

for Wittgenstein’s form of foundationalism the question is not applicable and, in fact, embodies a category mistake. One cannot sensibly ask of that which is certain whether it is known (or not known) or true (or false); for what is meant

by certitude is not susceptible to such ascriptions. The sceptical question thus need not be answered. (STROLL, 1994, p. 148).

Podemos agora estabelecer nossa análise acerca da visão de Stroll, introduzindo duas questões que talvez coloquem em xeque a ideia de que a proposta Wittgensteiniana realmente poderia ser classificada enquanto um fundacionismo (tradicional ou diferenciado).

A primeira questão se refere à ideia de que seria possível identificar em *Sobre a Certeza* elementos que se encaixariam na estrutura *F* e *R* que Stroll descreveu como necessária para todo fundacionismo. Compreender que as *hinge propositions* seriam o fundamento infundado dos jogos de linguagem é de fato coerente com a letra Wittgensteiniana?

Parece-nos que estabelecer essa relação a partir de uma leitura fundacionista geraria, mesmo que contra a vontade de Stroll, um engessamento indesejado desses elementos. O que queremos dizer com isso é que, caso tenhamos em mente que o que determina que uma proposição pode ser considerada enquanto *hinge* é o papel que ela desempenha em determinados contextos, então prendê-las em uma estrutura rígida não parece ser adequado. O que estamos, portanto, colocando em questão, é a divisão sugerida por Stroll entre modos relativos e absolutos de classificar as *hinge propositions*.

De acordo com nossa leitura das metáforas de *Sobre a Certeza*, por mais que imaginar contextos nos quais as *hinges* deixem de desempenhar este papel seja mais difícil em alguns casos que noutros, isso não significa que poderíamos sem maiores problemas afirmar que existiria algo de absoluto em jogo.

Mesmo que esse questionamento seja lidado satisfatoriamente (ou mesmo que ele seja deixado de lado por algum outro motivo), caso aceitemos a classificação de *hinges* proposta por Stroll, ainda assim poderíamos colocar em questão certas características que ele defende estarem presentes em *Sobre a Certeza* de modo a justificarem a ideia de que Wittgenstein estaria propondo um tipo de fundacionismo. Partimos, então, para nossa segunda pergunta: levando em consideração que a condição de estratificação seria necessária para toda forma de fundacionismo (cf. STROLL, 1994, p. 148-9), será que o suposto fundacionismo Wittgensteiniano atenderia a esta condição? Complementarmente, será que as *hinges* seriam autoevidentes e incorrigíveis, isto é, será que elas cumprem com todas as condições para que elas sejam tradicionalmente consideradas crenças fundacionais?

A partir de nossa leitura de *Sobre a Certeza* e da avaliação da argumentação de Stroll (1994), acreditamos que a resposta para esta pergunta é negativa. A começar, Stroll pouco nos oferece razões para que este seja o caso. Ele somente parece pressupor que, diante de sua interpretação de que haveria uma distinção categorial entre certeza e conhecimento, então isso

também seria um indício de que a relação entre fundamento (*hinges*) e fundamentado (jogos de linguagem) seria de estratificação. Ora, se tomamos o conceito de estratificação definido pelo autor, isto é, “the notion that the epistemic corpus is not all of a piece but has within it different levels or strata”, e consideramos a sua afirmação de que “our formula that R depends on F, but not conversely, captures this notion” (STROLL, 1994, p. 148), então podemos começar a encontrar aqui um possível problema. A ideia de que poderíamos distinguir níveis ou estratos entre os elementos que constituem o fundacionismo Wittgensteiniano nos parece partir da suposição de que a relação entre *hinges* e jogos de linguagem seria de “mão única”, por assim dizer.

Em nossa visão, se levarmos a sério a metáfora dos eixos (OC §152) e a metáfora da “casa que sustenta seus alicerces” (OC §246-8), o que temos, na verdade, é uma relação de reciprocidade ou de retroalimentação. Se estivermos corretos sobre nossa interpretação dessas metáforas, as conclusões que elas nos trazem são as de que: i) as *hinges* não são fixas por conta de algum elemento externo a elas, mas por uma relação de reciprocidade funcional, contingente e intrassistêmica que garante a estabilidade do conjunto de *hinges*; ii) as *hinges* devem poder ser revisadas ou modificadas (como parte do processo dinâmico da estabilidade desse conjunto).

Tendo essas conclusões em mente, consideramos que não haveria uma relação hierárquica e/ou estratificada aqui, mas sim uma relação não-hierárquica de reciprocidade dinâmica entre *hinge propositions* e jogos de linguagem, no sentido de que todos os elementos desempenham papéis de igual importância para a manutenção e estabilidade da relação. Diante de uma revisão de nossas *hinges*, nossos jogos de linguagem (ou nossas práticas) se alteram, assim como a partir de uma mudança na configuração de nossos jogos de linguagem, deverá haver uma modificação no conjunto de *hinges* que devem permanecer fixas.

Não parece, por fim, ser razoável afirmar que as *hinge propositions* enquanto fundamento infundado de nossos jogos de linguagem, seriam autoevidentes, dado que elas mesmas não teriam nada de intrinsecamente especial que as diferencie das demais proposições. A diferença não seria, portanto, interna às proposições, mas sim estaria no papel o qual elas desempenham em determinado contexto. Em relação à condição da incorrigibilidade, esta também não parece correta caso desejemos aceitar a possibilidade de revisão, inclusa em nossa leitura de reciprocidade entre *hinges* e jogos de linguagem.

Veremos a seguir a argumentação de Moyal-Sharrock (2004a, 2016) a favor de um fundacionismo em *Sobre a Certeza*. Como já mencionamos anteriormente, muito de sua proposta se inspira nas considerações de Stroll (1994). No entanto, existem algumas diferenças e adições importantes, como a não-proposicionalidade das *hinges* e a aproximação destas com

reações e instintos naturais. Apontaremos e discutiremos estes pontos em maior detalhe ao longo do próximo tópico.

5.1.2 O fundacionismo Moyal-Sharrock (2004a, 2016)

Desenvolvemos no ponto 3.2.2 desta dissertação a leitura não-proposicional de Moyal-Sharrock (2004a) em relação à natureza das *hinge certainties*, como ela as chama. Pois, resgataremos deste momento as considerações que a autora faz sobre a distinção categorial entre certeza e conhecimento e sobre a não-proposicionalidade das *hinges*. Além disso, também nos remeteremos à classificação que Moyal-Sharrock sugere para essas certezas e apresentaremos a sua argumentação acerca da tese de que elas seriam regras gramaticais que fundamentam nossas práticas.

Como mencionado anteriormente, a leitura fundacionista de Moyal-Sharrock (2004a) muito se inspira na interpretação feita por Stroll (1994). Elas se distanciam, porém, quanto à natureza proposicional das *hinges*. Agora, a diferença mais sutil entre as duas propostas é a de que, diferentemente do modo que Moyal-Sharrock compreende, Stroll distingue as *hinge propositions* dos elementos naturais e sociais que a autora quer defender como constitutivos da própria natureza das *hinge certainties*. Essa defesa de Moyal-Sharrock está principalmente contida em *The Animal in Epistemology: Wittgenstein's Enactivist Solution to the Problem of Regress* (2016).

Enquanto possíveis questões a serem levantadas acerca da taxonomia das *hinges* proposta por Moyal-Sharrock, destacaremos apenas uma, mas que abrange toda a classificação: seria o critério da dispensabilidade suficiente ou mesmo adequado para desenvolver sua classificação entre *hinges*? Pensamos que este critério possui um aspecto bastante interessante, no sentido de que leva em consideração os possíveis efeitos causados pelo abandono de uma ou mais *hinges*. No entanto, ele não parece ser suficiente ou mesmo adequado para sustentar todos os quatro tipos de certezas que a autora elenca. Ora, parece faltar aqui um maior detalhamento de como é que poderíamos decidir sobre quais certezas locais ou pessoais podem ser dispensadas sem problemas e quais não podem. Poderia ser desenvolvida uma maneira de relacionar essa dispensabilidade com as circunstâncias nas quais as pessoas se encontrem, por exemplo.

Para além disso, esse critério não parece ser adequado para definir que todas as certezas linguísticas seriam dispensáveis e que existiriam certezas universais as quais, por definição, seriam indispensáveis a todos os seres humanos “normais”. Em relação às certezas linguísticas, não parece ser o caso de que, caso fôssemos levados a abandonar ou substituir nossas regras gramaticais que definem o uso de palavras, o efeito disto ficaria contido apenas na

contingencialidade da estrutura das línguas naturais. Se compreendemos que não há como existir uma dissociação entre o uso que fazemos das palavras e nossas práticas compartilhadas em comunidade, então uma mudança como essa inevitavelmente provocaria alterações mais ou menos significativas na maneira que as pessoas vivem. Já em relação às certezas universais, reiteramos aqui o problema (já levantado na análise da leitura de Stroll) em identificar desde uma perspectiva Wittgensteiniana a tese de que existiriam certezas absolutas ou universais, indispensáveis independentemente do contexto.

Agora, tratando de modo mais direto de sua argumentação a favor de um fundacionismo Wittgensteiniano no qual as *hinge certainties* seriam compreendidas como maneiras de agir (portanto, não-epistêmicas e não-proposicionais), Moyal-Sharrock (2016, p. 107) afirma que “hinge certainties have their place in a foundationalist structure as the grammatical underpinnings of our beliefs”. Na visão da autora, que as *hinges* sejam regras gramaticais é, na verdade, um indício de que elas não podem ser proposicionais, pois regras não seriam verdadeiras nem falsas.⁷⁶ Ela define “gramática” como as condições “embebidas de realidade” ou regras que regem o uso das nossas palavras. Nessa interpretação, ela está se sustentando na seguinte passagem de *Sobre a Certeza*:

When Moore says he knows such and such, he is really enumerating a lot of empirical propositions which we affirm without special testing; propositions, that is, which have a peculiar logical role in the system of our empirical propositions. (OC §136).

De acordo com Moyal-Sharrock, esse papel lógico peculiar que essas “proposições” especiais (que tem a forma de proposição empírica, mas na verdade sequer seriam proposições) tem é o papel gramatical. Ora, como poderiam as *hinges* serem ao mesmo tempo regras gramaticais que determinam a maneira que nós agimos, e maneiras de agir, como propõe a leitura de Moyal-Sharrock? A resposta da autora para isso é a de que as *hinge certainties* possuiriam uma natureza dupla, e seus diferentes aspectos podem ser enfatizados a depender do ponto de vista que se está partindo. Ela argumenta que poderíamos abordá-las a partir de um ponto de vista (1) fenomenológico ou (2) categorial:

- 1) *phenomenological*: here, Wittgenstein is describing what it is like to be basically certain; to have an attitude of basic certainty — and the answer is that it is like a way of acting or know-how or reflex action.

⁷⁶ Importa notar que Moyal-Sharrock também considera que regras gramaticais seriam sem sentido (“nonsense”), dado que elas seriam justamente aquilo que determina o que tem ou não sentido: “Nonsense is not a derogatory term for Wittgenstein; it is a technical term applied to strings of words that stand outside the bounds of sense — be they expressions of violations of rules, or *expressions of the rules themselves*” (MOYAL-SHARROCK, 2004a, p. 90). Ora, será que não seria plausível pensar que o sentido de uma regra gramatical seria determinar os limites do sentido?

- 2) *categorial*: Wittgenstein is here describing the nature, place or status of basic beliefs; how they fit in our doxastic categories — and, from this point of view, they are seen to have the status of grammatical rules. (MOYAL-SHARROCK, 2016, p. 103).

Como é possível observar, Moyal-Sharrock (2016) tenta oferecer respostas às críticas feitas por alguns autores em relação a sua leitura. Sua resposta a seguir é em relação à possibilidade de se compreender as *hinges* como fundamentos no interior de alguma forma de fundacionismo. Neste ponto, a autora parece estar diretamente dialogando com a crítica levantada por Pritchard (2011, p. 527) de que as *hinge propositions* carecem de muitas das características das crenças fundacionais sob o ponto de vista tradicional (por exemplo, elas não seriam autoevidentes ou incorrigíveis):

That hinges lack some of the features of foundational beliefs as traditionally conceived should not prevent them from being foundational. In fact it is precisely their differing from the rest of our beliefs (in being nonpropositional and nonepistemic) that makes for the success of Wittgenstein's foundationalism. It is the realization that what we have traditionally taken to be propositional beliefs (rationally posited or arrived at) are in fact ungrounded or logical ways of acting that allows Wittgenstein to put a stop to the regress of justification. (MOYAL-SHARROCK, 2016, p. 107).

Moyal-Sharrock parece aceitar que as *hinges* não preencheriam todas as condições para serem consideradas crenças fundacionais (desde o modelo tradicional apresentado por Stroll, por exemplo). No entanto, sua resposta à questão não nos é satisfatória. Ela apenas realiza um retorno para as teses defendidas em sua leitura, afirmando que é exatamente porque os “fundamentos” não satisfazem algumas dessas condições tradicionais que o fundacionismo Wittgensteiniano seria melhor ou mais bem-sucedido que os demais, sendo inclusive capaz de colocar um fim ao regresso epistêmico.

O problema aqui não é especificamente retornar à sua argumentação anterior, mas sim a falta de desenvolvimento da tese à qual ela retorna, a saber, de que as *hinges* seriam regras gramaticais e maneiras de agir lógicas. Podemos descrever essa falta de desenvolvimento a partir da seguinte pergunta, deixada sem resposta pela autora: como se dá a relação entre o papel lógico (ou de regra) desempenhado por certas “proposições” (que tem a forma de proposição empírica) e a natureza gramatical dessas “proposições”? Afirmar que essas “proposições” desempenham papel de regra implica que a própria natureza delas seria de regra gramatical? Identificamos neste ponto uma espécie de salto argumentativo que não parece ser lido explicitamente por Moyal-Sharrock.

Ora, se compreendemos que, de acordo com as metáforas mencionadas no ponto anterior, a diferença entre as *hinge propositions* e as demais proposições não está na natureza

delas, mas somente no papel que elas desempenham em determinados contextos, de modo que seria possível (por mais que não seja algo constante) que uma proposição inicialmente tratada como “empírica” desempenhe o papel de *hinge* (dado um contexto favorável a isto), enquanto que uma *hinge proposition* também poderia passar a funcionar como uma proposição empírica ao deixar de desempenhar esse papel (mais uma vez, diante das circunstâncias favoráveis a esta mudança de papel).

Resta agora notar que, em relação a este ponto da possibilidade de revisão ou correção das *hinges*, parece-nos haver um outro impedimento caso adotemos a leitura de Moyal-Sharrock. Como vimos no capítulo 3, a autora considera que as *hinge certainties* seriam infáveis. Ela irá complementar isto afirmando que a articulação dessas certezas somente seria possível em contextos heurísticos: “Moore and Wittgenstein do articulate some of our certainties, but they do so in a heuristic context: their articulations, we might say, are cases of ‘mention’ not ‘use’” (MOYAL-SHARROCK, 2016, p. 8).

O que ela parece querer fazer com esse apontamento é diminuir a importância dessas ocasiões nas quais proferimos nossas certezas mais básicas apelando para a ideia de que, quando fazemos isto, apenas estamos mencionando-as. Se aceitamos isso, ainda assim não parece que esta explicação seria suficiente para restringir a possibilidade de revisão de *hinges*: poderíamos muito bem, em um dado contexto, mencionar a *hinge* “Eu tenho duas mãos” para que ela seja o objeto de uma discussão. Caso o contexto seja o de um acidente de guerra, no qual eu estaria em um leito hospitalar, essa articulação e discussão da *hinge* mencionada poderia muito resultar em uma revisão dela: eu poderia neste momento perceber que uma ou as duas de minhas mãos foram perdidas por conta do acidente. A partir de então, eu deveria abandonar a certeza de que tenho duas mãos e iniciar o doloroso processo de adaptação — isto é, precisaria agora encarar o mundo de uma maneira diferente.

Um exemplo presente em *Sobre a Certeza* que reforça e intensifica a interpretação de que não apenas podemos articular *hinges* como também podemos avalia-las está no seguinte parágrafo:

Men have believed that they could make rain; why should not a king be brought up in the belief that the world began with him? And if Moore and this king were to meet and discuss, could Moore really prove his belief to be the right one? I do not say that Moore could not convert the king to his view, but it would be a conversion of a special kind; the king would be brought to look at the world in a different way. (OC §92).

O que Wittgenstein está descrevendo aqui é possibilidade de haver uma situação na qual um rei que acredita que o mundo começou somente quando ele nasceu e G.E. Moore entrem em discussão. Não qualquer discussão, mas uma sobre a convicção do rei de que a terra só teria

passado a existir na medida em que ele passou a existir. Ora, trata-se aqui de um conflito sobre uma *hinge*. Na tentativa de lidar com este conflito, certamente será o caso que *hinges* (no plural) são enunciadas e avaliadas, isto é, são postas sob pressão pelos litigantes. Afinal, como vimos na metáfora do sistema, não há como termos *hinges* isoladamente. Assim, é bastante plausível que não só a *hinge* que tematiza o conflito será articulada e julgada, mas também outras que estejam interrelacionadas a esta, como, por exemplo, que todos temos pais e mães (e, em geral, antepassados).

Por fim, caso não aceitemos que *hinges* só poderiam ser articuladas em contextos heurísticos, isto é, caso consideremos que elas também possam ser usadas, então parece-nos que este fato somente reforçaria a nossa leitura de que tais proposições não são intrinsecamente especiais, mas se distinguem a partir do papel que desempenham. Para ilustrar nosso argumento, pensemos nos possíveis usos da proposição “Eu estou aqui”. De acordo nossa leitura de *Sobre a Certeza*, o papel que “Eu estou aqui” irá desempenhar (se será o papel de *hinge* ou algum outro) vai depender do contexto. Caso essa frase seja proferida em contexto no qual estamos em um local escuro com outra pessoa, o papel que a proposição possivelmente desempenhará será empírico — tendo como objetivo, por exemplo, fazer soar nossa própria voz para que sejamos encontrados com maior facilidade, ou ainda tendo como finalidade garantir que estamos presentes, mesmo que não estejamos sendo vistos. Se, de outro modo, o contexto for o de uma pessoa que acaba de vivenciar um acontecimento traumatizante e difícil de lidar, talvez o uso do proferimento “Eu estou aqui” sirva para lembrá-la de modo mais enfático que ela continua viva, que ela deve conseguir perseverar. Em outras palavras, poderíamos pensar que o uso de *hinges* enquanto *hinges* pode causar efeitos, como o efeito de auxiliar na luta para se manter são mesmo em situações extremas.

5.2 ANTI-FUNDACIONISMO

Em relação às leituras que explicitamente defendem um anti-fundacionismo, abordaremos especialmente os trabalhos de Williams (2005) e Coliva (2010a). Enquanto que a leitura de Williams pode ser claramente relacionada ao grupo de interpretações epistêmicos, Coliva, por outro lado, propõe uma leitura não-epistêmica.

Devemos notar, porém, que outros autores também mencionados nesta dissertação se posicionaram contra a ideia de que haveria um fundacionismo em *Sobre a Certeza*. Em especial, trataremos brevemente do interessante posicionamento tomado por Crispin Wright (1985). De modo “simples”, Wright (1985, p. 469), afirma que “Wittgenstein’s epistemology in *On Certainty* is explicitly anti-foundationalist”. Aqui, ele se baseia nos parágrafos §163-6 e §204:

Does anyone ever test whether this table remains in existence when no one is paying attention to it? We check the story of Napoleon, but not whether all the reports about him are based on sense-deception, forgery and the like. For whenever we test anything, we are already presupposing something that is not tested. Now am I to say that the experiment which perhaps I make in order to test the truth of a proposition presupposes the truth of the proposition that the apparatus I believe I see is really there (and the like)? (OC §163).

Doesn't testing come to an end? (OC §164).

One child might say to another: "I know that the earth is already hundreds of years old" and that would mean: I have learnt it. (OC §165).

The difficulty is to realize the groundlessness of our believing. (OC §166).

Giving grounds, however, justifying the evidence, comes to an end — but the end is not certain propositions' striking us immediately as true, i.e. it is not a kind of seeing on our part; it is our acting, which lies at the bottom of the language-game. (OC §204).

Interessantemente, como vimos anteriormente, esses mesmos trechos são mencionados e utilizados por Stroll e Moyal-Sharrock como combustível para suas leituras fundacionistas. Acreditamos que isto talvez sirva para reforçar o ponto que Wright faz ao final de seu texto: *Sobre a Certeza* está situado em um embate entre fundacionismo e anti-fundacionismo. Ele chama esse embate de "dilema fundamental" (cf. WRIGHT, 1985, p. 468).

Ademais, argumenta Wright (1985, p. 470), "the anti-foundationalist is right to the extent that such propositions may, in a different context, take on a more purely hypothetical role; and that our confidence in them, in such a context, may be defeasible by empirical or theoretical considerations". Ou seja, Wright parece tomar como suficiente para que nos convençamos de que *Sobre a Certeza* estaria mais próximo de um anti-fundacionismo dada a ideia de que as *hinge propositions* podem desempenhar papéis diferentes (inclusive deixando de serem *hinges*) a depender do contexto no qual elas se encontram — devemos ressaltar aqui o uso da expressão "mais próximo".

Como dito logo acima, na leitura de Wright, *Sobre a Certeza* estaria recheado de embates entre as perspectivas fundacionista e anti-fundacionista. Ele identifica que, "structurally, the thought would be that there can indeed be propositions at the termini of chains of evidence, which, as the foundationalist supposes, are certain, and whose certainty involves no further appeal to empirical theory" (WRIGHT, 1985, p. 469). Ora, caso paremos por aqui, esse pensamento Wittgensteiniano poderia muito bem ser entendido como favorável a um fundacionismo. No entanto, de acordo com a avaliação de Wright, se tivermos que escolher apenas por uma das opções, o autor nos mostra que o anti-fundacionismo seria mais condizente, pois comete menos erros, por assim dizer:

the foundationalist errs when he supposes that such certainty would have to derive from some kind of guarantee of the general reliability of our beliefs about such propositions. What it is based on is their possession, in contexts in which they are the termini of evidence chains, of a quasi-normative role: they are absolved from doubt just in so far as our practice does not admit their being doubted-in such contexts they provide, in terms of one of Wittgenstein's favourite images, the measure rather than the object measured. (WRIGHT, 1985, p. 470).

No entanto, o próprio Wright não acredita que uma visão anti-fundacionista seja a mais interessante caso desejemos avançar na Epistemologia. Em verdade, ele argumenta que o embate entre fundacionismo e anti-fundacionismo é o que estaria prejudicando esses avanços, e que *Sobre a Certeza*, ao apresentar e se inteirar deste embate, estaria ao menos apontando para uma possibilidade de rompê-lo. Wright afirma que suas considerações acerca do pensamento de Wittgenstein presente na obra devem apenas ser compreendidos como orientações, pois ele diz não estar seguro sobre se de fato haveria aqui um projeto epistemológico viável (cf. WRIGHT, 1985, p. 470).

5.2.1 O anti-fundacionismo de Williams (2005)

Em seu texto *Why Wittgenstein Isn't a Foundationalist* (2005), Michael Williams realiza uma avaliação das interpretações fundacionistas de *Sobre a Certeza*, principalmente se referindo à versão de Stroll (1994). De acordo com Williams, por mais que a leitura de Stroll de que Wittgenstein seria fundacionista (em um sentido diferente do tradicional, como vimos anteriormente) possua certo apoio textual, apenas esse apoio ainda assim não seria suficiente. Como veremos, Williams argumentará que é uma má ideia interpretar Wittgenstein como um fundacionista.

Inicialmente, ele propõe a seguinte reflexão: será que o problema de Wittgenstein ser ou não fundacionista estaria relacionado a apenas a uma questão terminológica? Sua resposta é a de que, em certo sentido, sim. Porém, de acordo com Williams, isso não deveria ser entendido como uma diminuição do problema:

(...) words matter, not least because they have a history, in the course of which they pick up associations that cannot easily be cancelled. Thus while the term 'foundationalism' can be applied with some latitude, there are limits. If the term is not to be virtually drained of meaning, we must recognize that foundationalism is more than the view that there are certainties of some kind or other, so that scepticism goes wrong *somehow*. It is a theoretical position in epistemology involving distinctive commitments, methodological and theoretical. (WILLIAMS, 2005, p. 49-50).

A perspectiva de Williams sobre isso, então, é a de que o perigo de classificar a proposta de Wittgenstein enquanto uma forma de fundacionismo é o de que correríamos o risco de subestimar a radicalidade de suas teses anti-céticas.

Williams argumenta a seguir que a leitura de Stroll possui quatro pressupostos implícitos que, caso examinados mais atentamente, não deveriam ser sustentados diante das considerações presentes em *Sobre a Certeza*. Esses pressupostos surgem justamente da caracterização geral que Stroll sugere do fundacionismo enquanto uma pirâmide invertida — “we are given a single triangle, supposedly representing human knowledge, with the beliefs clustered at the apex of the inverted triangle amounting to ‘the’ foundations of knowledge” (WILLIAMS, 2005, p. 50).

O primeiro pressuposto, aponta Williams, é o de que a imagem implica na ideia de que as fundações do conhecimento seriam as mesmas para todos — “this is certainly the view of traditional foundationalists, for whom genuine foundations are, indeed must be, *universal*” (WILLIAMS, 2005, p. 50).

A segunda pressuposição imposta pela imagem piramidal é de que supostamente seríamos capazes de definir de modo preciso aquilo que se encontra na base daquilo que se localiza na estrutura superior — “indeed, all traditional foundationalisms propose some such principle of demarcation” (WILLIAMS, 2005, p. 50).

Em relação ao terceiro pressuposto, Williams afirma que a imagem faz parecer natural que, dada essa demarcação, seria possível cortar fora o topo da pirâmide, fazendo restar, sem causar nenhum tipo de consequência negativa, somente a parte mais basilar — “This, too, is a supposition that traditional foundationalists have been all too ready to make, committed as they have been to the *independence* or *autonomy* of basic judgements” (WILLIAMS, 2005, p. 50).

Por último, a quarta suposição oferecida implicitamente pela imagem da pirâmide invertida é a de que haveria algum tipo de conexão lógica entre as crenças fundacionais e não-fundacionais, dado que elas estariam dispostas a partir de uma figura geométrica, isto é, uma imagem que de certo modo representa a ideia de precisão e objetividade. Ele argumenta que esta conexão deve ser lógica pois as crenças básicas devem apoiar as não-básicas sem pressupor compromissos não-básicos auxiliares. Em outras palavras, o fundacionista requer que a relação entre esses dois tipos de crenças seja precisamente delimitada. Esse é o caso pois eles veriam pouco sentido em reconhecer crenças fundacionais se estas falharem em oferecer uma forma de decidir racionalmente o que devemos e não devemos aceitar a nível não-básico — “traditionally, foundationalists have been committed to the *rational adequacy* of the foundations of knowledge (WILLIAMS, 2005, p. 51).

Diante desse contexto, Williams defende que Wittgenstein, na verdade, excluiria da noção de certeza todas essas quatro características tradicionalmente atribuídas aos fundamentos, a saber, universalidade, especificidade, independência e adequação. Por essa razão, portanto, “we should not think of him as a foundationalist” (WILLIAMS, 2005, p. 51).

O autor inicia o detalhamento de sua argumentação atacando as características de universalidade e especificidade. De acordo com ele, estas são intimamente relacionadas, pois para que seja possível encontrar uma categoria de crenças que possam ser consideradas básicas de maneira universal, é preciso de um esforço de análise demarcatória das nossas crenças em geral: “to make plausible the idea of universal foundations, we must provide some way, however vague, of delimiting the class of basic beliefs, indicating what kinds of beliefs cluster towards the apex of the inverted pyramid” (WILLIAMS, 2005, p. 51). Nesse sentido, ele afirma que a divisão entre crenças básicas e não básicas deve ser teoricamente rastreável (“*theoretically tractable*”). Ora, isso significa que seria preciso analisar o próprio conteúdo das crenças básicas para realizar essa demarcação. Na visão de Williams, Wittgenstein não seria simpático a essa abordagem, pois, para ele, as nossas diversas certezas não estão associadas a nenhum tipo particular de conteúdo:

Wittgenstein denies that the class of basic certainties can be theoretically delimited. For Wittgenstein, certainties are judgements entered or presupposed in particular circumstances; and these circumstances — hence the judgments that hold fast in them — cannot be identified by any *rule*. (WILLIAMS, 2005, p. 51-2).

O autor baseia a sua interpretação em OC §25-29. Nessas passagens, Wittgenstein estaria se remetendo a um tema também discutido nas *Investigações Filosóficas*⁷⁷: o uso da linguagem não pode ser guiado por regras explicitamente formuladas, pois tais regras estariam, elas próprias, abertas a interpretações ou usos errados — “at bedrock level, the rules of our language-games must exist implicitly in practice” (WILLIAMS, 2005, p. 52).

De acordo com Williams, não é apenas que na prática a fronteira entre certezas e hipóteses seja vaga. Em um nível teórico mais geral, essa demarcação deve ser, em princípio, indeterminável, mesmo que vagamente. A consequência dessa posição de Wittgenstein, afirma Williams, é a de que ele desaprova o tipo de entendimento teórico que os fundacionistas almejam: “knowledge and justification are not objects of theory to anything like the extent that has been traditionally supposed” (WILLIAMS, 2005, p. 52).

⁷⁷ “Speaking of the application of a word, I said that it is not everywhere bounded by rules. But what does a game look like that is everywhere bounded by rules? whose rules never let a doubt creep in, but stop up all the gaps where it might? — Can’t we imagine a rule regulating the application of a rule; and a doubt which *it* removes — and so on?” (IF § 84).

O contra-argumento de Stroll em relação às considerações de Williams já estaria dado. Recordemos da distinção estabelecida por Stroll quanto às duas formas de fundacionismo Wittgensteiniano: primeiro, existiria uma versão na qual as *hinges* seriam o fundamento; segundo, haveria uma outra versão, cujos fundamentos seriam as nossas ações. Nas palavras de Williams, o primeiro tipo de fundacionismo identificaria juízos básicos como os fundamentos do conhecimento, enquanto que o segundo não recorreria a nenhum tipo de juízo, mas sim ao agir. Ora, a interpretação de Williams se diferencia da proposta por Stroll mais uma vez neste ponto. Na visão de Williams, o que Wittgenstein pretendia era reivindicar que julgar é uma forma de agir:

certainties are (...) held fast (...) because of their role in language-games. They are certain because they are treated as such. This is not a matter of making assumptions. Judgements that stand fast would not mean what they do (...) if they were treated as open to doubt. (WILLIAMS, 2005, p. 53).

Partindo agora para as suas críticas mais especificamente relacionadas à condição de universalidade, Williams aponta de antemão para a heterogeneidade⁷⁸ das *hinge propositions* enquanto um indício de que elas não poderiam todas fundarem o conhecimento, ao menos não do modo requerido pela condição de universalidade do fundacionismo clássico. Uma maneira de demonstrar essa heterogeneidade está na ideia de que não seria propriamente possível cometer um erro em relação a uma *hinge*. A princípio, esta ideia pode parecer como uma espécie de denominador comum a todas as *hinges*, afinal, todas elas seriam “imunes ao erro”. Entretanto, o que ocorre caso nos debruçemos sobre como essa impossibilidade de erro se manifesta em *hinges* de categorias distintas⁷⁹, na verdade somos levados a reconhecer que até nesse ponto em comum, as coisas não são tão universais quanto o fundacionista requereria que fossem. Nas palavras de Williams (2005, p. 54) “‘not being subject to mistake’ fails to pick out the kind of property that would offer a unifying explanation of how it is that some judgements stand fast.”

Nos voltaremos agora às observações de Williams sobre a pressuposição fundacionista da independência entre crenças básicas e não-básicas. O autor considera que, neste momento, é possível conectar sua abordagem em relação à certeza com a sua concepção de significado enquanto uso. Essa conexão seria promovida a partir da tese de que julgar é agir. Para Williams,

⁷⁸ “Some certainties are perceptual judgements about objects in our surroundings (‘Here is one hand’). Others are general propositions, belonging to the scaffolding of our Moorean common sense (‘The Earth has existed for many years past’). Still others are presuppositions of quite specialized, thus potentially culturally specific, forms of inquiry (history, geology, physics)” (WILLIAMS, 2005, p. 53).

⁷⁹ “In some cases, denying a basic certainty may result in a breakdown of intelligibility: we have no idea what the person could be thinking. In other cases, it may be a sign of mental disturbance. In yet others, it may indicate a view of the world that diverges seriously from our own” (WILLIAMS, 2005, p. 54).

os nossos jogos de linguagem não seriam o que são se fossem permitidas dúvidas onde presentemente elas estão excluídas. Esse seria o caso pois, em certos contextos, admitir dúvidas onde elas não têm lugar poderia deixar-nos sem a capacidade de pensar sobre certos temas ou, em última instância, sem capacidade de julgar em geral — “the exempting of certain judgements from doubt plays a meaning-constitutive role in our language games” (WILLIAMS, 2005, p. 54). Os argumentos de Williams aqui se sustentam nos seguintes trechos de *Sobre a Certeza*:

We do not learn the practice of making empirical *judgments* by learning rules: we are taught judgments and their connection with other judgments. A *totality* of judgments is made plausible to us. (OC §140).

When we first begin to *believe* anything, what we believe is not a single proposition but a whole system of propositions. (Light dawns gradually over the whole.) (OC §141).

Williams argumenta adiante que o destaque dado por Wittgenstein na palavra “acreditar” em OC §141 é significativa. Para ele, devemos compreender aqui que nem toda a responsividade ao nosso ambiente é uma questão de formar crenças. Williams ilustra essa ideia a partir do exemplo de uma criança que é capaz de produzir o som “Mamãe” quando sua mãe aparece. De acordo com o autor, nesse caso a criança não precisaria possuir nenhuma crença por trás dessa vocalização. Isso significa que, inicialmente, nossos primeiros passos em direção a linguagem são vazios de conteúdo semântico. Esse é o caso pois, de acordo com o pensamento Wittgensteiniano, “meaning (as use) depends on the connection of judgements with other judgements, as well as with perception and action” (WILLIAMS, 2005, p. 55).

Ora, um dos problemas da proposta de Stroll, afirma Williams, é que a metáfora da pirâmide esconde esta interdependência semântica essencial de certezas e não certezas. Ele até concede que pode haver em algum sentido limitado uma relação de assimetria no interior de jogos de linguagem específicos. Mas o autor insiste que “there is little point to thinking of the game as a whole as resting on anything. It is there, like our life” (WILLIAMS, 2005, p. 55).

Corroborando de certo modo com as considerações de Wright (1985), Williams também enxerga que a contribuição de Wittgenstein para a epistemologia não seria o de oferecer uma versão melhorada de uma corrente epistemológica tradicionalmente estabelecida. A maneira pela qual Williams introduz este elemento em sua narrativa é similar à que nós buscamos fazer no capítulo 4, a saber, ele retorna para o trilema de Agripa e argumenta que Wittgenstein não tem por objetivo reabilitar uma das saídas do trilema, mas sim rejeitar que estas sejam as únicas possibilidades disponíveis. Na verdade, aponta Williams (2005, p. 55), “in the picture Wittgenstein is suggesting (...) both foundationalism and the coherence theory (...) go wrong”.

O fundacionismo erraria pois, diferentemente do esperado pelo fundacionista, isto é, que “if there is to be non-inferential entitlement to particular propositions, there must be a free-standing stratum of basic knowledge on which all other knowledge rests” (WILLIAMS, 2005, p. 55), a relação de interdependência semântica dos juízos básicos e não básicos implicaria que não existe tal estrato fundamental a partir do qual todo o resto se sustenta. Já a teoria coerentista, ao reconhecer essa interdependência semântica, conclui que nenhum “*epistemic entitlement*” seria legitimamente não-inferencial. No entanto, a interdependência semântica ainda assim seria compatível com assimetrias justificacionais — “the upshot is that both the foundationalist and the coherentist pictures of knowledge must be set aside” (WILLIAMS, 2005, p. 55).

Por fim, Williams tem como objetivo mostrar as razões pelas quais uma epistemologia Wittgensteiniana rejeitaria também a condição de adequação racional. Essa rejeição estaria relacionada com o seu ceticismo acerca da universalidade das *hinge propositions*. Neste ponto, Williams ressalta como exemplo o parágrafo §92, no qual somos apresentados a uma situação bastante peculiar, a saber, o “debate” entre Moore e um rei que acredita que a terra surgiu no mesmo dia de seu nascimento:

Men have believed that they could make rain; why should not a king be brought up in the belief that the world began with him? And if Moore and this king were to meet and discuss, could Moore really prove his belief to be the right one? I do not say that Moore could not convert the king to his view, but it would be a conversion of a special kind; the king would be brought to look at the world in a different way. (OC §92).

O ponto de Williams em trazer à tona esta passagem é o de questionar a ideia de que, porque todos os seres humanos supostamente compartilhariam certas maneiras de agir, como, por exemplo, a capacidade julgar, então todos também compartilhariamos certas concepções que, de um ponto de vista, são consideradas enquanto parte de um senso comum quase universal — como, por exemplo, a convicção de que a terra existe há muitos anos. Ora, Moore e o rei teriam de partilhar muitas certezas a fim de estabelecerem algum tipo de conversa. Ainda que este fosse o caso, argumenta Williams (2005, p. 56), “it is less than obvious that this common ground would give Moore a way to argue the king out of his odd convictions.”

Similarmente à abordagem de Coliva (2010a) que veremos em breve, Williams também se preocupa com o aparente risco de que esse tipo de discussão presente em *Sobre a Certeza*, ao mesmo tempo que distanciaria Wittgenstein de um fundacionismo, o aproximaria de um relativismo. Na visão de Williams, o filósofo austríaco em verdade repudiaria o relativismo tanto quanto rejeita o ceticismo. Para demonstrar isto, Williams discute o parágrafo §286, já discutido nesta dissertação, que trata sobre uma tribo na qual seria pervasiva a crença de que é

possível viajar até a lua (relembramos aqui que, na época em que Wittgenstein viveu, viagens espaciais não eram uma possibilidade como hoje).

Para Williams, a ideia de que existiriam sistemas de conhecimento que, caso comparados, seriam mais ricos ou mais pobres, apontaria que, no caso do conflito entre Moore e o rei, para que Moore “convencesse-o”, ele deveria ensiná-lo muitas coisas sobre geologia e física, por exemplo. Porém, como bem aponta Williams (2005, p. 57),

if the king were willing to take this teaching on board, there would be nothing left to argue about: he would already be looking at the world in a new way. In matters like this, teaching can never be just a matter of arguing from antecedent common ground.

A partir dessa ideia de que só de o rei aceitar o ensinamento de Moore já seria um sinal de que, na verdade, ele já mudou a maneira que via o mundo, Williams argumenta que não se segue que qualquer visão seja tão boa como outra, evitando assim a tese relativista de que existiria uma igualdade entre sistemas epistêmicos. O que se seguiria, no entanto, é que existem limites para a argumentação racional. Esses limites seriam o motivo pelo qual as esperanças de encontrar fundamentos universais seriam inadequadas.

Para finalizar a sua crítica ao fundacionismo em geral, Williams se apoia nas observações decisivas de Wilfrid Sellars (1963, p. 170):

Above all, the picture is misleading because of its static character. One seems forced to choose between the picture of an elephant which rests on a tortoise (What supports the tortoise?) and the picture of a great Hegelian serpent of knowledge with its tail in its mouth (Where does it begin?). Neither will do. For empirical knowledge, like its sophisticated extension, science, is rational, not because it has a *foundation*, but because it is a self-correcting enterprise which can put *any* claim in jeopardy, though not *all* at once.

Consideramos esses apontamentos de Sellars extremamente relevantes para a leitura de *Sobre a Certeza* que esboçamos até o momento nesta dissertação. Em especial, destacamos a sua ideia de que, em vez de termos uma imagem estática de fundação que garante a firmeza de um castelo, devemos pensar que o conhecimento na verdade é, como afirma Sellars, uma empreitada que se autocorrige constantemente. Essa autorregulagem seria feita a partir de uma relação de trocas constantes e dinâmicas entre as nossas práticas e nossas certezas. Para que exista uma estabilidade real, a relação deve ser de reciprocidade entre todos os elementos que compõem as nossas vidas. Williams organiza sua conclusão a partir da consideração de que essa imagem estática do conhecimento na verdade constituiria o solo comum onde pisam o cético e epistemólogo tradicional. É por causa deste terreno comum que o fundacionismo deve ser compreendido enquanto uma resposta antagônica e direta ao ceticismo. Em um certo sentido, ambos seriam “dois lados de uma mesma moeda”. Em contraste a isso, afirma Williams

(2005, p. 58), “Wittgenstein encourages us to look behind the sceptic’s apparently innocent question; and this is the ultimate reason why Wittgenstein isn’t a foundationalist.”

Como pudemos observar nas considerações de Williams, é tido como um risco que a proposta Wittgensteiniana se aproxime demasiadamente de uma posição relativista epistêmica. Tal como brevemente fez Williams, Coliva também oferece uma argumentação, agora mais extensa, sobre se Wittgenstein pode ou não ser considerado um relativista. Sua conclusão nos leva à ideia de que a posição do filósofo é anti-fundacionista, mas não relativista.

5.2.2 O anti-fundacionismo de Coliva (2010a, 2010b)

A proposta de Coliva (2010a, 2010b) pode ser classificada enquanto uma leitura não-epistêmica, porém diferente da de Moyal-Sharrock (2004a), por exemplo, pois considera que as *hinges* teriam um caráter proposicional. De acordo com a autora, devemos compreendê-las enquanto proposições em um sentido mínimo, no qual não seria necessário respeitar o princípio da bipolaridade, isto é, mesmo que as *hinges* não possam ser verdadeiras e possam ser falsas, elas devem reter o estatuto de proposição. Ainda assim, sua visão é a de que tais proposições não seriam conhecimento: na medida em que elas cumprem um papel de regra para nossas ações e juízos, realizar uma avaliação do estatuto epistêmico das *hinge propositions* não seria possível. Importa notar, no entanto, que o desenvolvimento de sua argumentação a favor de um anti-fundacionismo se dá a partir de uma outra discussão, a saber, se seria possível identificar alguma forma de relativismo epistêmico em *Sobre a Certeza*.

Para além da compreensão relativista oriunda de interpretações das *Investigações Filosóficas*⁸⁰, Coliva (2010a) aponta que as leituras relativistas do pensamento de Wittgenstein baseiam-se principalmente em *Sobre a Certeza* (1969) de que, especialmente na afirmação de que no fundamento de nossos jogos de linguagem e, em particular, de nossos jogos epistêmicos — aqueles em que fornecemos razões a favor e contra certas proposições ou teorias, e no qual estamos interessados em avaliar sua verdade ou falsidade — estão proposições que não são verdadeiras nem falsas; fundamentadas ou não fundamentadas; racionais ou irracionais.⁸¹ Coliva questiona-se, no entanto, que:

If, however, our language games are neither supported by grounds, nor can be said to be true, they can’t be rationally held, and it would be possible, at least *de jure*, to have alternative ones, which would be as legitimate as ours. Hence, it would be possible, at least in principle, to have different world-pictures (*Weltbilder*). (COLIVA, 2010a, p. 1-2).

⁸⁰ Refiro-me às interpretações de Rorty (1979) e Boghossian (2006).

⁸¹ Conferir os parágrafos §93-99, §110, §130, §166, §196-206, §222, §307, §499 e §559 de *Sobre a Certeza*.

Outro grupo de passagens usadas para sustentar interpretações relativistas são aquelas nas quais Wittgenstein afirma que se encontrarmos alguém que não obedece a nosso sistema epistêmico, apenas nos restaria a possibilidade persuadi-lo ou convertê-lo a adotá-lo, apelando não a razões — já que não haveria nenhuma que poderia valorizar um sistema em detrimento de outro —, mas a considerações completamente diferentes — com efeito, a considerações estéticas — como sua simplicidade e simetria.⁸²

Em conexão com esse tema, também as passagens nas quais Wittgenstein diz que “as proposições que descrevem nossa imagem de mundo podem fazer parte de uma espécie de mitologia” (OC §95, cf. §97) podem ser tomadas para apoiar a visão de que fundamento racional algum poderia embasar nosso sistema epistêmico. Esse trecho pode sugerir que, do mesmo modo que não acreditamos mais nos deuses da Grécia Antiga, um dia podemos substituir nosso sistema epistêmico por outros, caso desejemos ou precisemos fazê-lo (cf. COLIVA, 2010a, p. 2-3). Caso assim seja, encontraríamos suporte em *Sobre a Certeza* para um tipo de convencionalismo deliberativo, possivelmente arbitrário.

Na visão de Coliva, ao examinarmos mais de perto essas passagens, a primeira impressão de que estaríamos lidando com um relativista epistêmico deve ser radicalmente revisada. Isso significa que, para ela, “there is room for maintaining that Wittgenstein was merely an anti-foundationalist: he believed that our world-picture is ungrounded and that it isn’t a mere reflection of a (totally) mind-independent reality” (COLIVA, 2010a, p. 3).

Independente da variação do relativismo atribuído a Wittgenstein — “factual” ou apenas “virtual”⁸³ —, Coliva defende que, diferentemente do que afirma Marconi (1987), por exemplo, anti-fundacionismo não pode ser considerada uma forma moderada de relativismo. Para a autora, o relativismo estaria comprometido pelo menos com a possibilidade de haver sistemas de justificação diferentes e incompatíveis, embora ainda compreensíveis, enquanto que anti-fundacionismo não precisaria manter tal compromisso. De acordo com ela, afirmar que nossa imagem de mundo é infundada não implicaria na existência de imagens de mundo diferentes, assim como não implicaria que “there could intelligibly be other ones, at least in principle” (COLIVA, 2010a, p. 3).

⁸² Conferir os parágrafos §92, §262 e §612 de *Sobre a Certeza*. Este tema se relaciona intimamente com a discussão sobre desacordos profundos inaugurada por Fogelin (1985).

⁸³ A versão factual do relativismo afirma que existem realmente sistemas epistêmicos diferentes e incompatíveis, todos igualmente válidos, enquanto que a versão virtual propõe apenas que poderia haver, pelo menos em princípio, sistemas epistêmicos diferentes, igualmente válidos e incompatíveis, todos de fato concebíveis a partir de nosso próprio ponto de vista.

Em sua visão, tudo o que teria sido deixado para a ideia de que, pelo menos em princípio, poderiam existir comunidades diferentes, com seus próprios sistemas epistêmicos e esquemas conceituais, é

the purely metaphysical possibility that if certain “facts of nature” (PI II, xii) had been totally different, or if “something really unheard of” (OC 513) were to happen, there could be creatures who don’t believe in the existence of material objects, who don’t reason as we do, for whom $2 + 2$ isn’t equal to 4, who don’t use their senses to gather evidence, who don’t think that the Earth has existed for a long time before they were born, etc. (COLIVA, 2010a, p. 20, destaques nossos).

Ainda assim, afirma a filósofa, “it is a possibility that we can’t really conceive of in detail, given the kind of creatures we are and the fact that our concepts are what they are also because of some very general facts about us and about nature” (COLIVA, 2010a, p. 20). Uma interessante ilustração daquilo que Coliva está se referindo pode ser encontrada nas considerações Wittgensteinianas de César Santos (2018) sobre a necessidade da matemática:

If arithmetical laws were different, we could have serious troubles. “Counting (and that means: counting like this) is a technique that is employed daily in the most various operations of our lives” (RFM I §4). To illustrate, suppose a human ancestor who had adopted the rule $1 + 1 = 0$. She sees one lion on her right, another on her left, and concludes, “there are no lions here”. Obviously, this would increase her chance of dying. *The rule $1 + 1 = 2$ is a matter of life and death, hence necessary in this sense.* Arithmetic was established as the practice we know because only in this way it is usable in our daily life. (SANTOS, 2018, p. 61, destaques nossos).

O valor do que no final seria um exercício exclusivamente conceitual é, afirma Coliva, nos conscientizar da falta de fundamento de nossa própria imagem de mundo — ou seja, de sua contingência. Sendo este o caso, ela defende que “we must return a negative answer also to the general question of whether he was an epistemic relativist at all” (COLIVA, 2010a, p. 21). No fim das contas, de acordo com a leitura de Coliva de *Sobre a Certeza*, Wittgenstein não avançaria uma posição fundacionista. Este seria o caso pois *hinges*, por serem regras, estariam para além da avaliação racional tradicional (somente em situações muito específicas podemos reaver a validade de regras, e nunca poderíamos avaliar todas as nossas regras simultaneamente). Além disso, ela também argumenta que o autor não pode ser adequadamente considerado relativista epistêmico, pois ele consideraria que *hinges* radicalmente diferentes seriam ininteligíveis — “He thus seemed more interested in letting us see their ungroundedness yet also their unavoidable for us” (COLIVA, 2010b, p. 210). Coliva conclui, por fim, que Wittgenstein seria na verdade um anti-fundacionista cujas teses se aproximariam de alguma forma de anti-realismo epistêmico.

5.3 EM QUE MEDIDA HAVERIA EM *SOBRE A CERTEZA* (1969) UMA PROPOSTA FUNDACIONISTA?

Se as ideias presentes nos trabalhos posteriores de Wittgenstein são comumente consideradas anti-fundacionistas, então por que esse não seria o caso também em *Sobre a Certeza*? Seria o caráter anti-metafísico e pragmatista de sua filosofia compatível com um fundacionismo epistêmico?

Enquanto núcleo das propostas fundacionistas, identificamos uma motivação de evitar o ceticismo radical a partir do estabelecimento de uma interpretação clara e assertiva sobre a existência de fundamentos que serviriam de ponto de parada do regresso epistêmico. Essas propostas não parecem ter receio em apontar para maneiras universais ou absolutas de se considerar as *hinge propositions*.

No cerne das leituras anti-fundacionistas, por outro lado, parece haver uma valorização da importância do contexto para o pensamento de Wittgenstein, mas sempre buscando evitar que essa valorização implique em um relativismo epistêmico. A partir disso, encontramos nessas propostas uma maior ênfase nos aspectos pragmáticos e contingentes das *hinge propositions*.

Diante da compreensão dos núcleos de cada proposta e tendo em vista as nossas próprias avaliações e as críticas feitas por outros como Wright (1985), Pritchard (2011, 2016), Williams (2005) e Coliva (2010a, 2010b) ao fundacionismo Wittgensteiniano, consideramos que a atitude de Wittgenstein diante do fundacionismo não deve ser vista nem simplesmente como a de mais um crítico, nem como a de um seguidor com uma novíssima versão para salvaguardar a ideia de que possuímos fundações seguras para o conhecimento, como propõem Stroll (1994) e Moyal-Sharrock (2004a).

Em concordância principalmente com as leituras de Wright e Williams, compreendemos que a saída de Wittgenstein ao trilema de Agripa seria a recusa do trilema. O objetivo de Wittgenstein em *Sobre a Certeza* é o de oferecer uma visão diferente da tradicional acerca da Epistemologia, a saber, uma visão antidogmática.

Para expormos com maior detalhamento este antidogmatismo Wittgensteiniano, selecionamos algumas passagens da obra. A começar, no trecho logo a seguir, Wittgenstein se questiona acerca do que devemos considerar como uma boa razão ou uma razão adequada para guiarmos nossas ações: “Is it wrong for me to be guided in my actions by the propositions of physics? Am I to say I have no good ground for doing so? Isn't precisely this what we call a ‘good ground’?” (OC §608).

Para avaliar essa questão, ele imagina um cenário no qual um outro grupo de pessoas tomasse como regra para ação outro tipo de coisa que não proposições da física (ou proposições científicas em geral): “Supposing we met people who did not regard that as a telling reason. Now, how do we imagine this? Instead of the physicist, they consult an oracle. (And for that we consider them primitive.)” (OC §609). Qual seria a diferença entre guiar-se a partir das regras legitimadas por um físico (ou cientista) ou a partir de regras emitidas por um oráculo? Neste ponto, observamos que o comentário de Wittgenstein de que consideraríamos este outro grupo de pessoas como “primitivos” não deve ser entendido como uma afirmação de que fazer isso está correto. Na verdade, partindo do ponto de vista antidogmático, ele estaria apenas descrevendo uma possível (e plausível) reação de pessoas cientificamente educadas ao se encontrarem com um povo que não teve essa mesma educação.

O filósofo então continua a tentar entender qual seria, então, a diferença entre consultar um físico ou consultar um oráculo: “Is it wrong for them to consult an oracle and be guided by it? — If we call this “wrong” aren’t we using our language-game as a base from which to *combat* theirs?” (OC §609). A conclusão que conseguimos extrair daqui, indo na contramão do que Coliva (2010a) defendia, é a seguinte: não deveríamos julgar a perspectiva do outro grupo como “errada”, pois isto seria, na verdade, uma forma etnocêntrica ou dogmática de se relacionar com o diferente.

Assumindo que nós ainda assim decidimos combater a visão diferente da nossa, estaríamos certos ou errados em tomar essa ação? O que Wittgenstein afirma sobre isso é que “there are all sorts of slogans which will be used to support our proceedings” (OC §610). O uso da expressão “*all sorts of slogans*” nos soa depreciativo do seguinte modo: caso de fato tomemos a decisão de combater o outro grupo em suas crenças, facilmente obteremos em nosso próprio sistema uma ou mais maneiras de “justificar” nossos atos. Mas essa “justificação” seria simplória e vaga, com efeitos exclusivamente retóricos.

Se encaminhando para a descrição de como poderia ser o desfecho desse conflito entre grupos de perspectivas diferentes, Wittgenstein argumenta: “where two principles really do meet which cannot be reconciled with one another, then each man declares the other a fool and heretic” (OC §611). A atitude pejorativa que ele prevê em cada grupo em relação ao seu adversário só reforça para nós que Wittgenstein não endossaria essa forma de resolução do conflito, justamente por redundar em um fechamento dogmático performado por cada grupo.

Aqui, então, chegamos ao final das passagens selecionadas: I said I would ‘combat’ the other man, — but wouldn’t I give him reasons? Certainly; but how far do they go? At the end of reasons comes persuasion. (Think what happens when missionaries convert natives.)” (OC

§612). Ao falar sobre os limites da argumentação, dos limites da utilidade de se oferecer razões, Wittgenstein nos pinta uma imagem pessimista em relação ao desfecho do conflito: já que os dois grupos estão dogmaticamente fechados para qualquer tipo de comunicação (não sem justificativas, mesmo que justificativas que somente fazem sentido para eles mesmos), então o que resta é a possibilidade de que um persuade o outro a ver o mundo de outro modo — mesmo que para isso seja necessário o uso de violência, como fica claro em sua menção ao processo de aculturação realizado na conversão de nativos por missionários religiosos.

Em suma, a maneira que compreendemos este importante trecho de *Sobre a Certeza* é o de uma espécie de conto de advertência (“*cautionary tale*”): Wittgenstein estaria nos mostrando uma imagem de como são (ou podem ser) difíceis (e pouco racionais) as interações interculturais humanas como uma espécie de apelo para a tolerância e para que realizemos sempre um esforço antidogmático. Em outras palavras, Wittgenstein estaria nos advertindo sobre os perigos do dogmatismo.

A título de conclusão, reiteramos que nossa avaliação é a de que *Sobre a Certeza* não pode ser adequadamente considerada uma obra de caráter fundacionista. Como esboço para uma alternativa de interpretação das metáforas que aparentemente reforçariam uma visão fundacional das *hinge propositions*, oferecemos uma leitura baseada no conceito normativo de “restrição” (ou “*constraint*”). Para melhor esclarecermos essa proposta, aplicaremos esse conceito na interpretação de uma metáfora trabalhada nesta dissertação, a saber, a metáfora das dobradiças (OC §341).

Em vez de considerarmos que a metáfora das dobradiças afirmaria que existiriam certas proposições fundamentam outras, no sentido de possibilitarem que elas sejam usadas justificadamente em jogos de linguagem, também assim possibilitando a própria existência de jogos de linguagem, sugerimos uma outra maneira de expressar essas ideias: as proposições cuja metáfora é representada pelas dobradiças possuem o papel de restringir o uso das outras proposições. Essa restrição ao mesmo tempo possibilita que, mesmo que dentro de limites (ou regras), os jogos de linguagem se realizem.

Sendo assim, a ideia não é que a dobradiça estaria fixa no sentido de fundamentar o movimento de abrir e fechar da porta, mas sim no sentido de restringir este movimento de acordo com a “regra” de que a porta deve somente abrir e fechar. Caso tenhamos uma dobradiça e uma porta que se relacionam de maneira vaga ou indeterminada, não teríamos utilidade alguma para essa dobradiça. No mesmo sentido, se tivermos uma *hinge proposition* que não possui nenhuma relação de determinar (ou restringir) algum jogo de linguagem, então não haveria sentido em dizer que temos essa certeza.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter obtido sucesso em nossa empreitada de apresentar e avaliar as diversas posições acerca da epistemologia presente em *Sobre a Certeza*. Se este tiver sido o caso, então também desejamos que estejam claras as razões pelas quais defendemos como veredito a tese de que Wittgenstein não deve ser compreendido como fundacionista, mas sim como um pensador favorável ao anti-fundacionismo.

Ao longo do percurso desta dissertação obtivemos algumas conclusões as quais podemos chamar de resultados. A começar, um primeiro resultado seria a classificação de algumas das metáforas de *Sobre a Certeza* em quatro categorias a partir do critério da abstração, disposta no capítulo 2. Acreditamos que o uso deste critério foi bem-sucedido, pois nos ofereceu uma maneira de tratar das variadas metáforas a partir de um eixo gradativo que pôde ser aplicado a todas elas de maneira satisfatória — observamos apenas uma ocorrência de sobreposição entre as categorias das metáforas.

Essa classificação em conjunto com a análise interpretativa das metáforas não só nos auxiliou a compreender melhor as discussões presentes na obra como também serviriam para determinar os pontos centrais da argumentação das *hinge epistemology* epistêmica e não-epistêmica apresentadas no capítulo 3. A partir da exposição dessas interpretações, fomos capazes de compreender em que sentido a distinção entre interpretações epistêmicas e não-epistêmicas é relevante para a discussão acerca da natureza das *hinge propositions*. Por mais que essa distinção não seja tão radical quanto poderia se esperar, pois certas características das *hinges* (e.g. seu papel de regra) são assumidas por ambas, ela nos oferece uma maneira segura de caminhar através da grande quantidade de posições. Dizer que sua interpretação é epistêmica, por exemplo, já a compromete com certos pressupostos, por exemplo, que as *hinge propositions* devem ao menos possuir um papel epistêmico para que possam ser consideradas de fato relevantes para a nossa estrutura de justificações. Já uma interpretação não-epistêmica parece assumir o compromisso de ressaltar a importância de aspectos biológicos e psicológicos para a ação e compreensão humana.

Com o capítulo 4, introduzimos de maneira mais aprofundada a discussão acerca do suposto fundacionismo Wittgensteiniano. Inicialmente, introduzimos o trilema de Agripa para ajudar na contextualização das três principais correntes da epistemologia contemporânea. Em sequência, buscamos compreender como o pensamento de Wittgenstein em *Sobre a Certeza* se encaixaria diante dessa discussão. O resultado que obtivemos neste ponto foi o de que a proposta do filósofo, por mais que possa se assemelhar a algumas das correntes, seria a de

rejeitar as alternativas dispostas no trilema e seguir um trajeto antidogmático para tratar do conhecimento. Esse antidogmatismo foi mais detalhado ao final do quinto e último capítulo.

Em relação a este capítulo 5, consideramos que, além de seu resultado principal de prover um veredito sobre a pergunta “em que medida seria Wittgenstein um fundacionista?”, nele também desenvolvemos algumas críticas em relação às propostas fundacionistas analisadas. Além disso, consideramos a possibilidade do trabalho de Wittgenstein em verdade servir ao mesmo tempo como um exemplo do conflito entre teses fundacionistas e anti-fundacionistas e como uma narrativa que teria por fim a promessa de romper com este conflito.

Das questões levantadas neste trabalho, certamente muitas ainda possuem um longo caminho pela frente. Acreditamos que as discussões sobre uma proposta de saída original ao trilema de Agripa, por exemplo, possuem muito potencial, mas ainda não fomos capazes de examiná-lo de maneira muito conclusiva. Neste ponto, estamos ainda em um terreno especulativo. Também ressaltamos que as discussões sobre a relação de *Sobre a Certeza* com o coerentismo e o relativismo epistêmico somente foram tocadas de maneira sutil. Aquele que talvez seja o ponto mais característico desta dissertação, a saber, a exposição, interpretação e classificação das metáforas da obra também ainda merece muita atenção e cuidado. Com o final desta pesquisa, também pudemos notar o surgimento de questões que inicialmente não haviam sido previstas por nós, como a proposta de interpretar as metáforas a partir de um vocabulário normativo de “restrição” e o desenvolvimento de uma leitura antidogmática de *Sobre a Certeza*.

Diante dessas considerações, apontamos para os caminhos os quais podemos anunciar que esta pesquisa já nos trouxe e para as direções que ainda nos levará no futuro:

- 1) investigações acerca da relação entre o pensamento Wittgensteiniano e as teses defendidas pela abordagem enativista da cognição — este é um caminho possível a partir das discussões feitas em relação à metáfora dos eixos e às metáforas biológicas e psicológicas, em especial as metáforas de animalidade, e a partir da apresentação da leitura não-proposicional e fundacionista de Moyal-Sharrock (2004a, 2016, 2019);
- 2) análises voltadas para a viabilidade de Wittgenstein ser considerado um relativista epistêmico (ou, mais especificamente, um filósofo com uma ou mais teses relativistas epistêmicas em seu rol de ferramentas para lidar com problemas) — caminho aberto pela interpretação da metáfora do sistema e pelas exposições das críticas à ideia de que Wittgenstein seja relativista presentes nas leituras de Morawetz (1978, 2005), Williams (2005) e Coliva (2010a, 2010b);
- 3) avaliação das leituras pedagógicas da vida e obra de Wittgenstein como possíveis maneiras de modificar ou acrescentar como compreendemos o filósofo — caminho

apontado pela breve discussão sobre a leitura pedagógica de Weber (2019) nas considerações preliminares, mas possível também a partir das metáforas de animalidade, da “herança” e do “engolir”;

- 4) pesquisas direcionadas especialmente à relação entre as considerações presentes em *Sobre a Certeza*, as variadas *hinge epistemology*, e o debate acerca dos desacordos profundos — caminho apresentado pelas discussões acerca das leituras de Moyal-Sharrock (2004a, 2016), Williams (2005) e Coliva (2010a, 2010b), principalmente em relação ao parágrafo §92; também é relevante aqui a discussão sobre o antidogmatismo Wittgensteiniano feita no ponto 5.3.

REFERÊNCIAS

- ANNAS, J.; BARNES, J. **The Modes of Scepticism: Ancient Texts and Modern Interpretations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- ASHTON, N. The Case for a Feminist Hinge Epistemology. **Special Section on Wittgenstein and Applied Epistemology**, *Wittgenstein-Studien*, v. 10, n.1, p. 153–164, 2019.
- AYER, A. J. Wittgenstein on Certainty. **Royal Institute of Philosophy Lectures**, v. 7, p. 226–245, 1973. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0080443600000364>.
- BERNECKER, S. e PRITCHARD, D. **The Routledge Companion to Epistemology**. London: Routledge, 2011.
- BEVIR, M. Anti-foundationalism. In: BEVIR, M. (ed.). **Encyclopedia of political theory**. London: SAGE Publications, 2010.
- BOGHOSSIAN, P. **Fear of Knowledge: Against Relativism and Constructivism**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- BONJOUR, L. **The Structure of Empirical Knowledge**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- BONJOUR, L. The Dialectic of Foundationalism and Coherentism. In: GRECO, J.; SOSA, E. (eds.). **The Blackwell Guide to Epistemology**. Malden: Blackwell, 1999.
- BRENNER, W. Wittgenstein's 'Kantian Solution'. In: MOYAL-SHARROCK, D.; BRENNER, W. (eds.). **Readings of Wittgenstein's *On Certainty***. London: Palgrave Macmillan, 2005, p. 122–141.
- BURBULES, N. Wittgenstein's Metaphors and His Pedagogical Philosophy. In: PETERS, M.; STICKNEY, J. (eds.). **A Companion to Wittgenstein and Education: Pedagogical Investigations**. Singapore: Springer, 2017, p. 123–133.
- CARVALHO, E. A abordagem ecológica das habilidades e a epistemologia dos eixos. In: SMITH, P.; FIGUEIREDO, N. (eds.). **A epistemologia dos eixos: Uma interpretação e debate do Sobre a Certeza, de Wittgenstein**. No prelo.
- CARVALHO, E. On the Nature of Hinge Commitments. *Sképsis*, v. X, n. 19, p. 55–66, 2019.
- CARVALHO, M. **Imagem e Dissolução: Entre as Investigações Filosóficas e Da Certeza**. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CARVALHO, M. The Groundlessness of our Practices: Wittgenstein on Moore's Propositions. In: MORENO, A. (org.). **Wittgenstein: Conhecimento e Ceticismo**. Coleção CLE, vol.77. 1 ed. Campinas: CLE-UNICAMP, 2017a, p. 49–66.
- CARVALHO, M. Colours, Phenomenology and Certainty: Wittgenstein's Remarks on Colours in the Context of His Later Philosophy. In: SILVA, M. (ed.). **Colours in the Development of Wittgenstein's Philosophy**. London: Palgrave Macmillan, 2017b, p. 317–337.
- CAVALCANTI, I.; MOTA, H. Cognição e linguagem: seria a linguagem um desafio para abordagens enativistas? In: LEPORACE, C. P.; BANNELL, R. I.; RODRIGUES, E.; SANTOS, E. J. R.; MOTA, H. R. (Orgs.). **A Mente Humana para Além do Cérebro –**

Perspectivas a partir dos 4Es da Cognição. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2019, p. 139–156.

CAVELL, S. **The Claim of Reason: Wittgenstein, Skepticism, Morality and Tragedy.** New York: Oxford University Press, 1978.

COLIVA, A. **Moore and Wittgenstein: Scepticism, Certainty and Common Sense.** London: Palgrave Macmillan, 2010a.

COLIVA, A. Was Wittgenstein an Epistemic Relativist?. **Philosophical Investigations**, v. 33, p. 1–23, 2010b.

COLIVA, A. Which Hinge Epistemology?. **International Journal for the Study of Skepticism**, v. 6, n. 2-3, p. 79–96, 2016.

COLIVA, A.; MOYAL-SHARROCK, D. **Ludwig Wittgenstein: Later Works.** Oxford Bibliographies Online Research Guide. Oxford: Oxford University Press; 2010.

COMESAÑA, J. Can Contemporary Semantics Help the Pyrrhonian Get a Life?. In: MACHUCA, D. (ed.). **Pyrrhonism in Ancient, Modern, and Contemporary Philosophy.** Netherlands: Springer, 2012, p. 217–240.

CONANT, J. Wittgenstein on Meaning and Use. **Philosophical Investigations**, v. 21, p. 222–250, 1998.

CONWAY, G. **Wittgenstein on Foundations.** New Jersey: Humanities Press, 1989.

CRARY, A. Wittgenstein and Ethics: A Discussion with Reference to *On Certainty*. In: MOYAL-SHARROCK, D.; BRENNER, W. (eds.). **Readings of Wittgenstein's *On Certainty*.** London: Palgrave Macmillan, 2005, p. 275–301.

CRUICKSHANK, J. **Anti-foundationalism and social ontology: towards a realist sociology.** PhD thesis, University of Warwick, 2000.

DEPAUL, M. Foundationalism. In: BERNECKER, S.; PRITCHARD, D. (eds.). **The Routledge Companion to Epistemology.** London: Routledge, 2011, p. 235–244

DESCARTES, R. **Meditações sobre Filosofia Primeira.** Trad. Fausto Castilho, 1ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

DIAMOND, C. Secondary Sense. In: **The Realistic Spirit.** Cambridge: MIT Press, 1991, p. 225–241.

ENGELMANN, M. L. **Wittgenstein's Philosophical Development: Phenomenology, Grammar, Method and the Anthropological View.** London: Palgrave Macmillan, 2013.

ETCHEVERRY, K. M. **O Fundacionismo Clássico revisitado na Epistemologia Contemporânea.** 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FANTL, J. Knowledge How. In: ZALTA, E.N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy.** 2017. Disponível em:
<<https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/knowledge-how/>>.

FEYERABEND, P. K. **Against Method.** 2nd edition. London: New Left Books, 1975.

- FOGELIN, R. J. Wittgenstein and Classical Scepticism. **International Philosophical Quarterly**, v. 21, p. 3–15, 1981.
- FOGELIN, R. J. The logic of deep disagreements. **Informal Logic**, v. 7, n. 1, p. 3–11, 1985.
- FOGELIN, R. J. **Philosophical Interpretations**. New York: Oxford University Press, 1992.
- FOGELIN, R. J. **Pyrrhonian Reflections on Knowledge and Justifications**. New York: Oxford University Press, 1994.
- GILL, J. H. Wittgenstein and metaphor. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 40, n. 2, p. 272–284, 1979.
- GILL, J. H. **Wittgenstein and metaphor**. New Jersey: Humanities Press, 1996.
- GLOCK, H-J. **A Wittgenstein Dictionary**. USA: Wiley-Blackwell, 1996.
- GOLDBERG, M. E. Parietal Lobe. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. (eds.). **International Encyclopedia of the Social e Behavioral Sciences**. Amsterdam: Elsevier, 2001, p. 11051–11054.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (eds.). **Syntax and Semantics 3: Speech Acts**. New York: Academic Press, 1975, p. 41–58.
- GUIDI, L. The Groundlessness of Praxis in Wittgenstein's *On Certainty*: Philosophy as a Transformation of Attitude. **Philosophy Study**, v. 9, n. 9, p. 553–562, 2019.
- GUYER, P.; HORSTMANN, R. F. Idealism. In: ZALTA, E.N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2019. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/idealism/>>.
- HAACK, S. **Evidence and Inquiry: Towards Reconstruction in Epistemology**. Oxford, UK: Blackwell, 1993.
- HACKER, P. M. S. **Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein**. Oxford: Clarendon, 1986.
- HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: On Human Nature**. London: Phoenix Paperback, 1997.
- HANFLING, O. **Wittgenstein's Later Philosophy**. New York: SUNY Press, 1989.
- HASAN, A.; FUMERTON, R. Foundationalist Theories of Epistemic Justification. In: ZALTA, E.N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2018. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/justep-foundational/>>.
- HILLS, D. Metaphor. In: ZALTA, E.N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2017. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/metaphor/>>.
- HUTTO, D. Enactivism, From A Wittgensteinian Point of View. **American Philosophical Quarterly**, v. 50, n. 3, p. 281–302, 2013.
- INGROUILLE, M.; EDDIE, B. **Plants: diversity and evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Maria Pinto dos Santos e Alexandre Morujão, 8ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2008.
- KENNY, A. **Wittgenstein**. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

- KLEIN, P. D. Infinitism. In: BERNECKER, S.; PRITCHARD, D. (eds.). **The Routledge Companion to Epistemology**. London: Routledge, 2011, 245–256.
- KLEIN, P. D.; TURRI, J. Infinitism in Epistemology. **The Internet Encyclopedia of Philosophy**, 2012. Disponível em: <<https://www.iep.utm.edu/inf-epis/>>.
- KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. 2nd edition. Chicago: Chicago University Press, 1970.
- KUSCH, M. Wittgenstein on Mathematics and Certainty. In: COLIVA, A.; MOYAL-SHARROCK, D. (eds.). **Hinge Epistemology**. Leiden: Brill, 2016, p. 48–71.
- LEVI, I. Pragmatism and Change of View. In: MISAK, C. (ed.). **Pragmatism**. Calgary: University of Calgary Press, 1999, p. 177–201.
- LOUGHLIN, V. Why Enactivists Should Care about Wittgenstein. **Philosophia**, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11406-020-00286-3>.
- MADDY, P. **What Do Philosophers Do?**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- MALCOLM, N. **Ludwig Wittgenstein: A Memoir**. London: Oxford University Press, 1958.
- MALCOLM, N. **Wittgenstein: Nothing is Hidden**. Oxford: Blackwell Publishers, 1986.
- MALMGREN, H. **Intentionality and Knowledge: Studies in Philosophy of G. E. Moore and Ludwig Wittgenstein**. Doctoral Thesis, University of Gothenburg, 1971.
- MARCONI, D. **L'eredità di Wittgenstein**. Roma: Laterza, 1987.
- MARTINS, H. **Metáfora e polissemia no estudo das línguas do mundo: uma aproximação não representacionista**. 1999. Tese (Doutorado em Linguística e Filologia) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- MCGINN, M. **Sense and Certainty: A Dissolution of Scepticism**. Oxford: Blackwell, 1989.
- MONK, R. He was the most revered philosopher of his era. So why did GE Moore disappear from history?. **Prospect Magazine**, 2020. Disponível em: <<https://www.prospectmagazine.co.uk/magazine/ge-moore-philosophy-books-analytic-ray-monk-biography>>. Acesso em: 3 de abril de 2020.
- MONK, R. **Ludwig Wittgenstein: The Duty of Genius**. London: Penguin Books, 1990.
- MOORE, G. E. Defence of Common Sense. In: **Philosophical Papers**. London: Routledge, 2013.
- MOORE, G. E. Proof of an External World. In: **Philosophical Papers**. London: Routledge, 2013.
- MORAWETZ, T. The Contexts of Knowing. In: MOYAL-SHARROCK, D.; BRENNER, W. (eds.). **Readings of Wittgenstein's *On Certainty***. London: Palgrave Macmillan, 2005, p. 165–188.
- MORAWETZ, T. **Wittgenstein and Knowledge: The Importance of *On Certainty***. Amherst: University of Massachusetts Press, 1978.

- MOUNCE, H. O. Wittgenstein and Classical Realism. In: MOYAL-SHARROCK, D.; BRENNER, W. (eds.). **Readings of Wittgenstein's *On Certainty***. London: Palgrave Macmillan, 2005, p. 103–121.
- MOYAL-SHARROCK, D. **Understanding Wittgenstein's *On Certainty***. London: Palgrave Macmillan, 2004a.
- MOYAL-SHARROCK, D. **The third Wittgenstein: the post-Investigations works**. London: Routledge, 2004b.
- MOYAL-SHARROCK, D. A Certeza Fulcral de Wittgenstein. Trad. Janyne Sattler. **Dissertatio**, Volume Suplementar, Junho, p. 3–30, 2015.
- MOYAL-SHARROCK, D. The Animal in Epistemology: Wittgenstein's Enactivist Solution to the Problem of Regress. **International Journal for the Study of Skepticism**, v. 6, p. 97–119, 2016.
- MOYAL-SHARROCK, D. From deed to word: gapless and kink-free enactivism. **Synthese**, v. 198, p. 405–425, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11229-019-02218-5>.
- MOYAL-SHARROCK, D.; BRENNER, W. **Readings of Wittgenstein's *On Certainty***. London: Palgrave Macmillan, 2005.
- MULINARI, F. Sobre ceticismo e fundacionalismo no *Da Certeza* de Wittgenstein. **Sofia**, v. 3, n. 1, p. 29–40, 2014.
- MURPHY, P. Coherentism in Epistemology. In: **The Internet Encyclopedia of Philosophy**, 2006. Disponível em: <<https://www.iep.utm.edu/coherent/>>.
- OLSSON, E. J. Coherentism. In: BERNECKER, S.; PRITCHARD, D. (eds.). **The Routledge Companion to Epistemology**. London: Routledge, 2011, 257–268.
- PEREIRA, R. Fundacionismo, Holismo e Contextualismo no *Sobre a Certeza* de Wittgenstein. **O Que Nos Faz Pensar**, v. 7, n. 9, p. 110–130, 1995.
- PETERS, M. **Wittgenstein, Anti-foundationalism, Technoscience and Philosophy of Education: An Educational Philosophy and Theory Reader Volume VIII**. Singapore: Springer, 2020.
- PETERS, M.; STICKNEY, J. **A Companion to Wittgenstein and Education: Pedagogical Investigations**. Singapore: Springer, 2017.
- PETERS, M.; STICKNEY, J. **Wittgenstein's Education: 'A Picture Held Us Captive'**. Singapore: Springer, 2018.
- PHILLIPS, D. Z. Afterword: Rhees on Reading *On Certainty*. In: RUSH, R. (aut.); PHILLIPS, D. Z. (ed.). **Wittgenstein's *On Certainty*: There – Like Our Life**. London: Blackwell, 2003, p. 133–182.
- PHILLIPS, D. Z. **Faith After Foundationalism**. London: Routledge, 1988.
- PICH, R. Wittgenstein sobre certeza, regras e normas. **Dissertatio**. Volume Suplementar, Junho, p. 151–179, 2015.
- POSTON, T. Foundationalism. In: **The Internet Encyclopedia of Philosophy**, 2014. Disponível em: <<https://www.iep.utm.edu/found-ep/>>.

- PRITCHARD, D. Radical Scepticism, Epistemological Externalism, and ‘Hinge’ Propositions. In: SALEHI, D. (ed.). **Wittgenstein-Jahrbuch 2001/2002**. Berlin: Peter Lang, 2001, p. 97–122.
- PRITCHARD, D. Wittgenstein’s *On Certainty* and Contemporary Anti-Scepticism. In: MOYAL-SHARROCK, D.; BRENNER, W. (eds.). **Readings of Wittgenstein’s *On Certainty***. London: Palgrave Macmillan, 2005, p. 189–224.
- PRITCHARD, D. Wittgenstein on Skepticism. In: MCGINN, M.; KUUSELA, O. (eds.). **The Oxford Handbook of Wittgenstein**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 521–547.
- PRITCHARD, D. Wittgensteinian Pyrrhonism. In: MACHUCA, D. (ed.). **Pyrrhonism in Ancient, Modern, and Contemporary Philosophy**. Netherlands: Springer, 2012, p. 193–202.
- PRITCHARD, D. **What is this thing called Knowledge?**. London: Routledge, 2014.
- PRITCHARD, D. **Epistemic Angst: Radical Skepticism and the Groundlessness of Our Believing**. Princeton: Princeton University Press, 2016.
- PRITCHARD, D. Wittgenstein’s *On Certainty* as Pyrrhonism in Action. In: Da COSTA, N.; WUPPULURI, S. (eds.). **Wittgensteinian (adj): Looking at Things From the Point of View of Wittgenstein’s Philosophy**. Springer International Publishing, 2020, p. 91–106.
- PRYOR, J. What’s wrong with Moore’s paradox?. **Philosophical Issues**, v. 14, p. 349–378, 2004.
- RICHTER, D. Wittgensteinian Foundationalism. **Erkenntnis**, v. 55, n. 3, p. 349–358, 2001.
- ROLLA, G. **Epistemologia: uma introdução elementar**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.
- RORTY, R. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Oxford: Basil Blackwell, 1979.
- RUDD, A. Wittgenstein, Global Scepticism and the Primacy of Practice. In: MOYAL-SHARROCK, D.; BRENNER, W. (eds.). **Readings of Wittgenstein’s *On Certainty***. London: Palgrave Macmillan, 2005, 142–161.
- RYLE, G. **The Concept of Mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1949.
- SANTOS, C. We need arithmetic: a Wittgensteinian account of mathematical necessity. In: CUNHA, I. F.; ARENHART, J. R. B.; MORTARI, C. A. (orgs.). **Epistemologia, Mente, Matemática e Linguagem: Discussões do X Simpósio Internacional Principia**. Florianópolis: NEL/UFSC, 2018, p. 48–66.
- SCHÖNBAUMSFELD, G. **The Illusion of Doubt**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- SCHULTE, J. Wittgenstein’s Notion of Secondary Meaning and Davidson’s Account of Metaphor — A Comparison. **Grazer Philosophische Studien**, v. 36, n. 1, p. 141–148, 1989.
- SCHULTE, J. **Wittgenstein: an introduction**. Trad. W. Brenner e J. Holley. Albany: SUNY Press, 1992.
- SCHULTE, J. Within a System. In: MOYAL-SHARROCK, D.; BRENNER, W. (eds.). **Readings of Wittgenstein’s *On Certainty***. London: Palgrave Macmillan, 2005, p. 59–75.

SECCO, G. D. e PEREIRA, L. C. Proofs *Versus* Experiments: Wittgensteinian Themes Surrounding the Four-Color Theorem. In: SILVA, M. (ed.). **How Colours Matter to Philosophy**. Synthese Library. Springer International Publishing, 2017, p. 289–307.

SILVA, M. Notes on Middle Wittgenstein on Contradiction as Conflicting Rules”. In: CUNHA, I. F.; ARENHART, J. R. B.; MORTARI, C. A. (orgs.). **Epistemologia, Mente, Matemática e Linguagem**: Discussões do X Simpósio Internacional Principia. Florianópolis: NEL/UFSC, 2018, p. 133–154.

SILVA, M. Persuasion over conviction: On the role of conversion in logical conflicts between realists and anti-realists. In: MORENO, A. (org). **Wittgenstein e seus aspectos**. Coleção CLE, v. 39, 2015, p. 143-166.

SILVA, M.; CAVALCANTI, I. V.; MOTA, H. R. Linguagem e Enativismo: uma resposta para a objeção de escopo e o problema difícil do conteúdo. In: **Prometheus – Dossiê Linguagem e Cognição**, v. 33, p. 129-160, 2020.

SMITH, P. J. Wittgenstein e o pirronismo: sobre a natureza da filosofia. **Analytica**, vol. 1, n. 1, p. 153–186, 1993.

SMITH, P. J. Fogelin, intérprete de Wittgenstein e filósofo wittgensteiniano. **Sképsis**, v. X, n. 18, p. 81–92, 2019.

SMITH, P. J.; BUENO, O. Skepticism in Latin America. In: ZALTA, E.N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2016. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2016/entries/skepticism-latin-america/>>.

SOUSA, C. O processo de formação de proposições e a possibilidade da dúvida no *Sobre a Certeza* de Wittgenstein. **Argumentos**, ano 5, n. 9, p. 295–314, 2013.

STANDISH, P. Seeing Connections: From Cats and Classes to Characteristics and Cultures. In: PETERS, M.; STICKNEY, J. (eds.). **A Companion to Wittgenstein and Education: Pedagogical Investigations**. Singapore: Springer, 2017, p. 179–192.

STERN, D. **As Investigações Filosóficas de Wittgenstein**: uma introdução. Trad. Marcelo Carvalho e Fernando L. Aquino. São Paulo: Annablume, 2012.

STRAWSON, P. F. **Naturalism and Skepticism**: Some Varieties. London: Methuen, 1985.

STROLL, A. **Moore and Wittgenstein on Certainty**. New York: Oxford University Press, 1994.

STROUD, B. **The Significance of Philosophical Scepticism**. New York: Oxford University Press, 1984.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. **The Embodied Mind**: Cognitive Science and Human Experience. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

VOGT, K. Ancient Skepticism. In: ZALTA, E.N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2018. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/skepticism-ancient/>>.

WATSON, R. A. Sextus and Wittgenstein. **The Southern Journal of Philosophy**, v. 7, n. 3, p. 229–237, 1969.

WEBER, D. A Pedagogic Reading, of Wittgenstein’s Life and Later Works. **Journal of Philosophy of Education**, v. 53, n. 4, p. 688–700, 2019.

WHITTAKER, J. Book Review of Thomas Morawetz “Wittgenstein and Knowledge: The Importance of *On Certainty*”. **Philosophical Investigations**, v. 2, n. 4, p. 78–83, 1979.

WILDE, C. **Certainty: A Discussion of Wittgenstein’s Notes in *On Certainty***. Milton Keynes: Open University Press, 1976.

WILLIAMS, M. Wittgenstein’s Refutation of Idealism. In: MACMANUS, D. (ed.). **Wittgenstein and Scepticism**. London and New York: Routledge, 2004a, p. 76–96.

WILLIAMS, M. Wittgenstein, Truth and Certainty. In: KOLBEL, M.; WEISS, B. (eds.). **Wittgenstein’s Lasting Significance**. London and New York: Routledge, 2004b, p. 249–284.

WILLIAMS, M. Why Wittgenstein Isn’t a Foundationalist. In: MOYAL-SHARROCK, D.; BRENNER, W. (eds.). **Readings of Wittgenstein’s *On Certainty***. London: Palgrave Macmillan, 2005, p. 47–58.

WITTGENSTEIN, L. **Remarks on the Foundations of Mathematics, Vol. 1**. Cambridge: The MIT Press, 1956.

WITTGENSTEIN, L. **Über Gewissheit, On Certainty**. ANSCOMBE, G.E.M.; WRIGHT, G.H. (eds.). Oxford: Basil Blackwell, 1969.

WITTGENSTEIN, L. **Remarks on Color**. ANSCOMBE, G. E. M.; SCHÄTTLE, L. (eds.). Oxford: Basil Blackwell, 1977.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophische Untersuchungen, Philosophical Investigations**. HACKER, P.M.S.; SCHULTE, J. (eds.). 4^a ed. Oxford: Blackwell, 2009.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2017.

WOLGAST, E. **Paradoxes of Knowledge**. New York: Cornell University Press, 1977.

WRIGHT, C. Facts and Certainty. **Proceedings of the British Academy**, v. 71, p. 429–472, 1985.

WRIGHT, C. Warrant for Nothing (and Foundations for Free?). **Aristotelian Society Supplement**, v. 78, n. 1, p. 167–212, 2004.

WRIGHT, G. H. Wittgenstein on Certainty. In: WRIGHT, G. H. (ed.) **Problems in the Theory of Knowledge**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1972, p. 47–60.